

**UNIVERSIDADE ESTADUAL PAULISTA “JÚLIO DE MESQUITA FILHO”
FACULDADE DE HISTÓRIA, DIREITO E SERVIÇO SOCIAL**

LÍVIA HERNANDES CARVALHO

**A TRAJETÓRIA DE VIDA DOS ASSENTADOS DE PRIMAVERA E
BELO MONTE**

FRANCA

2008

Livros Grátis

<http://www.livrosgratis.com.br>

Milhares de livros grátis para download.

LÍVIA HERNANDES CARVALHO

**A TRAJETÓRIA DE VIDA DOS ASSENTADOS DE PRIMAVERA E
BELO MONTE**

**Dissertação apresentada à Faculdade de História,
Direito e Serviço Social da Universidade Estadual
Paulista “Júlio de Mesquita Filho” para obtenção
do título de Mestre em Serviço Social. Área de
Concentração: Serviço Social: Trabalho e
Sociedade.**

Orientadora: Prof.^a Dr.^a Raquel Santos Sant’Ana

FRANCA

2008

LÍVIA HERNANDES CARVALHO

**A TRAJETÓRIA DE VIDA DOS ASSENTADOS DE PRIMAVERA E
BELO MONTE**

**Dissertação apresentada à Faculdade de História, Direito e Serviço Social da
Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho” para obtenção do título de
Mestre em Serviço Social. Área de Concentração: Serviço Social: Trabalho e Sociedade.**

BANCA EXAMINADORA

Presidente: _____

Prof.^a Dr.^a Raquel Santos Sant’Ana

1º Examinador: _____

Prof. Dr. José Fernando Siqueira da Silva

2º Examinador: _____

Prof. Dr. José Juliano de Carvalho Filho

Franca, _____ de _____ de 2008.

Dedico

Aos meus pais, Aparecido e Marlene
Ao meus amores, Fausto e Valentina
Aos meus irmãos, Naiara, Natália, Raoni e Lorena
Aos meus sogros Keiji e Yeda Kosoba.

AGRADECIMENTOS

A DEUS pela vida e oportunidade de estudo;

Ao meu querido e amado pai. A perseverança e incentivo aos estudos foram fundamentais. Sem sua ajuda eu não teria conseguido terminar o mestrado. Nas horas mais difíceis da minha vida sempre esteve ao meu lado me apoiando e me dando força.

A minha querida orientadora Profa. Dra. Raquel Sant'Ana pela competente orientação, dedicação e transmissão do conhecimento científico. Mais do que uma orientadora foi uma grande amiga que ganhei durante esses anos e que vai permanecer no meu coração para sempre. Mais do que momentos de reflexão e estudo, me proporcionou grandes lições de vida.

Ao Prof. Dr. Antônio Lázaro Sant'Ana pelo apoio e disposição na definição do tema da pesquisa e pela atenção no material fundamental para a elaboração da bibliografia referente ao tema.

Aos assentados de Primavera e Belo Monte, em especial ao Valdeci Rodrigues de Oliveira, que se tornou um amigo me ajudando em todos os contatos com os assentados e estando a minha disposição sempre que ia aos assentamentos. Sem a sua colaboração e as dos demais não seria possível a realização dessa pesquisa;

Ao Prof. Dr. José Fernando Siqueira da Silva pelas valiosas considerações no momento do Exame de Qualificação e também por permitir minha participação no grupo de estudo "Teoria Marxiana e Serviço Social", juntamente com a Professora Raquel;

À FAPESP, pelo importante incentivo financeiro. Sem sua ajuda, esta pesquisa não seria viável.

A tia Leni e Tati, por me acolherem em sua casa com muita boa vontade, como se eu fosse da família;

A Helô e Lucília, que junto com a Tati, se tornaram pessoas muito amigas e extremamente queridas;

A Gigi e Mauro, funcionários da Seção de Pós-Graduação, pela atenção e informações fornecidas, sempre com educação e bom humor;

Aos funcionários da biblioteca da UNESP de Franca, em especial a Laurinha, pela atenção dispensada e informações sempre que foram necessárias;

A todos os professores da Unesp - Campus de Franca – pela dedicação ao ensino do Serviço Social;

A todos aqueles que de uma forma ou de outra contribuíram para a realização dessa pesquisa.

SEM TERRA

Eu vim do barro, sou homem da terra
Que Deus plantou
Caminho por esse solo que traz
sustento
Enfrento o sol castigando minha pele
E as tempestades de ocasião
Porque tenho punho e coragem
Meus ideais na bagagem
Sou parte dessa terra, sou pedaço desse
chão
Vim da cidade, sou produto do mundo
Que o homem montou
E espalho as sementes com o coração
Lavro os meus dias para que sejam
bons
Como minha própria razão
Eu tenho nacionalidade
Eu também quero minha metade
Faço arte nessa terra, e cultura nesse
chão
Eu vim da injustiça, do beco dos
desvalidos
Deus, nosso Senhor
Eu quero a honra de ser cidadão
Quero poder garantir meu alimento
Com as próprias mãos
Tenho meu trabalho e nobreza
Não me envergonho da pobreza
Eu sou um sem terra, permaneço nesse
chão.

Eder Quirino

CARVALHO, Livia Hernandes. **A trajetória de vida dos assentados de Primavera e Belo Monte**. 2008. 171 f. Dissertação (Mestrado em Serviço Social) – Faculdade de História, Direito e Serviço Social, Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”, Franca, 2008.

RESUMO

Esta pesquisa teve como objeto de trabalho os assentamentos rurais, mais especificamente o Primavera e o Belo Monte, situados na região de Andradina-SP. O objetivo foi analisar a trajetória de vida dos assentados, de maneira a verificar suas estratégias de permanência na terra. O assentamento Primavera é o mais antigo do Brasil e o Belo Monte é um dos mais novos, sendo habitado em grande parte por filhos de assentados de Primavera. Foram investigados: as razões que determinaram a migração de assentados de Primavera para Belo Monte; como foi o processo de estruturação das famílias dos Assentamentos Primavera e Belo Monte e como tem sido a formação dos novos núcleos familiares; como ocorreu a evolução das condições sociais dos assentados; como as políticas públicas de reforma agrária têm contribuído e poderão contribuir para a inclusão social dos assentados de Primavera e Belo Monte. A pesquisa de campo utilizou a história oral para o aspecto qualitativo, através dos depoimentos orais de sujeitos representativos. As análises e reflexões originadas desta pesquisa poderão contribuir para o debate sobre a questão agrária no Brasil, sobre a validade da política de assentamentos e a viabilidade da pequena agricultura em áreas reformadas. A trajetória de vida das famílias entrevistadas foram descritas e relatadas, bem como a caracterização das famílias, a história dos assentamentos contada pelos próprios assentados, a formação dos assentamentos, os espaços de sociabilidade, a presença dos órgãos técnicos, as atuais condições de vida dos assentados e sua situação familiar e, as expectativas com a reforma agrária. Este estudo poderá ser útil para os pesquisadores que trabalham com temas como trabalho no campo, assentamentos rurais, reforma agrária e movimentos sociais, assim como poderá propiciar produção de conhecimento significativo para uma prática inclusiva do Serviço Social na efetivação de políticas públicas em assentamentos rurais.

Palavras-chave: assentamentos rurais. Assentamento Primavera. Assentamento Belo Monte. trajetórias dos assentados. condições de vida dos assentados.

CARVALHO, Lívia Hernandes. **The trajectory of life of the seateds of Primavera and Belo Monte.** 2008. 171 p. Dissertation (Master in Social Work) – Faculty of History, Law e Social Work, São Paulo State University – UNESP, Franca, 2008.

ABSTRACT

This research had as object of work rural establishments, more specifically the Primavera and Belo Monte, situated in the region of Andradina-SP. The objective was to analyze the trajectory of life of the seateds, in order to verify their strategies of permanence in the land. The Primavera is the oldest of Brazil and the Belo Monte is one of the newest, being inhabited in great part for seated children of Primavera. It was investigated: a) the reasons that determined the migration of the seateds from Primavera to Belo Monte; b) how the construction process of the families of the establishments Primavera and Belo Monte occurred and how the formation of the new familiar nuclei has been; c) how the evolution of the social conditions of the seateds has occurred; d) how the public politics of agrarian reform have contributed and will contribute for the social inclusion of the seateds of Primavera and Belo Monte. The field research used the oral history for the qualitative aspect, through the verbal depositions of representative citizens. The analyses and reflections originated of this research may contribute for the debate of the agrarian question in Brazil, about the validity of the politics of establishments and the viability of the small agriculture in reformed areas. The trajectory of life of the interviewed families was described and reported, the characterization of the families was shown, as well as the history of the seateds counted by themselves, the formation of the establishments, the spaces of sociability, the performance of the technique agencies, the current life conditions of the seateds, their familiar situation and expectations with the agrarian reform. This study can be useful for the researchers that work in subjects as work in the field, rural establishments, agrarian reform, social movements, and will propitiate the production of significant knowledge for an inclusive practice of the Social Service for the implementation of public politics in rural establishments.

Key words: rural establishments. Primavera establishment. Monte Belo establishment. trajectories of the seateds. living conditions of seateds.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	11
CAPÍTULO 1 MODELO DE DESENVOLVIMENTO AGRÁRIO BRASILEIRO	15
1.1 Histórico do Modelo de Desenvolvimento Agrário.....	16
1.2 Movimentos Sociais	27
1.3 Movimentos de Luta pela Terra.....	34
CAPÍTULO 2 A POLÍTICA DE REFORMA AGRÁRIA E OS ASSENTAMENTOS	
RURAIS	47
2.1 As Diversas Expressões da Questão Agrária	48
2.2 Os Assentamentos Rurais	65
2.3 Impacto dos Assentamentos Rurais Brasileiros.....	72
CAPÍTULO 3 OS ASSENTAMENTOS PRIMAVERA E BELO MONTE	83
3.1 Assentamentos Rurais no Estado de São Paulo	84
3.2 Modelo de Desenvolvimento da Política de Reforma Agrária na Região de	
Andradina-SP	91
3.3 Assentamentos Primavera e Belo Monte	98
CAPÍTULO 4 A TRAJETÓRIA DOS ASSENTADOS DE PRIMAVERA E BELO	
MONTE	106
4.1 Metodologia da Pesquisa.....	107
4.1.1 Contato com os Sujeitos da Pesquisa	107
4.2 Caracterização das Famílias do Assentamento Primavera	108
4.2.1 Os Assentados Contam a História do Assentamento	111
4.2.2 A Formação do Assentamento.....	114
4.2.3 Os Espaços de Sociabilidade	114
4.2.4 Os Desafios da Produção e da Assistência Técnica	116
4.2.4.1 O avanço da cana na região e o assédio aos assentamentos.....	120

4.2.5 As Atuais Condições de Vida dos Assentados	121
4.2.6 A Contribuição do MST	122
4.2.7 As Expectativas para com a Reforma Agrária.....	123
4.3 Caracterização das Famílias do Assentamento Belo Monte.....	123
4.3.1 Os Assentados Contam a História do Assentamento	124
4.3.2 A Formação do Assentamento.....	128
4.3.3 Os Espaços de Sociabilidade	130
4.3.4 Os Desafios da Produção e da Assistência Técnica	133
4.3.5 As Atuais Condições de Vida dos Assentados	137
4.3.6 A contribuição do MST	141
4.3.7 As expectativas para com a Reforma Agrária	141
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	143
REFERÊNCIAS	151
APÊNDICES	
APÊNDICE 1 -	163
APÊNDICE 2 -	165

INTRODUÇÃO

Este trabalho discute a permanência como assentado de grupos de trabalhadores rurais dos assentamentos Primavera e Belo Monte, situados no município de Andradina – SP.

A escolha do objeto, que é a análise da trajetória das famílias dos assentamentos Primavera e Belo Monte, deu-se em virtude do assentamento Primavera ser o mais antigo da região e o Belo Monte ser um dos mais novos dessa mesma região e ser habitado em sua grande maioria, por filhos de assentados do Primavera.

No entanto, para entender esta complexa dinâmica das famílias assentadas faz-se necessário retomar elementos da conjuntura histórica que justifique a existência da problemática a ser estudada.

No Brasil, desde o início da colonização portuguesa, o ímpeto pela apropriação e concentração de imensas extensões de terras, sob a forma do latifúndio, é um elemento perene e característico da estrutura social do campo, perdurando até os dias de hoje. A terra torna-se sinônimo de poder e prestígio, bem como capital sujeito à especulação, sempre nas mãos de poucos (elite rural), que se colocam enquanto classe hegemônica.

À injusta concentração de terras soma-se a uma longa história de dominação, espoliação, desigualdades, exploração dos trabalhadores rurais, marginalização, exclusão e expulsão de mulheres e homens que irão, por sua vez, engrossar o contingente de excluídos nas cidades.

Surge aí a resistência por parte daqueles que não aceitam as situações vivenciadas e cobram mudanças. A luta coletiva dessas classes populares direciona-se contra a situação injustiça social e o meio escolhido para externar suas reivindicações foi o da ação direta, mediante diversas modalidades de pressão e protesto social.

Nesse contexto de reivindicações surgem os protestos dos movimentos sociais por melhores condições de sobrevivência e, no caso específico deste trabalho são explicitados os movimentos de luta pela terra e a importância que os assentamentos têm. Essa terra chamada de assentamento é onde as famílias voltam a restabelecer suas relações sociais e onde realizam suas reivindicações e manifestações, combatendo-se os argumentos que franqueiam a repressão e a violência cometidas contra eles.

Assim, o objetivo geral desta Dissertação é analisar as trajetórias dos assentados da Fazenda Primavera e Belo Monte, situadas na região de Andradina – SP, de maneira a verificar suas estratégias de permanência na terra.

Em torno do objetivo geral gravitam os seguintes objetivos específicos:

- Identificar como foi o processo de estruturação das famílias dos Assentamentos Primavera e Belo Monte e como tem sido a formação dos novos núcleos familiares;
- Identificar as razões que determinaram a migração dos assentados de Primavera para o Assentamento Belo Monte;
- Estabelecer as relações entre a política agrária brasileira, os movimentos sociais e as trajetórias de vida das famílias residentes nos Assentamentos Primavera e Belo Monte;
- Analisar as estratégias de sobrevivência dos assentados de Primavera e Belo Monte e, verificar suas atuais condições de trabalho e de vida.

Nesse contexto, a Reforma Agrária como política pública insere-se no universo do Serviço Social à medida que traz a tona uma intervenção do Estado no sentido de viabilizar condições de cidadania para grande parcela da população brasileira, alijada da riqueza socialmente construída e que dialoga com a profissão nas diversas refrações da questão social.

O caminho que foi utilizado para proceder a esse estudo foi o seguinte: no primeiro capítulo desse trabalho foi desenvolvido o histórico do modelo de desenvolvimento agrário. A primeira questão foi como o desenvolvimento do sistema capitalista afetou as relações no campo, através da modernização da agricultura, bem como foi necessário discorrer e entender a estrutura fundiária brasileira, ou seja, a forma como a terra está dividida. Foi destacado as diversas formas empregadas para a conservação e aumento da concentração de terras, bem como a improdutividade que esta gera nas mãos de poucas pessoas. Não se descuidou, também, da abordagem do agronegócio, usado como modelo de desenvolvimento e modernização para o campo.

O segundo passo foi demonstrar que diante do modelo neoliberal imposto pelo sistema capitalista, os movimentos sociais vão criando outras formas de atuação, oferecendo resistência às imposições desse mesmo sistema, mediante contestação e confrontação, caminhando no sentido de uma mudança nas bases materiais da sociedade. Nesse contexto, surgem também o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra.

No segundo capítulo foi feito um breve histórico sobre a questão agrária, destacando-se a concentração da propriedade fundiária como elemento gerador de desigualdade, de contradição e de conflito; sendo esta estruturalmente violenta, pois nega uma existência digna para a maioria da população.

É aí que surgem os assentamentos, como forma de responder às reivindicações da população. Estes surgem da luta dos trabalhadores e podem ser definidos como a criação de novas unidades de produção agrícola, por meio de políticas governamentais visando o reordenamento do uso da terra em benefício dos trabalhadores rurais sem terra ou com pouca terra. A descrição dos assentamentos e seu funcionamento, bem como a situação deles e seus impactos no Brasil também foram colocadas neste capítulo.

Já o terceiro capítulo discorre sobre os assentamentos rurais no estado de São Paulo, bem como o desenvolvimento da política de reforma agrária na região de Andradina- SP, ao mostrar a história dessa região que foi palco de vários conflitos agrários. Foi aí que surgiu o assentamento Primavera, assentamento este considerado um dos mais velhos do Brasil e início do surgimento do Movimento Sem-Terra.

Os assentamentos Primavera e Belo Monte, objetos deste estudo foram caracterizados e finalmente, o último esforço foi feito no quarto capítulo ao ser realizada a análise das trajetórias de vida das famílias entrevistadas.

A aplicação dessas entrevistas possibilitou identificar como tem sido as condições de vida dos assentados de Primavera e Belo Monte, como por exemplo, a caracterização dessas famílias, os espaços de sociabilidade, o que eles pensam sobre o Movimento dos Sem Terra (MST) e sobre a Reforma Agrária, bem como os efeitos que assentamentos têm provocado na vida dessas famílias.

Ao final deste trabalho, nas considerações finais, é abordado a questão agrária como particularidade da questão social que se apresenta ao Serviço Social, como expressão da luta de classes que afeta em especial o trabalhador rural expropriado pelo capital. Procurou-se apreender o vínculo entre Reforma Agrária e Serviço Social.

CAPÍTULO 1 MODELO DE DESENVOLVIMENTO AGRÁRIO BRASILEIRO

1.1 Histórico do Modelo de Desenvolvimento Agrário

O presente trabalho tem como foco a luta por terra e reforma agrária desenvolvida pelos movimentos sociais populares, juntamente com os assentamentos rurais. No entanto, para se compreender a questão agrária e os assentamentos é necessário discorrer, inicialmente, sobre o atual modelo agrário, já que um não existe nem consegue ser explicado sem o outro.

Entende-se que a realidade brasileira é decorrente do modo de produção capitalista, o que produz uma divisão social enorme e injusta entre as classes sociais e faz com que o Brasil seja considerado um dos países com uma das piores distribuição de renda e de terra e que inclui entre outros fatores, a grande concentração fundiária, as más administrações dos governos, a corrupção, etc.

O atual modelo capitalista aprofunda a “coisificação” e alienação humanas; o ser humano, cada vez mais, vê diminuído os espaços de atuação enquanto sujeito de direitos, passando a receber as influências desse sistema, na condição de mero objeto que já não controla, pois “[...] continuamos num capitalismo sem sujeito, que parece não perceber que, ao lado dos movimentos de capitais e das transferências de tecnologias e serviços, está o gênero humano.” (MEJÍA, 1996, p. 61).

Para Antunes (1999, p. 21) as contradições do sistema capitalista agravaram-se a partir dos anos 1970, quando passou-se a vivenciar um quadro de crise estrutural que fez com que o “[...] capital implementasse um vastíssimo processo de reestruturação, com vistas à recuperação de seu ciclo de reprodução e que [...] afetou fortemente o mundo do trabalho.”

Estão presentes cada vez mais a robótica, onde as máquinas substituem os homens, o que aumenta o exército industrial de reserva a tal ponto que se fala em sobrantes, constituídos pelos que não tem vez, nem lugar na sociedade (ARCOVERDE, 1999, p. 81).

Assim, esse desenvolvimento capitalista produz compulsoriamente a questão social e, portanto conduz também a questão agrária que está intimamente relacionada a forma como sociedade brasileira foi se constituindo.

Foi a partir da década de 1960, que a agricultura, o setor mais tradicional da economia, foi considerada um entrave ao setor industrial, pois alegava-se que tinha baixa produtividade, sua produção não atendia às necessidades da população, seu modo de produção era arcaico e que não se constituía em um mercado consumidor para o setor industrial. Segundo Silva

(1985), no final dos anos de 1950 e início dos anos 1960, argumentava-se que a agricultura brasileira - devido ao seu atraso - seria um empecilho ao desenvolvimento econômico, entendido como sinônimo de industrialização do país.

Albuquerque (2000, p. 15), explica que:

[...] entendia-se que só com a modernização a agricultura melhoraria e desempenharia seu papel e, por isso, a partir da década de 60 e 70, o Brasil começou a investir na industrialização do campo. Houve uma especialização da produção e criou-se, dessa forma, uma maior circulação da produção.

Já no início do século XX Kautsky (1968) afirmava que a exploração agrícola moderna era impossível sem capital, ou seja, era uma forma de exploração capitalista. Segundo o autor, a certo grau de evolução da agricultura o trabalhador deixa de ser proprietário de seus meios de produção¹. O capitalista se opõe ao trabalhador - que perdeu toda sua propriedade - na qualidade de proprietário dos meios de produção. O produtor então não pode mais trabalhar diretamente para o consumidor e precisa trabalhar muito para o patrão capitalista, a quem vende sua força de trabalho, tornando-se um trabalhador assalariado. Nesse sentido a mais valia para o autor:

[...] decorre do fato de ser a força de trabalho humana capaz de criar uma soma de produtos superior a que é necessária à sua conservação e a sua reprodução, a partir do momento em que a evolução do aparelhamento técnico atinge um certo grau. Um excedente dessa espécie, um produto líquido é fornecido, desde tempos imemoriais, pelo trabalho humano. Todo o progresso de civilização se condiciona ao aumento progressivo desse excedente mediante ao aperfeiçoamento da técnica (KAUTSKY, 1968, p. 79).

Foi, portanto a partir das décadas de 1960 e 1970 que começaram a acontecer no país mudanças técnicas no processo produtivo, que abrangeu a mecanização da agricultura, prejudicando milhões de trabalhadores rurais, que expulsos de suas terras, transformaram-se em trabalhadores rurais assalariados. Representou, portanto, o início do processo de industrialização da agricultura, com a fabricação de máquinas e insumos agrícolas (tratores, arados, grades, fertilizantes, rações, medicamentos veterinários). Essa modificação ganhou força durante o regime militar, quando o Estado estabeleceu políticas agrícolas para incentivar a aquisição dos novos produtos, lançando linhas de financiamento, com crédito subsidiado (CELOS, 2007, p. 110).

¹ Sobre este assunto ver Manuscritos Econômicos Filosóficos, de Marx, item Renda da Terra.

Essa mesma modernização, chamada de modernização conservadora, não trouxe melhorias nas condições de vida da população pobre do campo, nem representou a distribuição de terras para os mesmos. Expropriou posseiros e pequenos camponeses, agravando ainda mais a miséria, o desemprego, a ampliação do êxodo rural e as migrações, bem como agravou o desmatamento de áreas de floresta e provocou diversos impactos ambientais. (LINHARES; SILVA, 1999, p. 147; PALMEIRA; LEITE, 1998, p. 92-93).

O adjetivo 'conservadora' deve-se ao fato de que a modernização promoveu uma mudança na base produtiva, com a adoção de mecanização intensiva, uso de fertilizantes químicos e sementes selecionadas, sem alterar a estrutura fundiária. Em outras palavras, o regime militar capitalizou e modernizou o campo, mas os latifúndios permaneceram intocáveis (MELO, 2006, p. 40, destaque do autor).

Nesse sistema, de acordo com Celos (2007), a manutenção de um elevado grau de concentração de terra no país, determinou o processo de urbanização que se deu por meio do êxodo rural, através da expulsão da população do campo em direção a regiões com maiores opções de trabalho, vida e sobrevivência, que geralmente eram as grandes cidades. Nelas, o território destinado à população, era quase sempre, a periferia. E, assim, em virtude da falta de assistência e infra-estrutura governamental no campo, as cidades tiveram como resultado o "inchaço urbano", sendo que as cidades não haviam desenvolvido capacidade sanitária, habitacional e estrutural para comportar toda essa população. Este fenômeno se deu em grandes proporções no Brasil, principalmente a partir dos séculos XIX e XX, e foi sempre acompanhado pela miséria de milhões de retirantes e a morte de milhares de pessoas, de fome, de sede e de doenças ligadas à subnutrição .

Para Albuquerque (2000), a terra, no capitalismo, constituiu-se como propriedade privada capitalista, transformando suas relações sociais e de produção. Como propriedade burguesa, para exploração da força de trabalho, passou também a ser reserva de valor, convertendo-se em objeto de demanda especulativa e financeira. Além de reserva de valor, a terra tem a função de ser um meio para obtenção de outras formas de riqueza, como crédito rural e incentivos fiscais.

Nesse contexto, diversas foram as formas empregadas para conservação e ampliação do latifúndio e do poder que este abrange, como por exemplo, a grilagem de terras públicas em diversas regiões do país. Um exemplo ilustrativo disso, ocorreu no estado de São Paulo no

Pontal do Paranapanema (aproximadamente um milhão de hectares a partir da década de 1950) (STÉDILE; FERNANDES, 1999, p. 25).

Merece ser destacado também, o considerável aumento da concentração de terras, durante a década de 1960, principalmente a partir da ditadura militar e de seu projeto de modernização do campo que favoreceu a invasão de terras pelos grileiros, empresas madeireiras e reflorestadoras. Foi nessa época que se aprovou a lei que prometia resolver os problemas do campo e realizar a reforma agrária, o Estatuto da Terra (*Lei 4.504 de 30 de novembro de 1964*) instrumento político, mas que acabou sendo aplicada em sentido oposto, favorecendo o acúmulo de terras (CELOS, 2007, p.102).

Temos como outro fator, a abertura de fronteiras agrícolas que provocou o loteamento de áreas para empresas multinacionais, criando-se grandes latifúndios, inexplorados e voltados para especulação ou extração predatória de riquezas naturais, o que deu abertura à intensificação da destruição ambiental (desmatamentos, queimadas, contaminação dos solos) e à expulsão das populações locais que sobreviviam do extrativismo (borracha, sementes, castanhas etc.) (CELOS, 2007, p.102).

Isso faz com que o Brasil seja o segundo colocado no mundo em termos de concentração fundiária, conforme informações de entidades nacionais, da Organização das Nações Unidas (ONU) e do Banco Mundial, perdendo apenas para o Paraguai (MORISSAWA, 2001, p. 115-116; FERNANDES, B. M., 2000, p. 28; CHIAVENATO, 1996, p. 57-59).

De acordo com Melo (2006, p. 25, 41), baseado no Censo Agropecuário de 1995/1996, quase metade das terras agricultáveis, 46,8%, pertence a aproximadamente, 1,6% dos proprietários rurais, com imóveis acima de mil hectares. Já as propriedades com até 10 hectares representam 32,9% do total de imóveis, mas detêm, apenas, 1,6% da área total.

Foi também com base nesse penúltimo Censo, que registrou-se o coeficiente brasileiro em 0,856, revelando uma concentração de terras muito forte (INCRA, 1998). Assim, não é inoportuno mencionar que, dentro do sistema capitalista, terra é sinônimo de poder e prestígio (PRADO JUNIOR, 2000, p. 34).

Outra característica sobre o latifúndio diz respeito a sua improdutividade. Dos 400 milhões de hectares titulados como propriedades privadas, apenas 60 milhões são utilizados como lavouras, sendo que o restante destina-se à pecuária ou não é aproveitado (MANIGLIA, 2004, p. 105-106).

De acordo com Oliveira e Stédile (2004, p. 13) ao citar o cadastro do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA) de 2003, as grandes propriedades que representam menos de 1%, e que ocupam uma área de cerca de 31,6%, indicam que apenas 30% das áreas das grandes propriedades foram classificadas como produtivas enquanto que 70% foram classificadas como não produtivas, descumprindo os artigos 184, 185 e 186 da Constituição Federal de 1988.

Destaca-se a correspondência entre o monopólio da terra e a representação política, que faz com que certas famílias, em cujas mãos encontram-se grandes latifúndios, defendam os interesses destes segmentos de latifundiários, pressionando o governo para obtenção do perdão de dívidas e outros objetivos questionáveis. Nas palavras de Celos (2007, p. 104, destaque do autor):

E são esses “grupos de interesses”, altamente refratários a qualquer tipo de mudança, os responsáveis pela votação de projetos de leis e implantação de políticas públicas, dirigidas, supostamente, a alterar e solucionar a situação no campo, o que bem retrata a dificuldade em se lutar por modificações estruturais e direcionadas para os segmentos populares, junto às vias institucionais

Foi, no entanto, no período de 1967 a 1973, que o “milagre brasileiro” entrou em crise e foi aí que se evidenciou que esse milagre só tinha beneficiado a uma minoria. José Graziano da Silva (1985) destaca que no triênio de 1975/1977, começa então outra crise que é o “ressurgimento” do novo: a questão agrária. Para o autor, a questão agrária, em poucas palavras, diz respeito as transformações nas relações de produção na área rural. Os principais indicadores da questão agrária é a maneira como se organiza o trabalho, a produção, o nível de renda, o emprego dos trabalhadores rurais, a produtividade das pessoas ocupadas no campo, etc.

Para Bernardo M. Fernandes (2001, p. 23) a questão agrária:

[...] é o movimento do conjunto de problemas relativos ao desenvolvimento da agropecuária e das lutas de resistência dos trabalhadores, que são inerentes ao processo desigual e contraditório das relações capitalistas de produção. É uma política pública para a democratização do acesso à terra e formação do campesinato.

O autor afirma que em diferentes momentos da história, a questão agrária apresenta-se com características diferentes, relacionadas aos diferentes estágios de desenvolvimento do capitalismo.

Nessa perspectiva, a força com que essa questão vem ressurgindo, se deve ao fato de que ela vem sendo agravada pelo modo como tem se expandido as relações capitalistas de produção. Ou seja, a maneira como o país tem conseguido aumentar sua produtividade agropecuária tem causado impactos negativos sobre o nível de renda e de emprego da sua população rural.

A articulação desse movimento do capital tem-se dado por duas vertentes: a expansão física da área plantada e a incorporação de tecnologias intensivas, ambas apoiadas organicamente pelas políticas públicas governamentais. De acordo com Celos (2007, p.112), essas mudanças no padrão tecnológico vêm ocorrendo com qualidades sazonais distintas, desde o início da década de 1970, com a incorporação de novas tecnologias decorrentes do avanço relativo do progresso técnico na agricultura. Essa onda de ajuste tecnológico e gerencial contemporâneo nos médios e grandes estabelecimentos rurais foi denominada de “modernização conservadora”, que se deu no Brasil em dois níveis: primeiramente, a partir da adoção de recursos técnicos, tecnologia química, mecânica e biológica e, em segundo, deu-se o que podemos chamar de “formas parasitárias de propriedade privada”, onde a terra passou a ser adquirida, concentrada, não enquanto meio de produção, mas como reserva de valor e especulação imobiliária.

Para José Graziano da Silva (1985), a expansão agropecuária destruiu milhares de pequenas unidades de produção, onde o trabalhador rural obtinha não só parte de sua própria alimentação, como também alguns produtos que vendiam nas cidades. Transformou colonos em trabalhadores rurais assalariados, agravou os conflitos entre grileiros e posseiros, fazendeiros e índios, e concentrou ainda mais a propriedade da terra.

O interesse dos grandes latifundiários aumenta em grandes proporções, pois ter mais terra é sinônimo de poder. Produzindo ou não, a terra gera renda para os grandes produtores ou serve como reserva de valor para a especulação imobiliária. Ao mesmo tempo em que o proprietário detém grandes hectares de terra, priva outras pessoas de tê-la como meio de produção.

Para o capitalista, o meio mais útil de aplicação do capital é aquele que lhe proporciona o maior lucro e que nem sempre é a mais vantajosa para a sociedade. O patrão compra o trabalho do operário a um preço tão baixo que é insuficiente para que atenda suas necessidades mais imediatas. No entanto, não são tanto os homens que produzem as misérias, mas sim o poder que as coisas têm perante os homens. No caso da renda da terra, esta é considerada como o preço que se paga pelo uso da terra, e este, é um preço de monopólio.

O resultante de todo esse contexto é que, durante todas as fases pelas quais passou a agricultura brasileira, pode-se constatar que a grande propriedade vem sempre crescendo à taxas superiores às das pequenas. José Graziano da Silva (1985) indica que no período 1961/67, há um aumento generalizado de todos os tamanhos de propriedades, com maior destaque para as grandes propriedades. Já no período de 1967/72 (milagre brasileiro), há o aumento apenas das grandes propriedades e as pequenas perdem espaço. Dos quase 5 milhões de estabelecimentos agropecuários recenseados em 1975, quase 2,5 milhões de pequenos produtores se espremiavam em cerca de 8 milhões de hectares. Somente 1% dos grandes estabelecimentos se apropriava de 45% da área total, ou seja, menos de 50 mil proprietários eram donos de quase 150 milhões de hectares (portanto, cada um tinha, em média, 3 mil hectares). Há, portanto, os maiores latifúndios que a história da humanidade já registrou, onde muitos têm pouca terra e poucos têm muita terra.

Com base em dados recentes que constam no II Plano Nacional de Reforma Agrária (BRASIL, 2004, p. 11):

Tabela 1 - Estrutura Fundiária do Brasil, 2003.

Estratos área total (ha)	Imóveis	% dos imóveis	Área total (ha)	% de área	Área medida (ha)
Até 10	1.338.711	31,6%	7.616.113	1,8%	5,7
De 10 a 25	1.102.999	26,0%	18.985.869	4,5%	17,2
De 25 a 50	684.237	16,1%	24.141.638	5,7%	35,3
De 50 a 100	485.482	11,5%	33.630.240	8,0%	69,3
De 100 a 500	482.677	11,4%	100.216.200	23,8%	207
De 500 a 1000	75.158	1,8%	52.191.003	12,4%	694,4
De 1000 a 2000	36.859	0,9%	50.932.790	12,1%	1.381,8
Mais de 2000	32.264	0,8%	132.631.509	31,6%	4.110,8
Total	4.238.421	100,0%	420.345.382	100,0%	99,2

Fonte: Cadastro do Incra – situação em agosto de 2003.

Pode-se constatar, portanto, que de acordo com os dados do quadro acima, a maioria dos imóveis rurais têm até 10 hectares e correspondem a 31,6%, ocupando apenas 1,8% do total da área total dos imóveis, enquanto que do lado oposto, 0,8% dos imóveis estão os estratos de mais de 2000 hectares, que ocupam 31,6% da área total. De acordo com Oliveira e Stédile (2004, p. 9) a soma das 27 maiores propriedades existentes no país, atinge uma superfície igual aquela ocupada pelo Estado de São Paulo.

A situação da concentração fundiária pouco evoluiu, apenas foi diminuída devido a participação e pressão dos movimentos sociais populares de luta pela terra, como por exemplo o Movimento dos Trabalhadores Rurais.

Oliveira (2004, online) cita que “[...] os latifúndios ‘escondem’ a terra improdutiva. Na realidade, o papel da grande propriedade no país, sempre foi servir de reserva patrimonial e de valor às elites. A terra por eles é apropriada privadamente, mas não para produzir.” Para o autor a terra somente tem sentido de ser apropriada com fins produtivos e não é isso que é verificado nos latifúndios existentes no Brasil. A opção para a agricultura que predomina na atualidade é a do Agronegócio, que nas palavras de Bernardo M. Fernandes (2006, p. 4):

Embora tenham tentado criar a figura do latifúndio produtivo (sic), essa ação não teve êxito, pois são mais de quinhentos anos de exploração e dominação, que não há adjetivo que consiga modificar o conteúdo do substantivo. [...]. A imagem do agronegócio foi construída para renovar a imagem da agricultura capitalista, para “modernizá-la”. É uma tentativa de ocultar o caráter concentrador, predador, expropriatório e excludente para dar relevância somente ao caráter produtivista, destacando o aumento da produção, da riqueza e das novas tecnologias. Da escravidão à colheitadeira controlada por satélite, o processo de exploração e dominação está presente, a concentração da propriedade da terra se intensifica e a destruição do campesinato aumenta. O desenvolvimento do conhecimento que provocou as mudanças tecnológicas foi construído a partir da estrutura do modo de produção capitalista. De modo que houve o aperfeiçoamento do processo, mas não a solução dos problemas socioeconômicos e políticos: o latifúndio efetua a exclusão pela improdutividade, o agronegócio promove a exclusão pela intensa produtividade (FERNANDES, B. M., 2006, p. 3, destaque do autor).

Assim, a outra etapa do desenvolvimento do capitalismo, no meio rural, é marcada pelo controle de grandes grupos econômicos empresariais, tendo como princípio o Agronegócio, que procura desenvolver a imagem de sinônimo de modernidade e melhorias para o campo. Para Celos (2007, p.112, destaque do autor):

Altos investimentos, sobretudo públicos (financiamentos, perdões de dívidas, isenções e renúncias tributárias), são destinados para aumento da produtividade e competitividade de seus produtos no mercado internacional. Entretanto, por mais que queiram imprimir um discurso de desenvolvimento diferenciado para a agropecuária, é preciso admitir que, no essencial, o modelo de produção vigente é agroexportador, não destoando daquele que existia aos tempos da empresa colonial agrícola (sistema de *plantation*), estando presentes as grandes extensões de terra, ainda nas mãos de pequenos grupos, a monocultura (soja, cana, laranja, algodão), a exploração da força de trabalho e a exportação de gêneros primários a preços baratos.

O agronegócio é assim, a manutenção de um modelo agrícola neoliberal que privilegia a monocultura de matérias primas para exportação, onde a classe dominante justifica que este modelo é a solução para o país, mas que na realidade só interessa a uma minoria de capitalistas do exterior e do Brasil.

A visão falaciosa de progresso ao Agronegócio mostra-se, estruturada no consumismo exacerbado e no lucro acima de tudo, contraria um projeto de sociedade igualitária e traz impactos sociais e ambientais, numa época em que o aquecimento global ganha destaque e relevância. A estrutura fundiária e o atual modelo agrícola provocam males impossíveis de serem quantificados, como o aumento da pobreza e do desemprego e, que repercutem na população pobre do campo, se projetando para a sociedade como um todo. Pessoas estão passando fome e são “obrigados” a viver na miséria absoluta, mesmo com tantos hectares de áreas agricultáveis e que não estão sendo aproveitadas, como foi proposto pelo Estatuto da Terra e a respectiva função social da terra, dentro da Constituição Federal (Artigo 186).

Fernandes (2006, p. 3) ressalta que “[...] o agronegócio, não pode esconder o que está na sua raiz, na sua lógica: a concentração e a exploração”. Este procura representar a imagem da produtividade, da geração de riquezas para o país, pois, a utilização de novas tecnologias tem possibilitado, cada vez mais, uma produção maior em áreas menores. Esse processo significou concentração de poder – conseqüentemente – de riqueza e de território. Essa expansão tem como ponto central o controle do conhecimento técnico, por meio de uma agricultura científica globalizada.

Em artigo escrito para a revista João Pedro Stédile² (2006, p.17) diz que “[...] o Agronegócio é o neoliberalismo da agricultura”, sendo que foi selado uma aliança subordinada entre os grandes fazendeiros capitalistas, que se dedicam à exportação, com as empresas transnacionais que controlam o comércio agrícola internacional, as sementes, a produção de agrotóxicos e a agroindústria. Para Stédile, esse modelo possui como características acentuadas o estímulo às grandes fazendas modernizadas, com grandes extensões de terra, que usam intensamente os agroquímicos e os agrotóxicos. Essas fazendas que se dedicam à monocultura, produzem prioritariamente para a exportação e tem como resultado a expulsão da mão-de-obra, em busca da alta produtividade. Aos empregados que sobram nessas fazendas são pagos os mais baixos salários do mercado brasileiro.

As técnicas do Agronegócio agridem o meio ambiente e o uso intensivo de agrotóxicos que aplicado sem controle combinado com a monocultura, destrói a biodiversidade e compromete os recursos naturais para as futuras gerações, bem como acentua o processo de pauperização do trabalhador, principalmente o assalariado temporário. A apropriação feita pelo capital e a falta de compromisso com os trabalhadores que dependem da venda de sua força de trabalho para sobreviver, são característica desse modo de produção capitalista.

Stédile (2006, p.17) afirma que, só em 2005, 300.000 assalariados rurais perderam o emprego no campo e foram para a cidade. A concentração de terra continuou aumentando e eles acumularam nesses últimos anos mais de 30 milhões de hectares, somente nas fazendas acima de 1000 hectares. Dez empresas transnacionais, Monsanto, Bunge, Cargill, ADM, Basf, Syngenta, Novartis, Nestlé e Danone, controlam praticamente toda a produção agrícola, de agrotóxicos, de sementes transgênicas e o comércio agrícola de exportação.

O pequeno agricultor encontra dificuldades no que diz respeito às políticas agrícolas implementadas pelos governos, as quais muitas vezes são predominantemente direcionadas aos interesses dos grandes produtores, das indústrias e dos bancos.

Para Oliveira (2004), com base em dados do Censo Agropecuário de 1995/1996, em mais de 50% dos estabelecimentos com menos de 200 hectares predominava o trabalho familiar e, este

² É economista e membro da direção nacional do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), do qual é também um dos fundadores. Gaúcho de formação marxista, é um dos maiores defensores da reforma agrária no Brasil. É graduado em economia pela Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, e pós-graduado pela Universidade Nacional Autônoma do México. Atuou como membro da Comissão de Produtores de Uva, dos Sindicatos dos Trabalhadores Rurais do Rio Grande do Sul, na região de Bento Gonçalves. Assessorou a Comissão Pastoral da Terra (CPT) no Rio Grande do Sul e em âmbito nacional e trabalhou na Secretaria da Agricultura do Rio Grande do Sul. Participa desde 1979 das atividades da luta pela reforma agrária, no MST e na Via Campesina Brasil.

número de pequenos estabelecimentos representavam, na soma total das terras, 93,8% ocupando uma área de 29,2%. Indica também que as pequenas unidades de produção geraram mais de 14,4 milhões de empregos, o que equivale a dizer que isso representa 86,6% do total de empregos gerados no campo no país inteiro. As grandes unidades, no entanto, foram responsáveis por apenas 2,5% dos postos de trabalho. De acordo com os defensores do agronegócio, eles se justificam dizendo que o baixo número de emprego na grande propriedade é devido a sua integral mecanização e conseqüentemente, a não necessidade de muitos postos de trabalho.

O Censo Agropecuário também mostra que são as pequenas unidades que produzem a maioria dos produtos no campo bem como são as que mais geram renda (56,8% do total geral). A distribuição de renda líquida também reforça a idéia de que a pequena unidade de produção é responsável pela maior receita, despesa e volume financeiro (OLIVEIRA, 2004).

O crédito para o pequeno produtor é escasso e insuficiente, porém existe. No entanto a maior soma de créditos fica destinada aos grandes proprietários. Primeiro, porque a maioria dos créditos é para comprar insumos que apenas grandes produtores podem comprar: tratores, colheitadeiras, adubos e defensivos químicos. Segundo porque a burocracia bancária dá preferência à estes, pois representam mais um cliente e é um mercado consumidor para as indústrias fornecedoras de maquinário agrícola. Sobre esse assunto Oliveira e Stédile (2004, p. 25) destaca:

Os números do crédito na agricultura são outro indicativo da profunda desigualdade existente no setor. Os créditos obtidos foram massivamente para o agronegócio das grandes unidades. [...] Dessa forma o crédito também vai engrossar as rendas do agronegócio, reproduzindo de forma aprofundada a desigual distribuição da riqueza na agricultura brasileira. [...] Em termos gerais, inclusive a maior parcela dos financiamentos que foi para as pequenas unidades não chegaram a 10% dos agricultores dos grupos de área total que obtiveram esses recursos financeiros.

Nos Estados Unidos, por exemplo, verifica-se que os subsídios agrícolas no período de 2000 a 2002, chegam a cinco vezes mais que no Brasil, o que garante aos EUA soberania alimentar, além de ser o maior exportador de excedentes agrícolas do mundo (OLIVEIRA e STÉDILE 2004, p. 29).

Cabe destacar que essa concentração é resultado da histórica concentração de terras no país e particularmente, pelo fato de que o Brasil continua sendo um país onde parte significativa das exportações é de produtos básicos ou apenas semifaturados. É assim, portanto, que a elite tem se reproduzido, através da concentração de terra e da renda (OLIVEIRA e STÉDILE e 2004, p.40). A necessária e fundamental distribuição de renda na

agricultura passa, portanto, pela melhor distribuição da terra. Maior acesso significa possibilidade de obtenção de melhor fatia da renda geral.

São, portanto, por causa dessas situações que se traduz as resistências dos trabalhadores rurais, que vêem sua qualidade de vida cair e passam a ter uma condição de miserabilidade e de precariedade nas suas relações sociais.

Partindo-se, então, da consideração de que a sociedade não é harmônica, mas uma totalidade contraditória, plural e dinâmica, que se encontra dividida em classes sociais, a pressão por mudanças, rumo à transformação, pode vir da mobilização e organização dos segmentos social e historicamente excluídos.

Para Celos (2007, p. 28), diferentes formas de opressão geram diferentes formas de resistência, em tempos de globalização hegemônica, na qual vários movimentos e ações de denúncia, bem como de crítica, resistência e enfrentamento vêm sendo gerados. Será sobre esse assunto, que abordaremos os tópicos seguintes.

1.2 Movimentos Sociais

Foi a partir da primeira metade dos anos de 1980, que de acordo com Graziano Neto (1998, p. 100), se assistiu à irrupção de demandas democráticas e populares largamente reprimidas. A mobilização dos trabalhadores urbanos, com o renascimento combativo do seu movimento sindical; a tomada de consciência dos trabalhadores rurais e a vitalização de sua organização; o ingresso, também na cena política, de movimentos de cunho popular e democrático, a dinamização da vida cultural, com a ativação do protagonismo de setores intelectuais – tudo isso pôs na agenda da sociedade brasileira a exigência de profundas transformações nas políticas sociais e na sociedade em geral.

No Brasil, foi a partir de 1978 que cresceu o número de manifestações, conflitos e lutas tanto em âmbito urbano quanto rural. No início da década de 1980, passam a ocorrer encontros entre as lideranças mediados pela Comissão Pastoral da Terra³–o que vai dar base para a realização do I Encontro Nacional dos Trabalhadores Sem Terra, em Cascavel-PR, no ano de 1984, quando ocorreu a fundação do *Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST)*. O lema desse encontro foi: “Terra não se ganha, se conquista”.

³ A Comissão Pastoral da Terra é ligada à Igreja Católica e tinha como referência a teologia da libertação.

As inúmeras e rápidas transformações que aconteceram devido a globalização econômica, tecnológica e informacional, trouxeram modificações, portanto, nas formas e ideários dos sujeitos coletivos e nos movimentos sociais, surgindo novas problematizações para as lutas pela cidadania e pelo reconhecimento cultural, para além das tradicionais lutas de classe.

A nova fisionomia dos movimentos sociais foi se constituindo apoiada pelo ciclo expansivo da economia brasileira, a partir da segunda metade dos anos 60 e no transcurso dos anos 70 para ganhar seus contornos mais definidos já no processo da ditadura. No desenvolvimento da resistência democrática, esses movimentos sociais foram adquirindo características comuns e diferenciadas, conforme sua prática social e política. (SADER, 1988, p. 7).

Os movimentos sociais são uma força ascendente e decisiva no cenário social e contemporâneo, mas há de se destacar que há várias teorias dos movimentos sociais, e cada uma tem tido um entendimento sobre o que eles são e a que tipo de manifestação se referem. Afirmamos também que ainda não há um conceito sobre movimento social, mas vários conforme o paradigma utilizado.

No caso do paradigma latino-americano, por exemplo, este concentrou-se, em sua maioria, conforme analisa Gohn, nos estudos sobre os movimentos sociais libertários ou emancipatórios; nas lutas populares urbanas por bens e equipamentos coletivos, ou no espaço para moradia urbana (GOHN, 1997a, p.15), pois “[...] o indivíduo isolado pode reconhecer sua opressão, impotência e incapacidade, mas estas só podem ser superadas num processo de reflexão e organização entre iguais, com os que vivem a mesma realidade e a interpretam da mesma maneira” (KARNER, 1987, p. 26).

Assim, com o questionamento crescente dessa concepção de sociedade, emergem os movimentos sociais, como processos coletivos e de comunicação realizados por indivíduos, em protesto contra situações sociais existentes. Ganham força e significação contra as formas de alienação e despersonalização crescentes sob as condições sociais do mundo contemporâneo, podendo contribuir com uma mudança de valores para a sociedade (KARNER, 1987, p. 33).

Nos discursos dos movimentos sociais dos anos 80 e da atualidade, destaca-se o combate que fazem ao neoliberalismo, enquanto política hegemônica e homogeneizadora do novo sistema capitalista mundial. Na década de 1980 os movimentos sociais tinham determinadas características, que nas décadas de 1990 e 2000 assumem novas perspectivas. A Constituição com a formalização de alguns espaços de participação fez com que parte da luta se perdesse ou não se institucionalizasse. Outro efeito conjuntural foi o avanço do ideário neoliberal.

No entanto, apesar dessas limitações, vários são os movimentos que surgem, desenvolvem e/ou desaparecem quando suas reivindicações são legitimadas ou não, sendo a formação de uma nova cultura o valor fundamental desses movimentos (SCHERER-WARREN, 1987a, p. 48). Pode-se perceber que os novos movimentos sociais estão formando um lastro social importante para a construção de uma cultura política de base no Brasil, construindo as bases para uma vida mais democrática e mais socializada.

Expressam de forma diversificada a continuidade ou descontinuidade em relação à cultura política tradicional. São definidos por suas lutas para romper com os esquemas populistas do passado, para a criação de formas comunitárias de participação direta das bases ao nível da reflexão, da decisão e da execução. Esses movimentos defendem sua autonomia frente ao Estado e Partidos, considerando a cidadania um direito do povo, numa situação de um capitalismo excludente.

Apontam o crescimento do desemprego, de populações excluídas e a decadência do Estado. Desejam ser atores na construção de uma sociedade que não seja guiada pelas forças de mercado, assim como lutam para que haja espaço para voz e participação da sociedade civil (SCHERER-WARREN, 2002, p. 244). São, portanto, fenômenos históricos decorrentes de lutas sociais, onde se transformam. A identidade destes movimentos, vão se construindo, a partir dos seguintes aspectos principais de acordo com Scherer-Warren (1987a, p. 50):

- 1) Reação às formas autoritárias e de repressão política, propondo democracia direta sempre que possível e de base representativa em contextos mais gerais, além de questionar os próprios critérios de distribuição do poder.
- 2) Reação as formas centralizadoras do poder, defendendo autonomias locais e sistemas de autogestão.
- 3) Reação ao caráter excludente do modelo econômico adotado no país, encaminhando novas forma de vida mais comunitária

Desta forma para Scherer-Warren (2002, p. 248):

Movimento Social é um conjunto de referências simbólicas, num campo de valores e práticas sociais que vai sendo construído na memória e na ação coletiva, penetrando em vários níveis, nas relações familiares, comunitárias e societárias, no local, no nacional, no planetário.

Essa nova cultura política presente em diversos movimentos representa o avanço social denominado de inscrição no campo dos direitos, retirando-os do campo das

reclamações e reivindicações, ao exigir maior participação social. A viabilização destas práticas dependerá, portanto, dos avanços do movimento social quanto ao seu nível de politização e de desenvolvimento de uma consciência crítica.

Tratam-se de manifestações coletivas e pressões populares que não se contentam com o modelo de sociedade que vem sendo imposto há várias décadas, desejando a participação nas decisões, a socialização do exercício do poder, a fruição dos direitos por todos, o alargamento da cidadania e da democracia, a superação da alienação política e exploração econômica, em direção a uma cidadania coletiva. Nos termos colocados por Maria da Glória Gohn (1997b, p. 171):

Movimentos sociais são ações coletivas de caráter sociopolítico, construídas por atores sociais pertencentes a diferentes classes e camadas sociais. Eles politizam suas demandas e criam um campo político de força social na sociedade civil. Suas ações estruturam-se a partir de repertórios criados sobre temas e problemas em situações de conflitos, litígios e disputas. As ações desenvolvem um processo social e político-cultural que cria uma identidade coletiva ao movimento, a partir de interesses em comum. Essa identidade decorre da força do princípio da solidariedade e é construída a partir da base referencial de valores culturais e políticos compartilhados pelo grupo.

Para a mesma autora o movimento social é um grupo que tem que formar um coletivo social, dando-lhes adjetivos que qualificam este grupo, possuindo objetivos comuns de identidade para a ação de carências ou demandas que reivindicam, pois possuem uma história de experiências culturais. “Refere-se à ação dos homens na história e esta ação envolve um fazer, por meio de um conjunto de práticas sociais, e um pensar, por meio de um conjunto de idéias que motiva ou dá fundamento à ação. Trata-se de uma práxis, portanto.” (GOHN, 1997b, p. 43).

Os movimentos sociais têm um caráter cíclico, definido a partir da dinâmica instaurada pelo conflito social e podem caracterizar-se como reativo, ativo ou passivo. “Traduzem demandas que por sua vez poderão se transformar em reivindicações, através de uma ação coletiva [...]. Os fatores: carências, legitimidade da demanda, poder político das bases, cenário conjuntural do país darão a força social de um movimento, gerando o campo de forças do movimento social e de uma dada cultura política” (GOHN, 1997a, p.44).

Já Lima (1986, p. 27) afirma que os “[...] movimentos sociais de hoje são produto da sociedade em que vivemos, sociedade do capital, sociedade contraditória que gera em seu seio a sua própria dinâmica e as formas específicas de enfrentá-la.” E, como resultado trazem à

tona as contradições que existem na sociedade, entre o que está prometido na Constituição, códigos e leis, e o que realmente ocorre.

Celos (2007) destaca que nas condições opressivas principalmente a partir da década de 1970, os movimentos sociais, tinham apenas um alcance simbólico que ultrapassava o sentido imediato de conflitos locais para mobilizar e articular como experiência compartilhada as várias opressões vividas em lugares diferenciados. Ganhavam visibilidade pela denúncia que faziam da opressão e exclusão vividas na sociedade capitalista, pois os trabalhadores apareciam como sujeitos de práticas, cujo sentido estava na possibilidade que estas sugeriam, uma revitalização da sociedade contra a institucionalidade vigente.

Contudo, as propostas de se ampliar o nível de participação, tem quase sempre seu percurso interrompido pela ameaça que isso representa aos grupos de interesses dominantes, que temem ver alterados os padrões tradicionais de cidadania regulada⁴. (JACOBI, 1989, p. 21).

Uma forma de fazer frente a tal “ameaça” que esses movimentos representam para a classe que detém o poder é a montagem de um processo de estigmatização das classes subalternizadas que carregam o olhar da suspeita, da culpa, de serem perigosos, pois a idéia dominante é que as classes consideradas “desfavorecidas” são tidas como violentas e criminosas. Esse pensamento estigmatizador e preconceituoso, é alimentado pelos oriundos das classes média e dominante e também pelo oprimido que, no cúmulo da opressão, é levado a reproduzir e naturalizar os valores reinantes, levando e admitindo uma culpa que não é sua, (CHAUI, 1994, p. 58), pois, no final, é tudo uma questão de “falta de vontade ou esforço”, malandragem, preguiça.

“A classe dominante acostumou-se a negar praticamente tudo aos pobres e miseráveis, principalmente, o direito de ter direitos; a fim de que eles não tenham consciência de sua real situação, de sua própria força e ameaçar a estabilidade do poder.” (AGUIAR, 1982, p. 55).

⁴ Segundo Wanderley G. dos Santos (1979) o reconhecimento da Cidadania no Brasil pós-30 estava relacionado à inserção do indivíduo no sistema produtivo, ou seja, através do desenvolvimento de determinada atividade laborativa reconhecida por lei. Assim, a Cidadania está relacionada à profissão e ao reconhecimento desta pelo Estado brasileiro. A política social surge no pós-30 fundamentada neste princípio, buscando garantir e ampliar direitos sociais aos cidadãos pertencentes à “Cidadania Regulada”. Assim, a política social brasileira estrutura-se a partir da relação Capital-Trabalho e tem como eixo norteador do seu crescimento a Legislação Trabalhista e o Sistema Previdenciário. Daí decorrem várias conseqüências, que vão marcar o processo de constituição da Política Social brasileira, tais como: - a segmentação da política social, que passa a ser mais um elemento a reforçar a desigualdade social; - o caráter marcadamente contributivo da política social brasileira;- a cooptação de segmentos das classes trabalhadores ao projeto político dominante.

No caso das camadas populares, os direitos são sempre apresentados como concessão e outorgas feitas pelo Estado, dependendo da vontade pessoal ou do arbítrio do governante. Situação que é claramente reconhecida pelos trabalhadores quando afirmam que a ‘justiça só existe para os ricos’, e que também faz parte de uma consciência social difusa, tal como se exprime num dito muito conhecido no país: ‘para os amigos, tudo; para os inimigos, a lei’. Como consequência, é uma sociedade na qual as leis sempre foram consideradas inúteis, inócuas, feitas para serem violadas, jamais transformadas ou contestadas. E onde a transgressão popular é violentamente reprimida e punida, enquanto a violação pelos grandes e poderosos sempre permanece impune (CHAUÍ, 1994, p. 54-55, destaque do autor).

Celos (2007) elenca que as pressões e protestos dos movimentos populares sobre os governantes, são para cobrar maiores compromissos com esses setores, na direção da diminuição das carências e atendimento das demandas, através do estabelecimento de políticas públicas e o alargamento dos espaços de participação e de definição de diretrizes e projetos sociais, objetivando o apoio do resto da sociedade. E, assim, ao reivindicar e estabelecer uma forma de protesto social, os movimentos estão politizando suas causas e criando um campo de pressão na sociedade civil. Essa força de pressão social pode ser utilizada para mudar as estruturas, procurando exercer forte influência nas definições das prioridades através de um acúmulo de forças que se dá num processo de luta social.

Esses mesmos movimentos sociais exercem influência ao encorajar valores democráticos, mas também possuem limitações significativas. Os participantes destes movimentos são uma pequena minoria da população, em sociedades com tradições autoritárias solidamente estabelecidas (VIOLA; MAINWARING, 1987, p.174).

Sob o ponto de vista dos movimentos populares a negociação não é entendida como mera concessão, ao contrário, é vivenciada como tensionamento, ocupação de espaços de poder e conquista. Como qualquer outra organização social formada por pessoas “comuns”, a trajetória de alguns movimentos sociais revela alguns problemas freqüentes, como dificuldade de mobilização, desmotivação e diminuição da militância; cooptação ou incorporação que lhes retiram a autonomia; descaracterização das demandas e reivindicações ou silenciamento das instâncias participativas; burocratização da participação, clientelismo em novas formas e instrumentalização partidária; a profissionalização dos militantes, dentre outros.

Contudo, de acordo com Celos (2007, p. 94):

[...] a própria história dos movimentos demonstra que o seu fortalecimento e crescimento advêm, em grande medida, de sua capacidade de autocrítica, de identificar os equívocos e aprender com eles, superando-se, assim, uma

infinidade de óbices. Mas uma coisa é certa, a reprodução e a continuidade da luta tornam-se condições para que ela não se extinga. A obtenção de avanços e de conquistas, mais ou menos amplas, gera um estímulo para aqueles que se encontram em situações análogas.

O movimento popular tem uma “origem social clara: nasceu do povo, isto é, dos camponeses pobres e trabalhadores rurais, dos operários urbanos, bóias-frias, favelados etc.” (LIMA, 1982, p. 51).

Assim, povo é o ‘bloco comunitário’ dos oprimidos de uma nação. O povo é constituído pelas classes dominadas (classe operário-industrial, camponesa etc.), mas além disso por grupos humanos que não são classe capitalista ou exercem práticas de classes esporadicamente (marginais, etnias, tribos etc.). Todo este ‘bloco’ – no sentido de Gramsci – é o povo ‘sujeito’ histórico da formação social, do país ou nação (DUSSEL, 1986, p. 97, destaque do autor).

Ao reivindicar a concretização de suas demandas e estabelecer uma forma de protesto social os movimentos estão politizando suas causas e criando um campo de pressão na sociedade civil, pois a participação que desejam mexe com as estruturas do poder.

Ademais, a própria história dos movimentos demonstra que o seu fortalecimento e crescimento advêm, em grande medida, de sua capacidade de autocrítica, de identificar os equívocos e aprender com eles, superando-se, assim, uma infinidade de impedimentos e dificuldades.

Eles são vistos, assim, a partir da relação dialética, do conflito, da luta, entre classes, frações de classe e o Estado, não somente como uma relação ‘para fora’, mas como relação definidora de sua interioridade, de sua especificidade. A análise passa a ser conduzida pelas contradições, pelo modo como são vividas e enfrentadas, num processo não linear, mas marcado por desencontros, avanços e recuos. O enfoque adotado permite conceber os próprios movimentos como expressão contraditória das relações e condições econômicas, políticas e culturais que os engendram. Numa formulação emprestada de Gramsci, os movimentos sociais aparecem como ‘blocos históricos’, como sínteses dialéticas de elementos objetivos e subjetivos, de conteúdo e forma (GRZYBOWSKI, 1991, p. 13).

Partir do ponto de vista dos movimentos populares não é obviamente inventar situações, acontecimentos e correlações de forças que beneficiem o campo popular [...]. É partir dos acontecimentos social e historicamente determinados, existentes, concretos, mas percebê-los, analisá-los sob a ótica dos interesses das classes subordinadas, dado que toda análise de conjuntura só adquire sentido quando é usada como um elemento de transformação da realidade (SOUZA, H. J., 1987, p. 16).

Essas forças de pressão – os grupos organizados e os movimentos populares – são elementos importantes no jogo do poder, por propiciarem condições tanto de conquista quanto de aprofundamento de espaço nas políticas sociais. São importantes no sentido da socialização política e da incorporação de novos sujeitos, com a criação de bases para a multiplicação dos mecanismos de participação direta no processo decisório, na qual indivíduos muitas vezes ganham autonomia e representatividade, desligados da tutela do Estado. Para Baptista (2003, p. 23), “[...] a ampliação desses sujeitos coletivos de base e sua unificação nas lutas mais gerais podem vir a ser vigoroso instrumento de pressão e de controle sobre as instituições, invertendo a tendência clássica à burocratização e ao conservadorismo das decisões.”

É, portanto, a união das classes populares do campo e da cidade, que começam a abalar a hegemonia do modelo excludente e injusto. Contudo, visando delimitar a abordagem, decidiu-se pelos movimentos populares que lutam pela terra. No caso brasileiro, o campo seria hoje o *locus* onde se encontrariam os movimentos sociais mais atuantes, combativos e conflituosos, sendo que sua organização, mobilização e capacidade de protesto social e de denúncia recolocou a questão da reforma agrária na ordem do dia (GOHN, 1997a, p. 17).

No tópico seguinte será abordado algumas das causas que deram origem aos conflitos no campo bem como a legitimidade da luta por terra e reforma agrária levada a feita por sujeitos/atores coletivos.

Almeja-se, portanto, traçar algumas características que permitam caracterizar o movimento de luta pela terra com destaque para o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST).

1.3 Movimentos de Luta pela Terra

A herança colonial dos grandes latifúndios perdura até hoje em detrimento da exclusão dos que já trabalharam ou trabalham na terra. A terra tornou-se um bem de alto valor, monopolizado por uma minoria de pessoas.

O desejo voraz de lucros leva a concentrar os bens produzidos com o trabalho de todos nas mãos de poucos. Existe, portanto um processo de expropriação dos lavradores, levada a efeito por grupos econômicos, onde concentram-se os bens, o capital, a propriedade da terra e seus recursos.

Ou seja, a questão da terra no Brasil está intimamente vinculada a um tipo de ocupação de territórios extensos e escassamente povoados e não pode ser separado da questão agrária. Para que ela possa ser entendida é preciso entender que a forma como a terra está dividida reflete a estrutura social e de classes, marcadas pela concentração de renda e riqueza.

Foi com a Lei de Terras de 1850 (Lei 601) que a terra se tornou uma mercadoria, transformando-se em instrumento de desigualdade social, ao excluir todos aqueles que não pudessem pagar por ela. Visava deter a livre apropriação mediante a posse; estabeleceu a compra como único critério legal, instaurando a propriedade privada e capitalista.

É preciso destacar que a mercantilização das terras coincidiu com o período de transição da mão-de-obra escrava para o trabalhado livre. Naquele mesmo ano de 1850, foi instituída a Lei Eusébio de Queiroz, que vedava o tráfico negreiro e que guardava estreita vinculação com a Lei de Terras. Antevendo a futura abolição da escravatura e contando com o crescimento da imigração – que já se fazia sentir desde a década de 1820 – o Império cuidou para que trabalhadores, nacionais ou imigrantes, não tivessem acesso à propriedade e se sujeitassem ao trabalho em terras alheias.

Antes, a terra não era vendida, mas sim concedida. Depois, a forma encontrada foi a elevação do preço das terras, de modo que apenas uma pequena parcela pudesse adquirí-las. O governo imperial contribuiu, assim, para a monopolização da propriedade privada excluindo camponeses e deixando de reconhecer as terras comunais indígenas e de negros (quilombos, por exemplo). O dinheiro obtido com a venda de terras iria fomentar a vinda de imigrantes europeus (colonos), para as lavouras de café. “De um lado, restringia-se o acesso às terras (devolutas ou não) apenas àqueles que tivessem dinheiro para comprá-las. De outro, criavam-se as bases para a organização de um mercado de trabalho livre para substituir o sistema escravista” (SILVA, 1985, p. 25).

Também merece atenção, o considerável aumento da concentração de terras, durante a década de 1960, notadamente a partir da ditadura militar e de seu projeto de modernização do campo, que favoreceram a invasão de terras pelos grileiros, empresas madeireiras e reflorestadoras. A abertura de fronteiras agrícolas, como a região Centro-Oeste e a Amazônia Legal, provocou o loteamento de áreas para empresas multinacionais, criando-se “megalatifúndios”, inexplorados e voltados para especulação ou extração predatória de riquezas naturais, o que deu azo à intensificação da destruição ambiental (desmatamentos, queimadas, contaminação dos solos) e à expulsão das populações locais que sobreviviam do extrativismo (borracha, sementes, castanhas etc.).

Paradoxalmente, foi durante a ditadura militar que se aprovou uma lei que prometia resolver os problemas do campo e realizar a reforma agrária, o *Estatuto da Terra*, que, como tantas outras leis, trazia um discurso com boas intenções, contendo alguns dispositivos avançados (função social da propriedade, desapropriações mediante o pagamento de títulos da dívida agrária etc.), mas acabou sendo aplicada em sentido oposto, favorecendo o acúmulo de terras (como já mencionado no item 1.1).

Vários processos e mudanças ocorreram ao longo de todas essas décadas conforme já descrito, mas destacaremos a data posterior à 1964, ano da promulgação do Estatuto da Terra (primeira lei de reforma agrária no Brasil), no primeiro governo militar.

O que prevaleceu, durante o regime militar, foi a vertente do desenvolvimento agrícola, com propostas de modernização dos latifúndios, em detrimento da reforma agrária. Definiu o que se entendia por propriedade da terra, quais suas modalidades (latifúndios por exploração, latifúndios por dimensão, minifúndios e empresa rural), o módulo rural (mínimo necessário para o sustento familiar) e as hipóteses de desapropriação de propriedades pelo interesse social.

O Estatuto da Terra objetivava atender às reivindicações dos trabalhadores com a desapropriação de terras, mas, no entanto, tinha como principal objetivo a “[...] modernização do campo por meio do aumento da produção e da produtividade” (SILVA, M. A. M., 1999, p. 35). Nas palavras de Sousa Júnior (2002, p. 233):

Esse Estatuto regulou os direitos e obrigações concernentes aos bens imóveis para fins de execução da Reforma Agrária e a promoção da política agrícola, estabelecendo medidas para a distribuição de terra mediante alterações no Regime vigente da Posse e Uso. Definiu, ainda, conceitos de política agrícola, de propriedade e função social da terra, de imóvel rural, propriedade familiar, minifúndio, latifúndio, empresa rural, parceleiro, cooperativa integral de reforma agrária e colonização. Assegurava, também, às populações indígenas o direito à posse das terras que ocupavam ou que lhes seriam atribuídas, de acordo com a legislação especial que disciplinava o Regime Tutelar a que estariam sujeitas. Em acréscimo definiu que a União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios deveriam unir esforços e recursos mediante convênios e/ou contratos para solucionarem os problemas de interesse rural.

Contudo, esse Estatuto da Terra não saiu do papel. Pela forte vinculação política entre os governos militares e os ruralistas, o que ocorreu de fato foi o enfraquecimento de todos os movimentos camponeses e a intervenção na recém fundada Confederação dos Trabalhadores na Agricultura (CONTAG) (FERNANDES, B. M., 2000). Esse estatuto só apareceu como

forma de se evitar revoluções sociais. Desapropriações de terras já consolidadas foram revistas e desfeitas, com a devolução das áreas para antigos donos. Acabou promovendo a concentração, a pobreza no meio rural e ampliou o êxodo rural (CELOS, 2007, p.128). Nessa época também foi criado o Instituto Brasileiro de Reforma Agrária (IBRA).

Assim, o problema da questão agrária continuou a existir, só que devido ao regime militar, os movimentos foram sufocados pelo governo da época e as pessoas que tentassem fazer qualquer manifestação ou reivindicação sofriam torturas e perseguições políticas.

A luta popular no meio rural experimentou um refluxo e uma desarticulação ante o golpe militar, que passou a fazer uso da força, das perseguições, da tortura, do exílio e assassinato de militantes e lideranças, como forma de conter a mobilização e organização dos movimentos sociais, fossem os do campo, fossem os da cidade.

Sedes de ligas camponesas e sindicatos foram invadidas, entidades foram proibidas de funcionar e outras foram destruídas (CELOS, 2007, p. 128).

Com a abertura política, no período de 1984-89, conhecido como Nova República, a luta dos movimentos sociais fez com que fosse aberto espaço para a promulgação da Constituição Federal de 1988, que tinha em seu teor o direito a propriedade da terra e artigos referentes às políticas agrícola, fundiária e à reforma agrária. No entanto Fernandes (2003, p. 2), diz que:

Embora a reforma agrária fora aprovada na Constituição, necessitava, contudo, de lei complementar para a sua realização. Somente em 1993, com a aprovação da Lei 8629, passou a existir regulamentação para a desapropriação de terras. Todavia, mesmo com a existência desta nova Lei, os ruralistas conseguem impedir a desapropriação de terras, arrolando os processos desapropriatórios, conseguindo até mesmo reverter situações em processos já assinados pelo presidente da República.

Não obstante a ampla proteção constitucional, bem como a de outros diplomas legais, o que continua se destacando, quando se aponta que os trabalhadores rurais (que abrange desde a produção feita por unidade familiar (pequenos agricultores, arrendatários, parceiros, pequenos posseiros), até o trabalho assalariado na empresa agroindustrial, passando pelos bóias-frias, safristas e desempregados), conseguiram alguns avanços que estão expressos na Constituição Federal de 1988 como: indenização contra despedida arbitrária ou sem justa causa; seguro-desemprego; fundo de garantia por tempo de serviço; salário mínimo; piso salarial; décimo terceiro salário; remuneração do serviço extraordinário; férias, licença à gestante; aviso prévio; aposentadoria; igualdade de direitos entre o trabalhador com vínculo

permanente e o trabalhador avulso etc. No entanto o que se vê é que mesmo com todas as garantias constituídas em lei, o cenário das relações de trabalho no meio rural é a exploração, o desemprego, o desrespeito às normas de proteção do trabalhador e a violação de sua dignidade (falta de registro nas carteiras de trabalho; morte de muitos cortadores de cana de açúcar por excesso de trabalho (exaustão); a existência de falsas cooperativas, utilizadas para burlar o pagamento dos encargos trabalhistas; trabalho infantil em carvoarias, e também o trabalho escravo bem disfarçado em diversas regiões do país).

Todas essas características negativas a respeito do novo rumo que a agricultura estava e continua tomando, contribuiu significativamente para que os trabalhadores se organizassem em movimentos sociais e ocupassem terras, com o objetivo de forçar o Estado a desapropriá-las, para que seus direitos de cidadania fossem legitimados como tal.

Nas palavras de Celos (2007, p. 115):

A estrutura fundiária, montada sobre o latifúndio, é estruturalmente violenta, no sentido de negar o outro, de impedir uma existência digna para a ampla maioria. É uma violência estrutural, que se manifesta de distintos modos e que muitas vezes passa despercebida, mas é diuturnamente sentida. O campo tem sido cenário de injustiças recorrentes, de negação de direitos sociais, mas também é aí que vem se dando, há tempos, a resistência popular, na forma de organizações e movimentos sociais que lutam pela terra e reforma agrária.

Esses grupos historicamente excluídos empreenderam diversas formas de resistência, não aceitando, passivamente, o “destino” que lhes tinham sido imposto.

De acordo com Guimarães (1977, p. 215):

[...] a luta pela conquista da terra, travada pelos pobres do campo contra a classe latifundiária, está presente em todos os momentos de nossa história, desde o remoto passado até os nossos dias. Ela é o fio condutor ao qual estão ligados todos os acontecimentos marcantes da vida rural brasileira; é o fator determinante e o elemento propulsor das insuficientes, mas significativas, transformações por que tem passado nossa agricultura.

No caso do Brasil, este tem absorvido uma grande diversidade de movimentos sociais que lutam pela terra, contra a expropriação, a subordinação e a exploração. O campo está, portanto, inserido dentro das contradições do desenvolvimento capitalista, onde os movimentos ora demarcam territórios próprios, ora se articulam em bandeiras comuns.

Estes movimentos rurais populares desejam e reivindicam melhores condições de vida e de trabalho, tendo como principal objetivo a Reforma Agrária. Bernardo M. Fernandes (2001) ressalta que não desejam a mera distribuição de pequenos lotes, o que apenas os habilitaria a continuar sendo uma forma de barateamento da mão-de-obra para as grandes propriedades. Almejam uma mudança na estrutura política e social do campo, sobre o qual se assenta o poder dos grandes proprietários de terras e, para tal, é necessário eliminar o latifúndio. É uma estratégia para romper com o monopólio da terra e permitir que possam se apropriar, um dia, dos frutos de seu próprio trabalho.

Vários foram os movimentos de luta e libertação dos trabalhadores rurais, desde os idos coloniais, como por exemplo, *as lutas indígenas* (contra a apropriação de terras indígenas e alteração da existência tribal e cultural dessas populações por parte de madeireiros, garimpeiros, empresários, etc, com o extermínio e significativa redução do contingente populacional); *lutas negras* (onde os negros foram reduzidos à condição de mercadorias, escravizados com o consentimento da Igreja Católica), durante o período da escravidão segundo José Gomes da Silva (1987, p. 71), sendo que a resistência ia do suicídio à fuga, como formas de se evitar castigos, maus-tratos e exploração, merecendo atenção e destaque para o Quilombo dos Palmares, a formação do Movimento Negro no Brasil e, na atualidade, o esforço para o reconhecimento e titulação das terras que abrigam remanescentes de quilombos.

É possível identificar também outros conflitos e revoltas que abordaram diretamente a questão agrária como *Canudos* em 1893, no sertão nordestino, *Contestado* entre 1912 e 1916 na região Sul, em disputa pelos estados de Paraná e Santa Catarina. Estes dois combateram a existência do latifúndio. O *Cangaço*, as *Ligas Camponesas* e o *Movimento dos Agricultores Sem Terra* também podem ser incluídas nos movimentos de luta pela terra. Outros movimentos que atuaram mesmo que indiretamente na questão agrária são: *Cabanagem* (1832-1941), no Pará e Amazonas; *Farroupilha* (1835-1845), na região Sul; *Sabinada* (1837-1838), na Bahia; *Balaçada* (1838-1941), com a presença de camponeses, artesãos, negros, quilombolas, mestiços, abrangendo Maranhão, Piauí e Ceará; *Guerra dos Marimbondos*, metade do século XIX, na Zona da Mata Pernambucana; *revoltas de imigrantes* etc. (VARELLA, 1998, p. 132-141).

Atualmente, o campo é povoado por diversas expressões coletivas, algo em torno de 71 movimentos e organizações, conforme foi listado pela CPMI da Terra, entre elas: o *Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST)*, certamente o mais conhecido; a

Confederação Nacional dos Trabalhadores da Agricultura (Contag); o Departamento Nacional dos Trabalhadores Rurais da CUT (DNTR-CUT); o Movimento dos Pequenos Agricultores (MPA); o Movimento de Libertação dos Sem Terra (MLST); a Via Campesina, entidade que organiza a luta em caráter internacional; o Movimento dos Agricultores Sem Terra (MAST); o Movimento Unido dos Sem Terra (MUST); a Animação Pastoral Rural (APR); o Conselho Indigenista Missionário (CIMI); Movimento Brasileiro dos Sem Terra (MBST). No final do ano de 2006 a lista aumentou, com a criação da Organização de Inclusão dos Trabalhadores Rurais Sem Terra à Reforma Agrária (Oitra). No entanto, será priorizado, no momento, para a formação dos atuais movimentos de luta pela terra e reforma agrária, o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST).

De acordo com Bernardo M. Fernandes (2001), foi na década de 1980 que os camponeses expropriados e em processo de exclusão, se organizaram e criaram o Movimento dos Sem Terra. Nos últimos vinte anos, este movimento organizou-se em todas as regiões do país, tornando-se o movimento camponês brasileiro mais expressivo. Para Torrens (1994), o MST, apresenta-se como uma organização de caráter nacional que progressivamente foi assumindo uma posição de destaque no cenário das lutas agrárias no país e se consolidou como uma “[...] estrutura capaz de expressar interesses coletivos de uma parcela considerável dos trabalhadores que se encontram excluídos, marginalizados e relegados pelo capital a uma categoria social destituída de seus direitos e de sua cidadania” (TORRENS, 1994, p. 145). Revela-se, portanto, “[...] uma importante política de desenvolvimento territorial e de ressocialização de parte dos trabalhadores excluídos do processo produtivo” (FERNANDES, 2005, p. 273).

Para Celos (2007), o MST merece um item à parte, por ser o maior movimento social brasileiro e um dos principais da América Latina, cuja organização e intervenções vêm inovando a participação política dos trabalhadores rurais e incentivando outros movimentos no campo e na cidade. O MST desponta como importante ator na cena política atual, organizando os destituídos de terra e dignidade. Muitos de seus membros são filhos de famílias camponesas, que tiveram que sair das terras e para elas querem voltar, outros enxergam no movimento uma oportunidade para fugir das agruras do desemprego e da exclusão.

O Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra, é fruto de uma questão agrária que é estrutural e histórica no Brasil. Nasceu da articulação das lutas pela terra que foram retomadas a partir do final da década de 70, especialmente na região centro-sul do país, e aos

poucos expandiu-se pelo Brasil inteiro. O MST teve sua gestação no período de 1979 a 1984, e foi criado formalmente no Primeiro Encontro Nacional de Trabalhadores Sem Terra, que aconteceu de 21 a 24 de janeiro de 1984, em Cascavel, no estado do Paraná. O MST está organizado em 23 estados, e segue com os mesmos objetivos definidos neste Encontro de 1984 e ratificados no I Congresso Nacional realizado em Curitiba, no ano de 1985, também no Paraná: lutar pela terra, pela Reforma Agrária e pela construção de uma sociedade mais justa, sem explorados nem exploradores (CALDART, 2000, p. 125).

Sua estrutura organizacional se baseia em uma verticalidade iniciada nas brigadas (compostas por até 50 famílias) e seguindo pelos núcleos (grupo de até 200 famílias), direção regional, direção estadual e direção nacional. Paralelo a esta estrutura existe outra, a dos setores e coletivos, que buscam trabalhar cada uma das frentes que considera necessárias para a efetivação da reforma agrária. O MST tem como setores: Saúde, Direitos Humanos, Gênero, Educação, Cultura, Comunicação, Formação, Projetos e Finanças, Produção, Cooperação e Meio Ambiente e Frente de Massa. São coletivos do MST: juventude e relações internacionais. Esses setores são proposições do movimento que tentam desenvolver alternativas às políticas governamentais convencionais, buscando sempre a perspectiva camponesa.

A organização não tem registro legal por ser um movimento social e, portanto, não é obrigada a prestar contas a nenhum órgão de governo, como qualquer movimento social ou associação de moradores. A maior instância da organização é o Congresso Nacional, que acontece cada cinco anos. No entanto, este congresso é apenas para ratificação das diretivas, não é um momento de decisões. Os coordenadores e os dirigentes nacionais, por exemplo, são escolhidos no Encontro Nacional, que acontece cada dois anos. A Coordenação Nacional é a instância operacional máxima da organização, que conta com cerca de 120 membros. Embora um dos dirigentes públicos de maior destaque no movimento seja João Pedro Stédile, a organização prefere não rotular alguém com o título de principal dirigente, já que isso seria uma personalização; o MST adota o princípio da direção colegiada, onde todos os dirigentes têm o mesmo nível de responsabilidade. O movimento recebe apoio de organizações não governamentais e religiosas, do país e do exterior, interessadas em estimular a reforma agrária e a distribuição de renda em países em desenvolvimento.

O MST se articula junto a uma organização internacional de camponeses chamada Via Campesina, da qual também faz parte o Movimento dos Pequenos Agricultores (MPA) e agricultores da Europa, EUA, África, Ásia e Américas. A Via Campesina tem como objetivo

organizar os camponeses em todo o mundo. Ele também está vinculado com outras campanhas nacionais e internacionais, como a Via Campesina Brasil, que reúne alguns dos movimentos sociais brasileiros do campo, e a Campanha contra a implantação da Área de Livre Comércio das Américas (ALCA).

Este movimento nasceu da necessidade de articular as várias lutas isoladas pela conquista da terra ocorridas no campo brasileiro a partir do final dos anos 70 e início dos anos 80. A formação do MST representou um processo de autonomia frente à Igreja, aos partidos e aos sindicatos, proporcionando o entendimento mais amplo a respeito da realidade social vivida e, sobretudo, a construção de um “[...] projeto sociocultural de transformação da sua realidade” (FERNANDES, 1996, p. 68-69).

O MST reafirmou a ocupação do latifúndio como a principal forma de luta pela terra, e a mobilização em massa dos sem-terra como o jeito de fazê-la. Isto quer dizer que explicita nas próprias ações de luta o que contesta e que sujeitos pretende trazer de volta à cena social em nosso país: seres humanos que o capitalismo já imaginava ter excluído definitivamente.

Este movimento se territorializa, de acordo com Fernandes (2004), por meio da ocupação de terra, que é uma forma de enfrentamento, resistência e recriação do campesinato. De acordo com o autor: “Essa lógica tem como componentes constitutivos a indignação e a revolta, a necessidade e o interesse, a consciência e a identidade, a concepção de terra de trabalho contra a de terra de negócio e de exploração, o movimento e a superação” (FERNANDES, 2004, p. 277).

Eles ocupam terras predominantemente em regiões onde o capital já se territorializou, como latifúndios - terras de negócio e exploração, propriedades capitalistas, terras devolutas e/ou griladas e devido a isso, causam grande impacto político, de modo que passaram a ser os principais interlocutores no enfrentamento com o Estado, na luta pela terra e pela reforma agrária. De acordo com Fernandes (2004, p. 278):

Com essas práticas, os sem-terra reúnem-se em movimento. Superam bases territoriais e fronteiras oficiais. Na organização da ocupação massiva, agrupam famílias de vários municípios e de mais de um Estado quando em áreas fronteiriças. Desse modo rompem com localismos e outros interesses que possam impedir o desenvolvimento da luta dos trabalhadores.

Caldart (2000, p. 127) também se reporta a isso:

Estas lutas, bem como o trabalho cotidiano em torno do que são seu objeto, e que envolvem questões relacionadas à produção, à educação, à saúde, à cultura, aos direitos humanos..., se ampliam à medida que se aprofunda o próprio processo de humanização de seus sujeitos, que se reconhecem cada vez mais como sujeitos de direitos, direitos de uma humanidade plena.

De acordo com a autora citada acima, o MST acabou construindo um tipo de organização que mistura a versatilidade de um movimento social onde *entra todo mundo o tempo todo*, com um xadrez de relações sociais e organizacionais próprias quase de uma instituição social, que se pretende flexível mas duradoura. O MST se autodenomina como uma *organização social de massas*, em que a combinação de características contraditórias se coloca exatamente como um dos pilares de sua identidade, bem como vem construindo capacidade de universalizar, ou de tomar a sociedade como um todo, uma bandeira de luta que nasce de um grupo social específico e de seus interesses sociais imediatos (CALDART, 2000, p. 127) e que produz um movimento social, que também se constitui como um movimento sociocultural mais amplo e que põe em questão o modo de ser da sociedade capitalista atual e a cultura que ela reproduz e consolida.

O MST entende que reforma agrária não é só distribuição de lotes de terra em projetos de assentamento, como tem sido a política oficial. Por isso, ao lado de um amplo programa regionalizado de desapropriações, com a célere distribuição para todas as famílias sem-terra, colocam: as políticas de crédito (democratização do capital); o subsídio para a aquisição de máquinas e equipamentos; a definição de um limite para a propriedade rural; proibição de projetos de colonização com transferência de populações, pois esta acaba revelando-se solução artificiosa e danosa; política agrícola dirigida ao pequeno produtor (apoio, estímulo, assistência técnica adequada); autonomia para áreas indígenas, com urgência nas demarcações; áreas de irrigação no Nordeste (democratização da água e da terra); investigação e punição dos crimes contra trabalhadores rurais; expropriação de áreas onde se constate trabalho escravo; combate à pobreza e às desigualdades; democratização da educação (STÉDILE; GORGEN, 1993, p. 39-47).

Para atingir essas reivindicações e organizar melhor a luta, o movimento adota uma estrutura própria, com direção coletiva (por acampamentos, assentamentos, regiões, estados e a nacional) e divisão de tarefas em diversos setores: *Frente de Massa*, responsável pelas ocupações e mobilizações; *Produção*; *Educação*, com convênios com universidades,

pesquisadores e intelectuais, além de iniciativas próprias como o *Instituto Técnico de Capacitação e Pesquisa da Reforma Agrária (Iterra)* e a *Escola Nacional Florestan Fernandes (ENFF)*; *Saúde*; *Direitos Humanos*; *Relações Internacionais*; *Comunicação*, responsável pelo Jornal e Revista “Sem Terra”; e *Mística*, uma prática social que trabalha com símbolos, valores, sentimentos, músicas e é utilizada para obtenção da unidade, solidariedade, esperança, além de ser uma forma de vivenciar os ideais da luta.

O MST tem um projeto político de produção, educação para crianças, jovens e adultos e formação política para seus membros. Paralelamente à luta pela terra, a educação ganha organicidade e visibilidade em momentos posteriores.

À medida que os assentamentos vão sendo conquistados é que se passa a perceber a “dimensão do problema e do desafio que representa a educação” (Stédille in Caldart, 1997). A história da educação no seio da reforma agrária e da luta desenvolvida pelo MST é, portanto, fruto de um processo de “[...] aprendizado coletivo das possibilidades da vida. As dores e as vitórias são faces e contraface do mesmo processo” (Pedro Tierra in Caldart, 1997). Acampados e assentados organizam núcleos de educação, equipes de educação e, logo em seguida, criam-se os setores de educação regionais, os estaduais, dando impulso para se criado o coletivo nacional de educação. (COSTA, online, p. 3).

O MST também registra em sua história, e com especial orgulho, as 100 mil crianças e adolescentes que estão estudando em escolas conquistadas em suas áreas de assentamento e acampamento, as cirandas infantis que aos poucos vão produzindo a cultura da educação infantil no campo; um movimento massivo de alfabetização de jovens e adultos sem-terra que envolve em torno de 20 mil educandos, e também a formação de técnicos e de educadores em cursos de nível médio e superior, assim como diversas outras iniciativas de formação de sua militância e do conjunto da família Sem Terra (CALDART, 2000, p. 126).

Nesse processo contraditório, de acordo com Sousa Júnior (2000), o MST tem demonstrado capacidade de articulação e poder de aglutinação. Quando o MST realiza ocupações de terra, obtém força para pressionar o Estado, para que este redirecione os esforços e recursos para atender às necessidades sociais dos cidadãos sem-terra, apontando uma nova ordem social a partir do mundo agrário. Contam também com o apoio de várias organizações da sociedade civil, como as Comunidades Eclesiais de Base, associações de moradores, sindicatos de trabalhadores rurais, Comissão Pastoral da Terra (CPT), Central Única dos Trabalhadores (CUT) e Organizações Não-Governamentais (ONGs).

Como princípio de ação, foram eleitas as manifestações massivas e diretas, na forma de ocupações de terras, praças e prédios públicos, acampamentos, assentamentos, marchas, caminhadas, passeatas, bloqueios de rodovias, almejando estabelecer um contato com a sociedade e um canal de diálogo e negociação com as autoridades, para acelerar os trâmites e obter o acesso à terra, que só é conquistada após intensa pressão.

De acordo com Caldart (2000) os sem-terra não surgiram como sujeitos prontos, ou como uma categoria sócio-política dada. Sua essência é anterior ao Movimento e sua constituição continua se desenvolvendo até hoje. Ser sem-terra é mais do que lutar pela terra, é uma identidade historicamente construída, primeiro como condição social que é ser sem-terra e depois com a construção da identidade que é ser sem-terra do MST, membro de uma organização social de luta pela reforma agrária, preocupados com o futuro do país e o destino do povo brasileiro.

Os Sem Terra se educam participando diretamente, e como sujeitos, das ações da luta pela terra e de outras lutas sociais que aos poucos foram integrando a agenda do MST. É esta participação que humaniza as pessoas: primeiro no sentido de que devolve à vida social pessoas que estavam excluídas dela (esta é pelo menos uma das interpretações que podem ser feitas da expressão *paramos de morrer...*); e segundo, no sentido de que a pedagogia da luta educa para uma determinada postura diante da vida: *nada é impossível de mudar*, e quanto mais inconformada com o atual estado de coisas mais humana é a pessoa; ou seja, exatamente o contrário da pedagogia da socialização que predomina nos chamados meios educacionais, onde estar em movimento e ter atos de contestação ou rebeldia é sempre visto como 'má-educação': *é preciso afastar-se daqueles baderneiros do MST!* (CALDART, 2000, p. 132).

A intencionalidade do MST é produzida, portanto, em sua trajetória histórica de participação na luta de classes em nosso país, no recorte específico de sua questão agrária. É através de seus objetivos, princípios, valores e jeito de ser, que o Movimento intencionaliza suas práticas educativas, ao mesmo tempo que aos poucos também começa a refletir sobre elas, à medida que se dá conta de sua tarefa histórica: além de produzir alimentos em terras antes aprisionadas pelo latifúndio, também deve ajudar a produzir seres humanos capazes de assumir o comando de seu próprio destino social, histórico.

Importa destacar que não é fácil desenvolver todas essas ideologias que o MST se propõe a fazer e seguir, mesmo depois da terra conquistada. Muitos obstáculos e impasses são colocados ao movimento, mas cabe frisar o nível de organização desse movimento e o esforço que fazem para que consigam atingir seus objetivos, quase sem recursos algum. Apesar de tudo,

o MST passa a fazer lutas por um novo projeto de desenvolvimento do país, sem deixar de continuar a lutar pela terra condição fundamental para a democracia e transformação social, trazendo em seu bojo, como vivência ou como potência, valores e princípios, capazes de construir mulheres e homens novos: solidariedade, companheirismo, autonomia, estudo, trabalho, democracia interna, valorização do coletivo, participação de todos na tomada das decisões, enfrentamento da desigualdade entre mulheres e homens (questão de gênero) e de todas as outras. Se mostram à sociedade como cidadãos, lutadores do povo e seres humanos com dignidade.

**CAPÍTULO 2 A POLÍTICA DE REFORMA AGRÁRIA E OS ASSENTAMENTOS
RURAIS**

2.1 As Diversas Expressões da Questão Agrária

A estrutura fundiária brasileira é fruto de 500 anos de apropriação privada da terra, em detrimento do interesse público. Em muitos países desenvolvidos, a agropecuária é uma atividade de caráter principalmente familiar, enquanto que no Brasil seu caráter é patronal e resulta em uma herança histórica que tem como marca essencial o impedimento, o desprezo e a intolerância das elites pelas formas familiares de propriedade e uso da terra. No Brasil, portanto, as elites brasileiras tentam convencer a sociedade de que essa é uma questão sem importância, pois o “único” caminho do campo só pode ser o da grande fazenda com assalariados (VEIGA, 2002, p.IX).

Por força da grande concentração da propriedade fundiária que caracteriza a economia agrária brasileira, a utilização da terra se faz predominantemente e de maneira acentuada, em benefício de uma pequena minoria. Isso determina e condena milhões de seres humanos a uma vida sem perspectivas e, constituem ainda, o maior e principal obstáculo, ao desenvolvimento econômico, cultural e social do país.

Outro ponto que pode ser destacado é a distribuição da propriedade fundiária, na qual geralmente é a grande propriedade que ocupa as terras mais favoráveis, sendo que uma considerável parcela da população rural não dispõe de terras suficientes para a sua manutenção em nível adequado, ao mesmo tempo em que outra parcela da população rural, que como a primeira constitui a grande maioria que habita o campo, não dispõe de terra, nem de recursos e possibilidades para ocupar e explorar terras alheias a título de arrendatário autônomo, submetendo-se a procurar emprego à serviço dos grandes latifundiários, razões estas que muitas vezes determinam os baixos padrões do trabalhador rural brasileiro (PRADO JÚNIOR, 2000, p. 17). Sendo assim, podemos dizer que a relação de efeito e causa entre a miséria da população rural brasileira e o tipo da estrutura agrária do Brasil, consiste e tem como traço essencial a concentração da propriedade fundiária.

Esses problemas e considerações relativas à estrutura agrária brasileira e a posição do trabalhador, são também problemas humanos, pois os homens e a posição própria que respectivamente ocupam nas atividades agropecuárias, devem ser considerados em primeiro lugar, e como elemento central que configura todas as questões a serem analisadas. Grandes proprietários e fazendeiros de um lado; trabalhadores sem terra, ou com insuficiente

quantidade de terras de outro, com desnível nas condições de vida e com diferença profunda e radical na posição relativa que ocupam frente às atividades agrárias.

Os grandes proprietários e fazendeiros são antes de tudo homens de negócio para quem a utilização de terra constitui um negócio como outro qualquer [...]. Já para os trabalhadores rurais, para a massa camponesa de proprietários ou não, a terra e as atividades que nela se exercem constituem a única fonte de subsistência para eles acessível (PRADO JÚNIOR, 2000, p. 22).

Nessas condições, os procedimentos da agropecuária brasileira, se justificam pela maior soma de rendas e/ou lucros no menor prazo possível, e com um mínimo de despesa, circunstâncias estas negativas e responsáveis pelo baixo nível da vida da população rural. Sendo assim, o papel que sempre coube à massa trabalhadora do campo brasileiro, é tão somente o de fornecer força de trabalho à minoria privilegiada que sempre foi a exitosa agropecuária brasileira. A disponibilidade de força de trabalho fornecida aos grandes proprietários pela massa da população rural se formou e se constituiu por causa do monopólio da terra que concentrada nas mãos de uma minoria de grandes proprietários obriga a massa trabalhadora a buscar ocupação e sustento junto a esses mesmo proprietários, empregando-se a serviço deles.

Em suma, os êxitos comerciais da agropecuária brasileira são essencialmente devidos a duas circunstâncias – disponibilidades relativamente abundantes de terras e de força de trabalho -, circunstâncias essas que constituem precisamente os principais fatores determinantes dos baixos padrões de vida da população trabalhadora rural [...] (PRADO JÚNIOR, 2000, p. 26).

O certo, é que o progresso técnico, que objetivava maior rentabilidade, não pôde constituir por si, fator de elevação do padrão de vida do trabalhador rural. O que determina e fixa remuneração do trabalho, nas condições atuais da economia rural, é o equilíbrio do mercado de mão-de-obra, ou seja, a relação da oferta e procura que nele se verifica. Seja onde e qual for, a grande exploração do tipo comercial tende a se expandir e absorver o máximo de terras aproveitáveis, eliminando lavradores independentes, proprietários ou não, bem como suas culturas de subsistência e agravando as condições de vida da população trabalhadora rural cuja remuneração está sempre aquém do preço relativo dos gêneros de subsistência que os trabalhadores são obrigados a adquirir no comércio.

Nestes cinco séculos de hegemonia do latifúndio e do capitalismo, as relações de trabalho no campo foram pautadas pela exploração, freqüentemente reforçadas pela violência,

o que garantiu uma mão-de-obra de custos mínimos, ampliando-se as possibilidades de acumulação de capitais, através da criação de valor excedente⁵.

E assim, é nisto que consiste a questão agrária. Ela diz respeito ao fato de que a grande maioria da população rural brasileira se encontra privada da livre disposição da mesma terra em quantidade que baste para lhe assegurar um nível adequado de subsistência. Trata-se de considerável parcela da população rural que devido à concentração da propriedade, não encontra outra alternativa para prover sua subsistência que alhear a sua força de trabalho e se por a serviço dos grandes proprietários. As condições em que se realiza esse fornecimento de força de trabalho configuram o essencial das relações de produção e trabalho vigentes na economia agrária brasileira.

Da colônia para o Brasil de hoje ocorreu sem dúvida um longo período histórico que trouxe modificações na organização colonial, no entanto, a utilização de terra continua a se fazer hoje, como no passado, não em função da população que nela trabalha e exerce suas atividades, e sim essencialmente e em primeiro lugar, em função de interesses comerciais e necessidades inteiramente estranhas àquela população.

A questão agrária possui, portanto, como elementos principais a desigualdade, a contradição e o conflito. O desenvolvimento desigual e contraditório do capitalismo gerado, principalmente, pela renda capitalizada da terra, provoca a diferenciação do campesinato e conseqüentemente a sua destruição e recriação. Nesse processo, acontece a concentração da terra e a luta pela terra, produzindo inevitavelmente o conflito. Esse processo é inerente ao capitalismo e faz parte de sua lógica e de sua história.

Ela é um dos elementos estruturais do modo capitalista de produção, cujo processo histórico de afirmação (acumulação primitiva ou originária) dá-se, em grande medida, com a expropriação do produtor rural, do camponês (MARX apud BORGES, 1997, p. 43). No caso do Brasil, a forma como a terra está dividida, apenas reflete a estrutura social e de classes, marcadas por alta concentração de renda e por profundas desigualdades.

Outras características sobre a expressão da *questão agrária*, além das questões relativas à posse, domínio, propriedade e concentração de terras, desdobra-se em outros conteúdos como: produção, abastecimento e segurança alimentar; modelos de desenvolvimento da agropecuária e políticas agrícolas; processos de expropriação, expulsão e

⁵ “O que o capitalista ganha nessa relação é a fração de valor criado que não é revertida para o trabalhador (mais-valia) e sim apropriada pelo capitalista sob a forma de lucro do capital, ou seja, como sendo propriedade do capital” (OLIVEIRA, 1986, p. 62).

exclusão; violência e exploração contra camponeses e assalariados; resistência e luta pela distribuição de terras, reforma agrária e políticas sociais para o campo; relação campo e cidade; qualidade de vida e dignidade humana, dentre as várias configurações pontuais.

Portanto, a grande propriedade oferece no Brasil grande resistência ao fracionamento, o que lhe remete numa dupla vantagem: de um lado maior número de braços à procura de ocupação e de outro, um número crescente de pequenas propriedades inviáveis e prontas para serem absorvidas e agrupadas pela grande exploração. Daí essa concentração excessiva da propriedade fundiária, lhe sendo assegurada solidez e estabilidade. “É precisamente nas zonas e regiões de maior progresso e desenvolvimento, que se observa um processo de concentração mais acentuado, e de predomínio cada vez maior da grande exploração” (PRADO JÚNIOR, 2000, p. 82).

No sistema latifundiário brasileiro, mesmo com a promessa do aumento de produtividade atribuído ao agronegócio, pessoas passam fome, são subnutridas ou desnutridas, vivem na miséria absoluta, mesmo com tantos hectares de áreas agricultáveis. A estrutura fundiária, montada sobre o latifúndio, é estruturalmente violenta, no sentido de negar o outro, de impedir uma existência digna para a ampla maioria. É uma violência estrutural, que se manifesta de distintos modos e que muitas vezes passa despercebida, mas é cotidianamente sentida. O campo tem sido cenário de injustiças recorrentes, de negação de direitos sociais, mas também é onde vem-se dando, a resistência popular, na forma de organizações e movimentos sociais que lutam pela terra e reforma agrária.

A reforma agrária é necessária para o desenvolvimento do país, mas há uma resistência em efetivá-la, o que levou Luiz Eduardo Greenhalgh (1996, p. 74) a concluir que “talvez o Brasil seja o único e o último país de dimensões continentais que ainda resiste à Reforma Agrária, o qual ainda tenta, enfim, a ela se opor”.

Para os projetos políticos dos grupos hegemônicos, a reforma agrária pode até ter perdido a razão, mas, não obstante, continua sendo uma necessidade dos trabalhadores rurais, dentro de um desenvolvimento sócio-econômico de outro tipo. Importa delinear qual modelo de reforma agrária é perseguido.

A reforma agrária, assim, é entendida como uma verdadeira política de Estado, envolvendo ministérios, secretarias, instituições, verbas no orçamento. O foco é direcionado à pequena produção, à agricultura familiar, em contraponto à agricultura de grande extensão, revertendo-se o predomínio desta (VEIGA, 2002, p. 91), mas sem abrir mão dos incrementos

tecnológicos, das alternativas limpas e baratas, com a diminuição ou eliminação dos produtos químicos, observando-se o desenvolvimento sustentável e respeito ao meio ambiente. Nestes termos, a finalidade é a conquista da terra, de trabalho, de moradia, de onde se retira o sustento digno, garantindo-se a produção de alimentos.

Porém, não se deve entender reforma agrária apenas como uma mera distribuição de lotes, que é o que geralmente acontece, mas sim uma mudança na estrutura política e social do campo, sobre o qual o pequeno agricultor tenha autonomia e consiga diminuir a influência dos grandes latifundiários, que muitas vezes apresentam-se como lideranças políticas das comunidades.

A reforma agrária redistributiva consiste numa ação do Estado, que num curto espaço de tempo, redistribuiu para o campesinato pobre uma quantidade significativa de terras privadas monopolizadas por grandes proprietários e grupos econômicos que não cumprem sua função social. Essa reforma agrária tem como objetivo democratizar a estrutura agrária de um país e promover o desenvolvimento nacional, pressupondo transformar relações de poder político e econômico responsáveis pela reprodução e concentração fundiária (PEREIRA, 2006, p. 31).

No entanto, o que se vê atualmente, ao longo da década de 1990, sob o impulso das reformas neoliberais, é uma nova onda de políticas pró-mercados de terras. Foram implantados programas e propostas em sociedades marcadas por elevada concentração de terra, altos índices de pobreza rural e, especialmente, histórias de lutas pela democratização da estrutura agrária e econômica nacional, implantada pelo Banco Mundial (BIRD) (SAUER; PEREIRA, 2006, p. 7).

O BIRD adota como seu eixo fundamental políticas fundiárias ajustadas à plataforma neoliberal, priorizando a promoção acelerada de transações mercantis, de arrendamento e compra/venda de terras como base para o aumento da produtividade agrícola e o alívio da pobreza rural.

Esse modelo é chamado de “reforma agrária de mercado” e foi criada para substituir a reforma agrária distributiva, baseada no instrumento da desapropriação de propriedades rurais que não cumprem sua função social, por relações de compra e venda de terras, ou seja, por esquemas de financiamento de compra de terras por trabalhadores rurais. Teve início em 1994 na Colômbia e em três anos começou a operar na África do Sul, Brasil e Guatemala, disseminando para outros países como Honduras, México, Malawi, El Salvador e Filipinas (PEREIRA, 2006, p. 23).

Para legitimar seu modelo o BIRD criticou a reforma agrária “conduzida pelo Estado”, baseada no instrumento de desapropriação, ao mesmo tempo que trabalhou para que o Modelo de Reforma Agrária de Mercado (MRAM) fosse aceito política e conceitualmente como uma nova modalidade de reforma agrária redistributiva, reconhecendo a necessidade da reforma agrária para desconcentrar a propriedade da terra em sociedade desiguais, ao mesmo tempo que passou a negar a atualidade da ação desapropriacionista e redistributiva do Estado, considerada inviável e anacrônica na fase atual do capitalismo.

O Modelo de Reforma Agrária de Mercado e a política agrária do BIRD têm quatro objetivos fundamentais: a) como prioridade máxima, estimular as relações de arrendamento; b) potencializar as relações de compra e venda de terras; c) acelerar e aprofundar a privatização de direitos de propriedade em fazendas coletivas ou estatais; d) acelerar e aprofundar a privatização de terras públicas ou comunais (PEREIRA, 2006, p. 21). Para viabilizar tais objetivos o BIRD vem promovendo desde 1990 de um lado, a constituição de um arranjo institucional de administração de terras e de outro, a implementação de um modelo de acesso à terra alternativo à reforma agrária.

O MRAM em seu discurso afirma ter também como outra finalidade promover a redistribuição de terra a baixo custo, de modo a melhorar a eficiência econômica, favorecer a equidade social e combater a exclusão. A oportunidade histórica para a aplicação do novo modelo, em sociedades de estrutura agrária muito desigual, surgiu da implementação de reformas macroeconômicas e políticas de ajuste estrutural, na medida em que teriam provocado uma queda substancial do preço da terra e reduzido os privilégios conferidos ao segmento dos grandes proprietários.

O MRAM foi concebido pelo Banco Mundial como uma alternativa às dificuldades e ineficiências atribuídas à chamada “reforma agrária conduzida pelo Estado” (*state-led land reform*), baseada na desapropriação. Trata-se de uma construção negativa, baseada na crítica e na desqualificação de outro tipo de ação fundiária (PEREIRA, 2006). Em seu discurso oficial, a ruptura em relação às experiências do passado residiria no fato do novo modelo ser orientado para estimular o funcionamento dos mercados, e não para “substituí-los”.

No entanto, em sua essência, o MRAM nada mais é do que uma mera relação de compra e venda de terras de agentes privados financiada pelo Estado, que fornece um subsídio variável para investimentos em infra-estrutura socioprodutiva e contratação de serviços privados de assistência técnica. Quanto menor for o preço pago pela terra (empréstimo), maior será a quantia a fundo perdido disponível para investimento e vice-versa. Os vendedores são

pagos previamente em dinheiro a preço de mercado, enquanto que os compradores assumem integralmente (ou na sua maior parte) os custos da aquisição da terra e os custos da transação (PEREIRA, 2006, p. 25).

Assim, de acordo com Pereira (2006), os resultados da aplicação desse tipo de modelo demonstram que é nula a validade conceitual do MRAM e de todo o discurso que procura legitimar programas nele inspirados. Os pressupostos básicos do MRAM não se materializaram no Programa Cédula da Terra (PCT)⁶, assim não se concretizaram as expectativas de que o Cédula da Terra pudesse servir como uma referência replicável em maior escala no Brasil. Implementado, não por acaso, num contexto de intensa polarização política, o Programa Cédula da Terra imediatamente angariou a adesão das entidades de representação do patronato rural. Apenas nesse ponto o MRAM encontrou correspondência com o universo empírico: desde cedo, o PCT recebeu o apoio ostensivo do “setor privado”, por tratar-se de um instrumento de disputa político-ideológica com os movimentos sociais pró-reforma agrária. Nesse ponto, o viés de classe do Banco Mundial não deixou margens para dúvidas.

Assim sendo, a política agrária do BIRD, não oferece soluções para o grave quadro de pauperização, dominação e exploração em que vive a maior parte dos trabalhadores rurais e do campesinato latino-americano, pois subordina-se a uma estratégia de desenvolvimento rural vinculada ao projeto neoliberal, estratégia esta que naturaliza e potencializa o modelo agrícola dominante, comandado por grandes empresas multinacionais agroindustriais e suas ramificações financeiras. Além de ser ecologicamente insustentável, esse modelo desemprega trabalhadores, precariza o contrato de trabalho e tem custos econômicos muito elevados, favorecendo a consolidação de uma nova matriz de poder no campo surgida no bojo do ajuste estrutural.

Podemos também citar que muito da ineficiência do Estado brasileiro na execução de um programa de reforma social amplo e fundamental, como a reforma agrária que vem sendo executada, está nos quadros técnicos e administrativos responsáveis por sua execução. Há um abismo cultural e social entre o funcionário do Estado, da Justiça, que interfere nas questões trabalhistas, e o trabalhador da terra. Existem aí concepções antagônicas do que é o trabalho, a dignidade, a vergonha, a esperança, a honra e a própria noção de direito.

⁶ É um programa complementar de Reforma Agrária que financia terra a trabalhadores rurais sem terra e minifundista através de suas associações. Além disto financia projetos comunitárias de infra-estrutura social e produtiva com recursos não reembolsáveis. Seus clientes são os trabalhadores rurais sem terra e oferecem como serviço o financiamento de terras.

Mas não se pode negar que muitos dos objetivos institucionais deixam de ser alcançados porque falta decisão política do escalão superior; falta competência aos executores; a corrupção não deixa a máquina funcionar; os recursos necessários nunca são liberados a tempo; o desenho institucional é inadequado; falta preparo/qualificação aos servidores; os planos de cargos e carreiras são inadequados, desmotivadores; há sobreposição de funções e competências; falta estabilidade dos ocupantes de cargos de direção e assessoramento superior, desnecessariamente sujeitos a pressões políticas; há burocratismo etc. No caso específico da reforma agrária, esses e outros problemas têm sido reincidentes. (FERREIRA, 1994, p. 33).

Assim, como bem podemos afirmar a permanência no campo não foi e não tem sido fácil, mesmo porque, ao mesmo tempo em que uma família é assentada, outras duas são expropriadas e expulsas (FERNANDES, 2001, p. 44). Desilusões, falta de preparo e de recursos também têm conduzido ao abandono ou venda de lotes de terras desapropriadas, todavia, em percentual que não é alarmante (algo em torno de 10% e 15%), quando se considera o conjunto, afastando-se as críticas dirigidas ao movimento dos assentados como um todo⁷. Isto quando não perdem as terras para os bancos, endividados pela inexistência de linhas de crédito específicas.

No entanto, sem desprezar as dificuldades, a reforma agrária, representa um exercício de cidadania e uma luta contra a pobreza, fome, desemprego, pela soberania e segurança alimentares e contra o desrespeito aos direitos humanos. Assim, é nesse sentido podemos situar o Serviço Social. Este atua nas diversas expressões da questão social e se envolve diretamente nas contradições e desigualdades decorrentes da relação capital/ trabalho, para minimizar as mazelas da questão social.

Este, ao atuar junto às refrações da questão social, pode estar também em relação direta com uma de suas particularidades mais perversas: a questão agrária.

Nesse sentido, como não se restringe ao campo, muito menos é uma necessidade apenas dos sem-terra, camponeses ou trabalhadores rurais, a luta pela reforma agrária traz a necessária interação com a cidade. Por essa razão, estudiosos do assunto e envolvidos nessa questão dizem que ela é travada fortemente no campo, mas é ganha nas cidades (OLIVEIRA, 2002, p. 54; LINHARES; SILVA, 1999, p. XIV; MANIGLIA, 2004, p. 70; ABINAGEM, 1996, p. 44; MARTINS, 1994, p. 12-13).

⁷ “A FAO, um órgão das Nações Unidas, estabelece um padrão internacional, considerando normal um índice de desistências, pelos mais variados motivos (desadaptação, convivência, doenças, possibilidade de outras atividades), de até 20%. Nos assentamentos, na média do Brasil, não se chega a 15% de desistências.” (STÉDILE; GORGEN, 1993, p. 87).

Fazendo uma breve retomada histórica sobre a política agrária brasileira, iremos destacar, portanto, o período posterior à gestão do Presidente José Sarney. Foi neste governo que foi criado o Ministério da Reforma Agrária e do Desenvolvimento Agrário (MIRAD), o Programa Especial de Crédito para a Reforma Agrária (Procera), houve também a indicação de José Gomes da Silva para o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra). Foi em 10 de outubro de 1985 que o então presidente anunciou o I Plano Nacional de Reforma Agrária (PNRA), que previa o assentamento de 1,4 milhão de famílias, durante quatro anos, regularização fundiária, colonização e tributação da terra, formação dos camponeses, políticas de financiamento e de desenvolvimento tecnológico, cadastro de imóveis rurais, estudos e pesquisas, apoio jurídico, solução dos conflitos agrários etc, segundo José Gomes da Silva (1987, p. 60-64).

As propostas e projetos, porém enfrentaram intensa reação pelas forças conservadoras dentre as quais podemos citar a Confederação Nacional da Agricultura (CNA), Sociedade Rural Brasileira (SRB), Organização das Cooperativas do Brasil (OCB) e a União Democrática Ruralista (UDR)⁸. O governo alterou suas metas e, após apresentar 12 versões para o Plano, desfigurou completamente o projeto inicial, que acabou não sendo implementado.

O PNRA foi aprovado depois de ser praticamente alterado por inteiro, onde quase nada ficou da proposta original, contando inclusive com a saída de José Gomes da Silva (1987, p. 108) do INCRA:

[...] a Reforma tinha uma aceitação muito grande entre a população como um todo. O que realmente aconteceu em termos de produto final foi que o poderio econômico, a competência e a ousadia da direita, auxiliada pela penetração dos grandes órgãos de formação de opinião pública (grande imprensa, principalmente), fizeram reverter essa tendência. Além disso, as hesitações do Governo ajudaram a contra-Reforma que avançou pelos flancos e encurralou o MIRAD/INCRA e as frágeis forças que os apoiavam. O resultado foi o debate representado pela decretação de um PNRA que não guardou relação com a 'Proposta' [...].

De acordo com Melo (2006, p. 217):

No final do governo Sarney, haviam sido assentadas apenas 84.852 famílias, cerca de 6% da previsão inicial. A frustração com esse resultado contribuiu sobremaneira para o fortalecimento, crescimento e organização dos movimentos sociais do campo, assim como para a escalada de ocupações de terras.

⁸ A UDR nasceu como um movimento social, organizado pelo setor latifundiário para de um lado, fazer frente à implantação do I PNRA e, de outro lado, agir com violência contra os movimentos de posseiros e trabalhadores rurais sem-terra (SOUSA JÚNIOR, 2000, p. 239).

Já no governo de Fernando Collor de Mello (março de 1990 a outubro 1992), foram iniciadas as reformas neoliberais, tendo como principal característica a não intervenção estatal no domínio privado, com o pretexto da modernização econômica e da globalização. Apesar de ter criado um programa fundiário chamado de Programa da Terra (que segue proposto pelo BIRD), com a meta de assentar 400 mil famílias, a reforma agrária foi extinta da pauta política e intensificou-se a repressão contra o movimento dos sem-terra. O Ministério da Reforma Agrária foi extinto e nenhuma desapropriação de terras foi feita (MELO, 2006, p. 217).

Na gestão de Itamar Franco (outubro de 1992 a 1994), foi lançado o Programa Emergencial de Reforma Agrária, prevendo o assentamento de 80 mil famílias em dois anos. Foram implantados 152 projetos de assentamentos, atingindo 28% da meta estabelecida.

Já o governo Fernando Henrique Cardoso foi marcado pela presença do Estado na execução da política agrária como também pelo fortalecimento da repressão dos trabalhadores, lideranças e organizações em luta pela terra. Descartou a reforma agrária como necessidade para o desenvolvimento nacional, aplicando-a apenas como política social compensatória e estimulando a reforma agrária de mercado orientada pelo Banco Mundial. Já a implantação dos assentamentos foi feita de forma desarticulada com as demais políticas públicas necessárias ao desenvolvimento rural (MELO, 2006, p. 218).

Contudo, com os massacres de Corumbiara⁹, no estado de Rondônia, em 1995 e de Eldorado dos Carajás¹⁰, no Estado do Pará, em 1996 e a marcha dos cem mil trabalhadores rurais à Brasília em 1997, houve a necessidade política do governo admitir a grande demanda por terra existente no Brasil. Ainda assim, a política fundiária desenvolvida por esse governo só aumentou os conflitos no campo.

As políticas neoliberais do governo FHC só fez aumentar o desemprego e os excluídos do campo. Ainda podemos destacar que a quantidade de terras distribuídas no governo FHC teve baixo desempenho bem como a qualidade de assistência dos assentamentos foi bem ruim. Os assentamentos não foram dotados de infra-estrutura, créditos e demais políticas públicas

⁹ O Massacre de Corumbiara foi o resultado de um conflito violento ocorrido em 9 de agosto de 1995 no município de Corumbiara, Rondônia. O conflito começou quando policiais entraram em confronto com camponeses sem-terra que estavam ocupando uma área, resultando na morte de 12 pessoas (entre elas uma criança de nove anos e dois policiais).

¹⁰ O Massacre de Eldorado dos Carajás ocorreu em 17 de abril de 1996 no município de Eldorado dos Carajás, no sul do Pará, Brasil. No massacre dezoito sem-terra foram mortos pela Polícia Militar do Estado do Pará. O confronto ocorreu quando 1.500 sem-terra que estavam acampados na região decidiram fazer uma marcha em protesto contra a demora da desapropriação de terras, principalmente as da Fazenda Macaxeira. A Polícia Militar foi encarregada de tirá-los do local, porque estariam obstruindo a rodovia PA-150, que liga a capital do estado Belém ao sul do estado. Dezoito pessoas morreram na hora, outras duas morreram anos depois, vítimas das seqüelas, e outras sessenta e sete ficaram feridas.

destinadas a viabilizá-los enquanto unidades geradoras de emprego e renda, sendo explicado aí a alto grau de evasão e a situação de penúria em que se encontram muitos assentamentos. Quanto a capacidade operacional do INCRA, no anos de 1995 a 2002, este teve seu pior resultado quanto ao abastecimento domiciliar de água, beneficiando apenas 8% da demanda. Já no que diz respeito a energia elétrica e estradas, o número de beneficiados atingiu somente 12% e 19% das 524.380 famílias, respectivamente (MELO, 2006, p.223).

A lentidão da reforma agrária nesse período foi agravada também pelo fato do governo tratar a questão agrária como caso de polícia (MELO, 2006, p. 224). O Presidente FHC criou duas medidas provisórias: uma em que determinava o não assentamento das famílias que participassem das ocupações de terra e outra que determinava a não vistoria das terras ocupadas por dois anos, quando ocupadas uma vez e por quatro anos quando ocupada mais de uma vez. FHC também substituiu a política de crédito especial para a reforma agrária (Procer), que foi criada durante o governo Sarney, pelo Pronaf e a política de assistência técnica, prejudicando milhares de famílias assentadas e intensificando o empobrecimento. Nas palavras de Celos (2007, p. 133):

O governo Fernando Henrique chegou a lançar a Medida Provisória n.º 1577/97, que impediu a vistoria, pelo Incra, em imóveis ocupados, com o propósito declarado de impossibilitar as desapropriações. Também procurou impedir o assentamento de famílias que tivessem participado de ocupações. Para desmobilizar, ainda mais, a organização popular no campo, estimulou a reforma agrária pelo correio (famílias interessadas deveriam se cadastrar e aguardar a convocação para futuro projeto de assentamento, o que não se efetivou) e o Banco da Terra (o governo adquiriu terras, ao invés de desapropriá-las, e repassou lotes para as famílias, que se comprometiam a arcar com o pagamento financiado). Pelo conjunto das medidas, seu governo ficou marcado por uma política agrária neoliberal.

Também podemos citar como outras medidas que contribuíram para dificultar a realização da reforma agrária e a consolidação dos assentamentos, o processo de desmonte do INCRA (aprofundado não só pela ineficiência de recursos financeiros como de recursos humanos), bem como o sucateamento de outros órgãos governamentais que atuavam nas ações de reforma agrária.

Para Fernandes, embora FHC tenha dito que realizou a maior reforma agrária da história do Brasil, o que de fato aconteceu foi a diminuição do crescimento do número de famílias acampadas e a precarização dos assentamentos implantados, que foram projetos

incompletos, pois não tinham infra-estrutura básica e onde a maior parte deles também não receberam crédito agrícola e investimento.

A eleição de Luiz Inácio Lula da Silva representou a esperança em mudanças significativas na sociedade com a possibilidade de uma ampla reforma agrária.

No início, o governo confiou a formulação de um plano de reforma agrária a Plínio de Arruda Sampaio e equipe. O grupo, propôs o assentamento de 1 milhão de famílias, em quatro anos, priorizando-se, como demanda imediata, 180 mil famílias acampadas. A proposta não foi aceita pelo governo, que anunciou o II Plano Nacional de Reforma Agrária, aprovado no final de 2003, com números bem menores, No novo plano: o assentamento de 400 mil famílias até o ano de 2006; regularização da posse de 500 mil famílias; crédito fundiário para 128 mil famílias; viabilidade econômica dos assentamentos; (CARVALHO FILHO, 2005, p. 27).

O II PNRA previa também os seguintes programas para viabilizar seus objetivos: novos assentamentos; cadastro de terras e regularização fundiária; recuperação dos atuais assentamentos; crédito fundiário; igualdade de gênero na reforma agrária; titulação e apoio ao etno-desenvolvimento de áreas remanescentes de quilombos; reassentamento de ocupantes não-índios de áreas indígenas; atingidos por barragens e grande obras de infra-estrutura; populações ribeirinhas. Esses programas visavam criar condições para melhorar a vida das famílias já assentadas, e regularizar a situação das famílias que estavam na posse de pequenas glebas.

De acordo com o representante da CPT, Dom Tomas Balduino (2005, p. 33) não houve o incentivo à criminalização ou repressão dos movimentos sociais, encontrando no governo maior abertura para apresentar demandas e cobrar iniciativas governamentais. No entanto, a reforma agrária demorou a ser implantada e não se deu a ruptura com o modelo agroexportador, além da nomeação de Roberto Rodrigues, um dos representantes do agronegócio, para o Ministério da Agricultura,

No entanto, as metas do II PNRA até agora não vêm sendo cumpridas. Até outubro de 2005, um ano antes do final do primeiro mandato do Presidente Lula, teriam sido assentadas, em média 125 mil famílias. Segundo Carvalho Filho, que integrou o grupo responsável pela elaboração da proposta do II PNRA, a ação governamental deixou a desejar e “[...] não apresenta diferenças significativas quando comparada com aquela implementada pelo governo anterior” (CARVALHO FILHO, 2005, p. 32). Para o autor, das 125,5 mil famílias consideradas assentadas em 2005, apenas 45,7% o foram em áreas de reforma agrária. O

restante 54,3% refere-se a assentamentos ou reordenação de assentamentos em terras públicas. Os dados também mostram que grande parte dos assentamentos ocorre em áreas de fronteira agrícola, seguindo o comportamento de governos anteriores.¹¹

Já de acordo com os relatórios de gestão do INCRA e de informações prestadas pelo Ministério de Desenvolvimento Agrário, os resultados acumulados até 31 de outubro de 2005 eram os seguintes:

- a) No que diz respeito aos novos assentamentos, foram assentadas 178.168 famílias, em 1.151 projetos de assentamentos, o que representa 69% da meta para o período, sendo que 40% ocorreram no Norte do país, 37% no Nordeste, 16% no Centro-Oeste, 3% no Sul e 4% na região Sudeste;
- b) Quanto à regularização fundiária, até o final de 2004 tinham sido concluídos 4.408 processos de regularização, menos de 1% da meta total, que era de 500 mil posses;
- c) Já o cadastro georreferenciado, a meta era cadastrar cerca de 2,2 milhões de imóveis rurais até 2006. Até outubro de 2004 tinham sido georreferenciados apenas 16.674 imóveis, ou seja, menos de 1% da previsão.

As Tabelas 2 a 4 ilustram um pouco sobre o número de famílias assentadas pelo II PNRA (2003-2005).

Tabela 2 – Número de famílias assentadas por região

Região	2003	2004	2005*	Total
Centro-Oeste	4.437	14.861	9.400	28.698
Norte	16.004	31.774	22.324	70.102
Nordeste	13.256	28.522	24.149	65.927
Sul	1.038	3.638	1.386	6.062
Sudeste	1.566	2.459	3.354	7.379
Total	36.301	81.254	60.613	178.168

Fonte: Relatórios de Gestão INCRA 2003 e 2004.

*Dados computados até 31 de outubro de 2005

¹¹ As informações estão disponíveis no site www.cpt.org.br, acesso em agosto/2008

Tabela 3 – Número de famílias assentadas por ano e por gestão

ANO	FAMÍLIAS ASSENTADAS	MÉDIA ANUAL	
1995	42.912	67.588	Assentamentos por gestão 287.994
1996	62.044		
1997	81.944		
1998	101.094		
1999	85.226		Assentamentos por gestão 252.710
2000	60.521		
2001	63.477		
2002	43.486		
2003	36.301	95.355	Assentamentos por gestão 381.419
2004	81.254		
2005	127.506		
2006	136.358		

Fonte: Relatórios de Gestão INCRA 2003 e 2004.

Tabela 4 – Número de projetos de assentamento

A N O	Implantação de Projetos		
	Número de Projetos	(Área/ha)	
1995	387	2.544.688	Hectares por gestão 11.254.096
1996	466	2.451.405	
1997	701	3.455.917	
1998	753	2.802.086	
1999	670	2.109.418	Hectares por gestão 8.607.321
2000	417	2.158.702	
2001	477	1.837.883	
2002	384	2.501.318	
2003	320	4.573.173	Hectares por gestão 31.679.790
2004	426	3.511.434	
2005	880	14.193.094	
2006	717	9.402.089	

Fonte: Relatórios de Gestão INCRA 2003 e 2004.

De acordo com o Ministério do Desenvolvimento Agrário, a média anual de famílias assentadas de 2003 até o final de 2006 era de 95.355. De acordo com o MDA e o INCRA, neste período foram assentadas 381.419 famílias, em 2.343 projetos de assentamento, totalizando 31,6 milhões de hectares. De acordo com esses órgãos, somente em 2006, foram criados 717 projetos de assentamento, em 9.402.089 hectares, para o assentamento de 136.358 famílias¹².

¹² Informações disponíveis portal do Ministério do Desenvolvimento Agrário.

Devemos destacar também os avanços no governo Lula sobre essa questão. De acordo com o presidente do INCRA e o Ministério do Desenvolvimento Agrário, nas exposições à Comissão Parlamentar Mista de Inquérito (CPMI) a Terra ou por meio de remessa de informações, estes destacaram as principais ações do governo no que diz respeito à qualidade da reforma agrária neste governo:

- Aumento dos valores de crédito e investimento nos projetos de assentamento;
- Assessoria técnica, social e ambiental à reforma agrária (ATES);
- Recuperação de assentamentos antigos;
- Educação no campo e;
- Fortalecimento do INCRA

No entanto, com os dados referentes aos novos assentamentos, às regularizações fundiárias e ao georreferenciamento de imóveis rurais, estes, revelam o fraco desempenho do governo no programa de reforma agrária contrariando os objetivos do II PNRA. “Ao contrário a política do atual governo é pontual e não prioriza a desapropriação por interesse social como principal instrumento para obtenção de terras” (MELO, 2006, p. 229). Para o autor:

Cerca de 170 mil famílias vivem em acampamentos à beira de rodovia ou em áreas ocupadas, à espera de um pedaço de chão, enquanto aproximadamente 840 mil estão cadastradas pelo INCRA como possíveis beneficiárias da reforma. [...] As grandes propriedades declaradamente improdutivas totalizam cerca de 133 milhões de hectares, ao passo que a estimativa de terras devolutas chega ao número aproximado de 172 milhões de hectares. As terras públicas cadastradas por diferentes órgãos federais, e que poderiam ser destinadas ao assentamento de trabalhadores, somam 4,3 milhões de hectares. São, portanto, 311 milhões de hectares que poderiam ser disponibilizados à reforma agrária. Assim, a meta de assentar 400 mil famílias, prevista no II Plano Nacional de Reforma Agrária, é compatível com o estoque de Terras disponível. No entanto, tal meta tornou-se inviável diante da política econômica neoliberal que o governo Lula herdou da gestão FHC e lhe deu continuidade, que drena os recursos orçamentários para o pagamento dos serviços da dívida pública federal. (MELO, 2006, p. 28).

No Poder Legislativo, no âmbito das duas casas (Câmara Federal e Senado), deu-se a criação de uma Comissão Parlamentar Mista de Inquérito, a *CPMI da Terra*, após pressão dos ruralistas e de parlamentares da oposição, contra a atuação dos movimentos sem-terra,

principalmente o MST, e como forma de deslegitimar e enfraquecer qualquer atuação pró-reforma agrária.

Com mais de 75 mil páginas de documentos, o relator, Deputado Federal João Alfredo (inicialmente no PT e depois no PSol/CE), apresentou seu voto, denunciou os grandes danos do latifúndio e suas mazelas históricas, também legitimando os movimentos sociais, associações e cooperativas de reforma agrária. Contudo, de acordo com Celos (2007, p. 136, destaque do autor):

[...] as forças ruralistas conseguiram rejeitar aquele relatório e aprovaram, por 13 votos a 8, no dia 29 de novembro de 2005, o relatório substituto, apresentado pelo Deputado Abelardo Lupion (PFL-PR), integrante da bancada ruralista. O relatório vencedor deve ser tido como mais uma tentativa de criminalizar a atuação dos movimentos sociais que lutam pela terra, além de descaracterizar o sentido da questão agrária brasileira, ignorando seus aspectos sociais e políticos. Não abordou a reforma agrária, a violência - nem mesmo a morte da missionária Dorothy Stang é mencionada - e o trabalho escravo, por exemplo.

Adotando um tom preconceitoso e autoritário, chega a “acusar” o MST de ser socialista, esquerdista e revolucionário. O voto vencedor sugeriu (proposição legislativa) que a ocupação de terras fosse definida como ato terrorista e crime hediondo, além da figura penal do “esbulho possessório com fins políticos” e pediu os indiciamentos de cinco integrantes do MST e dos presidentes de suas entidades parceiras, a *Confederação Nacional das Cooperativas de Reforma Agrária do Brasil (Concrab)* e a *Associação Nacional das Cooperativas Agrícolas (ANCA)*. Também sugeriu o fim dos repasses de verbas públicas para essas entidades.

Mas o relatório vencido não foi descartado e, recentemente, foi publicado, por iniciativa do Dep. João Alfredo e outros deputados e senadores, constituindo-se em importante material para o entendimento das questões que permeiam o meio rural.

Atualmente, a política do governo Lula não tem capacidade de alterar a estrutura fundiária. Nesse sentido, este necessita superar alguns desafios e adotar políticas diferenciadas para que possa realizar a reforma agrária, não de forma compensatória, mas sim como uma política de desenvolvimento territorial, implicando em desconcentrar a estrutura fundiária e fazer com que a utilização de terras no Brasil se realize em benefício principal daqueles que nela trabalham e não se constitua apenas como um simples “negócio”.

Faz-se necessário a implantação de um novo modelo, que requer uma outra decisão política, que envolva concepções de progresso, desenvolvimento da economia e sociedade (SOUSA JÚNIOR, p. 241), para que haja a perspectiva da implantação de uma proposta de

reforma agrária capaz de modificar a estrutura fundiária, aumentar o produto e a renda da agricultura e garantir a equalização de oportunidades. Resta, portanto, aos órgãos responsáveis pela política agrária, encontrar formas e alternativas para isso.

2.2 Os Assentamentos Rurais

A reforma agrária e assentamento são expressões diferentes, mas que muitas vezes são utilizadas com o mesmo significado. Reforma agrária é uma política pública de Estado e diz respeito à estrutura fundiária, no sentido de torná-la mais acessível às pessoas e, assentamento diz respeito às ações de natureza prática que se iniciaram com a seleção de beneficiários da reforma agrária e se encerrou no momento em que eles tomaram posse da terra destinada a eles. Essas pessoas se transformaram em verdadeiros produtores rurais (FERREIRA, 1994, p. 39).

Tomando o movimento de luta pela terra como referência nessa abordagem, os trabalhadores rurais, através de ações políticas, vão trazendo novos conteúdos ao termo assentamento. Desdobram-se aí novas ações políticas de confronto com o Estado. Os assentamentos surgem cada vez mais como experiências das crises sociais, como respostas às crises, como por exemplo, a ampliação da fome, da miséria, do desemprego, do inchaço dos centros urbanos, e das reduzidas taxas de crescimento econômico. Representam uma importante iniciativa no sentido de gerar empregos diretos e indiretos a baixo custo e estabelecer um modelo de desenvolvimento agrícola em bases mais equitativas.

De acordo com Bergamasco e Norder (1996, p. 7-8, destaque do autor), o termo assentamento é utilizado desde a década de 1960 na América Latina. Para os autores:

Os assentamentos surgem da luta dos trabalhadores rurais sem-terra. O termo “assentamento” apareceu pela primeira vez no vocabulário jurídico e sociológico no contexto da reforma agrária venezuelana, em 1960, e se difundiu para inúmeros outros países. De uma forma genérica, os assentamentos rurais podem ser definidos como a criação de novas unidades de produção agrícola, por meio de políticas governamentais visando o reordenamento do uso da terra, em benefício de trabalhadores rurais sem-terra ou com pouca terra. Como o seu significado remete à fixação do trabalhador na agricultura, envolve também a disponibilidade de condições adequadas para o uso da terra e o incentivo à organização social e vida comunitária.

Já Horácio M. Carvalho (2005, p. 7) define da seguinte forma o assentamento:

Compreende o conjunto de famílias de trabalhadores rurais vivendo e produzindo num determinado imóvel rural, desapropriado ou adquirido pelo governo federal (no caso de aquisição, também, pelos governos-estaduais), com o fim de cumprir as disposições constitucionais e legais relativas à reforma agrária. A expressão assentamento é utilizada para identificar não apenas uma área de terra, no âmbito dos processos de reforma agrária, destinada à produção agropecuária e o extrativista, mas, também, um agregado heterogêneo de grupos sociais constituídos por famílias de trabalhadores rurais.

Apesar das particularidades que envolvem cada assentamento, estes guardam diversas características em comum, como por exemplo a história de exploração e expropriação a que as famílias de determinada região sofreram até chegar à intensificação dos conflitos fundiários. Assim, materializam-se a partir de ocupações de terra, principalmente.

Para analisar os assentamentos rurais destaca-se os apontamentos feitos por Leite (1995, p. 204):

[...] dado ao conjunto de características que marcam a gênese dessas unidades produtivas, tratá-las simplesmente da ótica da categoria 'empresas rurais/produtores rurais' ou ainda submetê-los a padrões de avaliação econômica contidos nos tradicionais manuais de avaliação de projetos, tende a deturpar as condições em que se dá a produção nesses núcleos e os resultados daí advindos. Da mesma forma [...] identificá-los, por suas características formais, à pequena produção, implica em perder de vista os processos de conflito, geração de utopias, peculiaridades da ação governamental, etc., que os caracterizam. Essa ressalva tem sido importante para evitar comparações a posteriori, que tendem a dissimular os fatores condicionantes do processo de implementação desses novos núcleos, ressaltado aí o perfil de intervenção do Estado, bastante distinto daquele operado no bojo da modernização agrícola.

O assentamento compreenderia basicamente as ações de natureza prática que se iniciaram com a seleção dos beneficiários da reforma agrária e se encerrariam no momento em que eles tomassem posse do lote de terra que lhes tenha sido destinado. No entanto, desde o Estatuto da Terra, os assentamentos não foram tratados de modo específico, com exceção do curto período em que foi realizado o Programa Especial de Crédito para a Reforma Agrária (Procerá). A precariedade e a dificuldade que as famílias sem-terra enfrentam, revelam a importância que o Estado tem dado a essa questão (FERNANDES, B. M., 2006). Revela-se nessa conjuntura a importância dos movimentos sociais na construção dos projetos de assentamento rural, tendo em vista a incipiente iniciativa do Estado na proposição de novos

assentamentos, cuja ação se dá, sobretudo, na regularização de áreas envolvendo conflitos, tais como ocupação, ocupação paulatina, resistência na terra ou formas mistas.

A implementação dos assentamentos no Brasil, não decorre de uma política de desenvolvimento voltada para o atendimento da população rural, mas sim de uma tentativa de atenuar a violência dos conflitos sociais no campo, principalmente a partir da década de 1980.

No entanto, em diversos casos a conquista da terra não significa que seus ocupantes passem a dispor da necessária infra-estrutura social (saúde, eletrificação, transporte, moradia) e produtiva (terras férteis, assistência técnica, apoio creditício e comercial) que leva ao sucesso dos assentamentos. Após a conquista da terra, inicia-se uma nova luta, agora pela consolidação da posse de terra, pela obtenção de condições econômicas e sociais mais favoráveis ao estabelecimento destes trabalhadores enquanto produtores agrícolas.

A conquista da terra impõe aos assentados desafios, incertezas e expectativas da produção econômica. Para realizá-la, é necessário o (re) estabelecimento de relações com instituições públicas e privadas. Como já apontamos anteriormente, porém, nem sempre este ambiente no qual os produtores se inserem é adequado às suas necessidades, e sua precariedade pode impedi-los de obter avanços produtivos. A carência dos meios de trabalho pode fazer com que os assentados entrem num sistema que dê continuidade a sua pobreza. A condução da produção agrícola pressupõe a disponibilidade de certos recursos técnicos e financeiros que os assentados nem sempre possuem quando iniciam suas atividades na terra conquistada (a maioria, de baixa fertilidade). A aquisição de tratores e equipamentos, tratores, fertilizantes, crédito, sementes, combustíveis e mesmo de alimentação até a primeira colheita pode se tornar impossível para uma família isolada. Surge daí a necessidade de procurar formas associadas e cooperativas para viabilizar o trabalho de cada um, o que tem recebido apoio não só do MST como da Igreja, dos órgãos governamentais e demais entidades envolvidas com a questão (BERGAMASCO; NORDER, 1996, p.56-57).

Apesar de os assentamentos serem uma realização do Estado, eles se constituem como espaço de existência camponesa e os assentados, constituem pela sua luta e resistência, os sujeitos do processo social e político. Esses assentamentos não são apenas lugares dedicados à produção agropecuária; são também o lugar do debate político, no qual discutem questões como a conquista da terra e a continuidade articulada das lutas; são um espaço de ações coletivas em que se expressam politicamente passando pela representação do interesse de classe. São ações motivadas por uma identidade construída no processo de luta pela terra e representam conteúdo político/ideológico que passa pelas relações de poder da estrutura da sociedade. Em cada assentamento, a forma social da produção adquire características que se fundamentam na trajetória do próprio grupo. No momento

em que a luta pela terra cede ao espaço da produção, surgem novas formas de mobilização social daqueles que de “sem-terra” se transformaram em “assentados”.

As ações coletivas são viabilizadas pelos grupos de assentados e núcleos de produção e possibilitam a ampliação da luta dos sem-terra. Organizados nos núcleos e grupos, os assentados lutam por infra-estrutura de produção, crédito financeiro e refletem sobre a política agrária, agrícola, questão ambiental, gênero, etc. (FABRINI, 2003, p. 9).

Os termos assentamento e assentado estão carregados de heterogeneidade. Os assentamentos são espaços de contribuições, onde o assentado não se constitui como sujeitos sociais homogêneos e o assentamento não é apenas um conjunto de famílias vivendo num mesmo espaço ou área de terra.

As diferentes idéias e ideais resultantes das trajetórias de vida dos assentados não são homogeneizadas na unidade que luta pela terra que representa. Resultante dessas diferenças surgem agrupamentos por afinidades de natureza variadas (política, econômica, familiares, religiosas, origem, etc.), motivando ações coletivas unificadas. A partir de diferentes grupos sociais e não necessariamente classistas, encontram-se comportamentos sociais distintos que se manifestam na religião, etnias, idade, culturas, escolaridade, filiação política partidária, etc., que representam diferentes trajetórias de vida de pessoas.

Essa diversidade de identidade social apresenta-se unificada na subordinação e reunida espacialmente na ocupação de terra (acampamento). O acampamento surge como uma forma inicial de aproximação e socialização dos trabalhadores sem-terra e se manifesta com maior intensidade no assentamento, pois a conquista da terra surge como base de nova socialização e a partir daí irá surgir grupos sociais que irão formar-se ou reproduzir-se e superar divergências entre eles nos sentido de unificação.

No que se refere às fases do assentamento, estas podem ser definidas de acordo com Ferreira (1994) em 5 fases:

1. *Obtenção de recursos:* Aquisição de áreas; identificação e seleção dos beneficiários; obtenção da adesão de instituições de ação complementar; disponibilidade de recursos materiais, financeiros e humanos.
2. *Constituição do projeto e conhecimento de recursos:* Inicia-se o processo de ocupação da área. Os beneficiários e suas famílias são instalados na área, onde deverão também estar os responsáveis do Incra e demais instituições públicas comprometidas. São então

instaladas as obras de uso comum (cozinha-refeitório, sanitário-lavanderia, depósito-abrigo de animais de trabalho e equipamentos, os escritórios alojamentos e as barracas de alojamento), constituindo-se o núcleo provisório residencial e de serviços do projeto. Nessa fase também se procede à demarcação de perímetros e cercas, abertura de caminhos internos, posicionamento de água e tratamento de dejetos. Durante esse período não se deve exceder o prazo de seis meses.

3. *Habilitação dos recursos*: Nessa etapa (entre os seis e dezoito meses), implementam-se algumas das obras mais necessárias de infra-estrutura: estradas, armazéns, mecanismos de provisionamento de bens de produção e de consumo. Trabalhos de derrubadas, destocadas, correção de acidez, fertilidade, poços, barreiros, açudes também são feitos, bem como a recuperação das condições básicas de saúde dos agricultores e suas famílias e a provisão de ensino complementar nas formas que foram necessárias.
4. *Consolidação do assentamento*: Nessa fase (entre os 18 e 60 meses), o projeto deve buscar a auto-suficiência, com a estruturação de suas bases produtivas e a consolidação da infra-estrutura básica requerida.
5. *Administração*: Nessa última fase deveria haver a co-gestão, a ser desempenhada pelos órgãos presentes na área e representantes dos assentados. Progressivamente, as tarefas e decisões seriam assumidas pelos assentados, através de formas associativas que elessem como as de sua preferência (FERREIRA, 1994, p. 43).

Nas palavras do mesmo autor:

O assentamento agrário seria a culminância e a finalização de um longo processo que se iniciou com a formulação de planos, projetos, desapropriações, etc. Mas o assentamento ao se concluir com o acesso do trabalhador à terra: antes terão que lhe ser propiciadas condições necessárias e suficientes para que se concretize a determinação constitucional da terra cumprir sua função social. Se, por um lado, a noção de assentamento envolve a fixação do homem à terra, não pode se desvincular do provimento das condições para torna-la produtiva. (FERREIRA, 1994, p. 43).

Para o INCRA, existem três condições básicas para que os assentamentos sejam efetivados: oferta de terras ao beneficiário; oferta de condições para explorar a terra; e o incentivo à organização dos assentados (FERREIRA, 1994).

Nesse contexto, a principal política de democratização do acesso à terra, seja por sua importância econômica como agente dinamizador da agricultura, como por seu impacto político na mídia, tem sido os assentamentos rurais. De acordo com Reydon, Escobar e Luiz Berto (2007, p. 3):

A demanda social por terra, aumentada em períodos recentes no Brasil, decorre do fato real de que, para uma grande parte de trabalhadores, a intenção de conseguir um posto de trabalho torna-se cada vez mais difícil e, quando aparece, é temporário e com os riscos provocados pela flexibilização e precarização do mercado de trabalho.

Esses assentamentos de reforma agrária ocupam um espaço crescente no debate social brasileiro devido ao potencial e à contribuição que estes agentes econômicos podem dar para criação de emprego e diminuição do êxodo rural, o aumento da oferta de alimentos, incrementos na produção agrícola e para a elevação do nível de renda e a conseqüente melhoria na qualidade de vida dos trabalhadores rurais brasileiros.

No caso brasileiro, em certos municípios, já são visíveis os impactos socioeconômicos benéficos trazidos pela multiplicação de unidades de produção agrícolas. A demanda por bens e serviços pelos assentados, que são exercidas principalmente em nível local, ampliou significativamente as atividades comerciais dos municípios, o que se traduziu num aumento da arrecadação de impostos (FERNANDES, B. M., 2006).

Para o mesmo autor, dependendo da escala do impacto, definida pelo número de famílias que chegam ao município, bem como pelo número de assentamentos implantados, num primeiro momento, alteram-se simultaneamente as estruturas populacional e fundiária. O impacto socioterritorial na estrutura populacional acontece com a chegada dos novos habitantes, a população pode crescer e aumenta a demanda por serviços públicos como saúde, educação, transporte etc. Esse impacto é acompanhado por outros tipos de impactos socioterritoriais, como, por exemplo, o impacto econômico, que acontece em um segundo momento, com a produção agropecuária pelos assentados. O impacto altera a dinâmica produtiva, modificando os sistemas agrários e intensificando o comércio.

Bergamasco e Norder (2003) ressalta que os projetos de reforma agrária provocaram a dinamização da vida econômica de vários dos municípios onde se inserem, tendo como base um processo produtivo mais diversificado, significando uma espécie de reconversão produtiva em regiões de crise da agricultura patronal, em alguns casos contribuindo para uma reorganização dos sistemas de uso dos solos da produção familiar no seu contexto mais geral.

Os assentados aumentaram também sua capacidade de consumo, comprando não só gêneros alimentícios nas feiras, no comércio local e até mesmo de cidades vizinhas, como também insumos e implementos agrícolas, eletrodomésticos e bens de consumo em geral. Complementarmente, a comercialização da produção dos assentados provocou não apenas a dinamização ou até mesmo recriação de canais tradicionais, como é o caso das feiras na zona canavieira nordestina ou ainda através da presença dos "atravessadores"; como também a experimentação de criação de pontos de venda próprios (feiras de produtores), como no município de Campos dos Goytacazes, RJ; formas cooperativas, experiências relativamente bem sucedidas de transformação do produto para venda, através da implantação de pequenas agroindústrias; constituição de marcas para comercializar a produção; busca de constituição de um mercado específico para os "produtos da reforma agrária" etc. Neste último caso, as inovações não apenas atestam a origem do produto comercializado, mas principalmente têm a função de transformar a comercialização num momento de afirmação social e política da identidade de assentados e do sucesso das experiências de redistribuição fundiária, como verificado nos projetos existentes no oeste catarinense.

Os assentamentos implicam ainda em alguma redistribuição fundiária, tanto mais visível quanto maior o número de assentamentos num município. A presença dos assentamentos tem, igualmente, modificado a paisagem, o padrão de distribuição da população rural, o traçado das estradas, levando em diversas situações à formação de novos aglomerados populacionais rurais, mudando o padrão produtivo.

No entanto, as limitações dos assentados levam à necessidade de se consolidar a política fundiária inserida no conjunto das políticas públicas: a prioridade que obtém no quadro de dotações orçamentárias, o lugar institucional que lhe é destinado e o conseqüente tratamento que lhe é conferido (MEDEIROS; ESTÉRCI, 1994a).

Cada família assentada tem direito a financiamentos para que possa construir moradia e estruturar a produção na propriedade que acabou de receber. O desenvolvimento de uma política agrícola, o que inclui a liberação de créditos, é função do Estado conforme previsto na Constituição Federal. O objetivo de uma política agrícola é dar condições aos trabalhadores rurais para se fixarem no campo.

Contudo, num cenário de crise da agricultura tradicional e de fechamento do mercado de trabalho, especialmente para os segmentos menos qualificados da população, os assentamentos representam uma importante alternativa de emprego. Estes servem como proteção social, resolvem o problema de moradia e permitem a inserção no mercado de trabalho. Favorecem,

portanto, a consolidação ou mesmo reconstituição de laços familiares antes desfeitos ou ameaçados pela necessidade de deslocamento das pessoas para buscar alternativas de sobrevivência. Por outro lado, geram novas pressões sobre a terra, na medida em que a agregação de novos membros pode intensificar o uso da terra no lote e favorecer a saída para outros lotes ou mesmo para novas ocupações de terra. A presença dos assentamentos também atua como fator gerador de postos de trabalho não agrícolas (construção de casas, estradas, escolas, contratação de professores, surgimento de transporte alternativo, etc.) e dinamizador do comércio local nos municípios onde se inserem, fato que se acentua nos casos de elevada concentração de assentados (BERGAMASCO; NORDER, 2003).

Observa-se assim, que há um aumento da quantidade de famílias assentadas que vão provocar mudanças significativas do ponto de vista social, econômico, político e espacial nos locais em que são implantados. Para Sérgio Souza (2007, p. 33, destaque do autor):

O aumento de pessoas morando no espaço rural vai criar demandas que refletirão no espaço urbano mais próximo, com resultados positivos para o comércio local, pela aquisição pelos assentados de produtos industrializados, pela comercialização de produtos originados nos assentamentos (leite, mandioca, etc) e pelo aumento da demanda por infraestrutura, equipamentos e prestação de serviços públicos. Por outro lado, a relação campo-cidade vai se intensificando na medida que um número maior de pessoas e mercadorias passam a trafegar entre estes dois pólos, imprimindo novas realidades no espaço rural e urbano dos pequenos municípios em que estão implantados os assentamentos rurais.

Será analisado, no entanto, para uma melhor compreensão dessa realidade o tema dos assentamentos rurais no Brasil e no estado de São Paulo de forma mais detalhada a seguir, destacando algumas mudanças que os assentamentos rurais vêm provocando em algumas partes do Brasil.

2.3 Impacto dos Assentamentos Rurais Brasileiros

O aumento do número de assentamentos, principalmente a partir da década de 1990, ensejou uma discussão maior sobre a reforma agrária em nosso país. De um lado estavam os defensores dos assentamentos e os assentados, que procuravam mostrar os efeitos positivos na produção agrícola e pecuária. Do outro estavam os opositores das desapropriações, que tentavam

desqualificá-los, mostrando a ineficácia produtiva dessas experiências, apontando baixos índices de produtividade, elevado número de desistências e indícios de favelização dos assentados.

Conforme menciona Caio Galvão de França (apud LEITE et al 2004, p. 11):

[...] a percepção mais difundida sobre os assentamentos é marcada por mitificações instrumentalizadas no debate político sobre a questão agrária, e, em particular, sobre reforma agrária. De forma recorrente caracterizam-se os assentamentos como favelas rurais, espaços de indigência, formados por pessoas estranhas á agricultura e que deveriam, quando muito, ser objeto de políticas assistenciais, exemplo do desperdício dos recursos públicos e demonstração do fracasso da reforma agrária.

A implantação desses assentamentos é consequência da atuação dos movimentos sociais de luta pela terra e, em especial do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra -, que se organizando e ocupando fazendas improdutivas trouxe à tona uma questão da luta pela terra.

A partir desse processo, de acordo com a Tabela 5, foi implantado entre 1942/2004 um total de 6.241 assentamentos rurais, envolvendo 793.181 famílias assentadas.

Tabela 5 - Número de assentamentos rurais e famílias assentadas por regiões – 1942-2005

Região/UF	Nº Assentamentos	%	Nº Famílias	%	Área (HÁ)	%
Norte	1.202	19,26	327.776	41,32	20.504.933	59,00
Nordeste	2.860	45,83	266.186	33,56	6.774.579	19,45
Centro-Oeste	830	13,30	119.703	15,09	5.791.407	16,63
Sudeste	576	9,23	39.933	5,03	1.031.126	2,96
Sul	773	12,39	39.583	4,99	721.634	2,07
Brasil	6.241	100,0	793,181	100,0	34.823.679	100,0

Fonte: DATALUTA – Banco de Dados da Luta pela Terra, 2006.

Pela Tabela 5, pode-se verificar que a região Norte concentrou no período entre 1942/2004 a maior quantidade de famílias assentadas, representando 41,32 % do total; seguida da região Nordeste, com 33,56% e do Centro-Oeste, com 15,09 %. A região Sudeste compareceu com 5,03% e a região Sul com 4,99% de famílias assentadas.

As regiões Norte e Nordeste apresentam um número maior de famílias assentadas conforme se pode verificar na Tabela 5, o que demonstra que a luta pela terra é mais acirrada nessas áreas, ou que os governos querem mandar os sem-terra para lugares de expansão da fronteira.

Apesar de não ocorrer uma alteração mais profunda na estrutura fundiária do país, a implantação dos assentamentos tem proporcionado uma reestruturação fundiária nos pequenos municípios em que estão implantados.

Neste tópico será feita uma descrição dos principais efeitos que os assentamentos vêm provocando em diversas partes do Brasil.

Para a descrição desses efeitos, foi utilizado as informações e os dados contidos no estudo de Leite e outros (2004) intitulado “Impacto dos assentamentos: Um estudo sobre o meio rural brasileiro”. Esta obra está baseada na pesquisa “Os impactos regionais da reforma agrária: um estudo de áreas selecionadas” – realizada pelo Núcleo de Estudos Agrários e Desenvolvimento Rural (NEAD) entre 2000/2001.

Leite (1994) cita que muitos artigos foram publicados abordando o sucesso ou o fracasso da política de assentamentos. Nessas pesquisas enfatizam-se mais as dimensões produtivas e econômicas, como também os efeitos sobre o meio ambiente, a estrutura fundiária e a participação política.

Na literatura sobre os assentamentos rurais no Brasil, a maioria dos estudos focaliza os efeitos internos que ocorrem sobre os beneficiários diretos dos assentamentos. Há também os efeitos externos provocados pelos assentamentos, que são objetos de análise a partir de 1990, quando já havia um número significativo de assentamentos.

A implantação desses assentamentos rurais tornou-se um importante marco para o debate sobre a reforma agrária no Brasil demonstrando a importância dos mesmos no contexto das políticas públicas voltadas para o campo brasileiro.

Assentar significa reconhecer uma situação de conflito, na qual determinados agentes sociais passam a ter acesso a demandas, muitas das quais até então ignoradas, que podem permitir sua transformação em direitos, o que implica trazer uma mediação legal para o conflito. Daí deriva uma das primeiras dimensões do que se poderia chamar "impacto" dos assentamentos: trazer determinados segmentos para a experiência com o mundo dos direitos, na medida em que o assentamento em si mesmo implica o reconhecimento do direito a um determinado pedaço de terra (o que é diferente do reconhecimento do direito à terra em geral). A trajetória dos assentados, suas alianças, possibilidades de coesão e de constituição de espaços de poder, as relações que estabelecem entre si, com o Estado, com as forças políticas locais são definidoras das possibilidades de consolidação desse direito e/ou de seu desdobramento em outros direitos (já dados ou novos). Desse ponto de vista, o assentamento representa uma ruptura com uma situação anterior e aparece, ele mesmo, como resultado de relações de poder (LEITE et al, 2004, p.114).

Neste grande estudo realizado por Leite et al. (2004), que reuniu diversos especialistas da área foi possível entender melhor as dinâmicas dos assentados e seus impactos sociais.

Segundo Leite et al. (2004, p. 29),

[...] tomou-se como foco áreas com elevada concentração de projetos de assentamentos e alta densidade de famílias assentadas por unidade territorial, denominadas manchas, pressupondo que este procedimento traria maior possibilidade de apreensão dos processos de mudanças em curso. A definição de mancha implicou trabalhar áreas contínuas, que concentram um número representativo de projetos de assentamentos, podendo abranger mais de um estado da federação, e sua delimitação geográfica não necessariamente coincidiu com outros recortes regionais existentes. Levou-se também em conta a existência de estudos prévios sobre os assentamentos, bem como a possibilidade de contar com equipes com experiência de pesquisas sobre essas regiões.

Essas pesquisas indicaram que a implantação dos assentamentos permitiu o acesso à terra a uma população de trabalhadores rurais residentes na própria região, ampliou as oportunidades de criação de empregos diretos e indiretos, bem como instrumento de rearranjos familiares na medida em que deu segurança para outros membros da família que se encontravam dispersos. Nessa pesquisa, foi constatado também que a maioria dos assentados já exercia atividade agrícola, sendo trabalhadores e trabalhadoras rurais que enfrentavam diferentes situações de sujeições ao trabalho.

Os assentamentos também apresentaram um resultado significativo no que se refere ao número de escolas, pois em cerca de 86% dos assentamentos existem escolas instaladas, demonstrando que apesar dos problemas enfrentados pelos professores e alunos, os

assentados podem ter a possibilidade de freqüentarem a escola. Nos assentamentos em que não há escolas, as crianças e jovens deslocam-se para os núcleos urbanos ou distritos mais próximos.

Com relação à assistência médico-hospitalar, somente 21% dos assentamentos pesquisados por Leite e outros (2004), possuem postos de saúde. Os assentados precisam procurar serviços na sede do próprio município, demonstrando que a criação de assentamentos, em especial quando envolve o deslocamento de população de outros municípios/regiões, implica pressão sobre os serviços de saúde regionais, deficientes no que se refere ao atendimento e que tendem a desencadear novas reivindicações ou a engrossar as já existentes, o que revela a escassez desse tipo de serviço nos assentamentos.

Esse estudo destaca que em 79% dos assentamentos as atividades no lote são realizadas somente pela família do assentado. Torna-se possível para essa população centrar suas estratégias de reprodução familiar e de sustento econômico no próprio lote, associando as atividades desenvolvidas a várias outras, muitas delas relacionadas com a existência do assentamento, através da realização de atividades como o plantio e a colheita realizada nos lotes de outros assentados (LEITE et al, 2004).

Leite e outros (2004, p. 131), também destacam que:

Quando nos voltamos para a razão da melhora, verificamos altos índices de resposta (83% dos que responderam) concentrados em uma série de argumentos que podemos agregar em torno do tema 'acesso à propriedade da terra', o que envolve melhora de renda (não pagamento da renda da terra, aumento do lucro, não ter que dar parte da produção para ninguém) e liberdade (foram freqüentes as respostas relacionadas a deixar de ser escravo/cativo, trabalho permanente para si e para a família, mais tempo livre, menor exploração). Parcela dos entrevistados (10%) relacionou o acesso à terra a melhorias na produção (produção maior e mais diversificada, possibilidade de poder criar animais, produção de alimentos, possibilidade de vender a produção). Além do acesso a terra, a melhora também foi relacionada pelos assentados à possibilidade de obtenção de financiamento (9%), acesso a tecnologia (8%), melhora de infra-estrutura (2%), tais como casa, eletricidade, escola, transporte etc, e melhora das condições de vida em geral (4%).

Uma pequena parcela (7% do total) afirmou que houve uma piora, grande parte em virtude da falta de condições de produção (39%), seguida pela ausência de recursos (35%), falta de condições de trabalho (16%) e problemas de saúde (15%).

Pode ser destacado como mudanças provocadas pelos assentamentos rurais em nível local e regional, a diversidade na produção agrícola, na criação animal, extrativismo, bem como a grande diversidade de produção vegetal como o milho, a mandioca e o feijão. Esses excedentes podem funcionar também como uma estratégia de reprodução e de manutenção da família na terra, pois estes produtos tornam-se reserva de valor para os momentos de crise financeira, na qual os assentados podem vendê-los.

Leite e outros (2004) cita que a implantação dos assentamentos leva a uma diversificação produtiva e à oferta de uma gama mais ampla de produtos agropecuários nos mercados locais, sobretudo se for considerado aquelas regiões em que predominavam paisagens com apenas um tipo de atividade agrícola.

Outro ponto que pode ser caracterizado é que na condição de assentado, essa população, pela primeira vez, teve acesso ao crédito para produção, ainda que essa inserção ao mercado financeiro esteja marcada por um conjunto significativo de dificuldades.

Como apontam Leite e outros (2004, p. 216),

Outro aspecto importante de ser analisado refere-se às condições de financiamento das atividades econômicas desenvolvidas no interior dos projetos e ao acesso às políticas de crédito rural existentes pelo conjunto de beneficiários dos projetos de reforma agrária. Esta questão merece destaque na medida em que os recursos mobilizados para o crédito, além de repercutirem na capacidade produtiva dos assentamentos, impulsionam um conjunto de atividades locais, aumentam a circulação monetária no município e estabelecem um diálogo direto e particular com o Estado, por meio de suas políticas públicas, e com os agentes financeiros e intermediadores do crédito, notadamente o Banco do Brasil e o Banco do Nordeste.

Leite e outros (2004) também realizaram uma síntese das pesquisas feitas por vários pesquisadores e destaca o estudo realizado por Castro onde foram estudados 23 projetos de assentamentos implantados em várias regiões brasileiras, entre 1980 e 1983, portanto, ainda no regime militar. Foi constatado que havia certa heterogeneidade entre os projetos, mesmo entre aqueles que apresentavam resultados satisfatórios. A análise realizada mostra que o acesso ao crédito foi fundamental para explicar a diferenciação entre os assentamentos. Os projetos com renda mais baixa eram os que não haviam tido oportunidade de acesso ao crédito.

Já na pesquisa feita por Guanzirolli (1994) e patrocinada pela FAO, Leite e outros (2004) destaca uma amostra de caráter nacional, com 44 assentamentos (10% dos então

existentes). Este estudo analisou a geração e distribuição de renda, as características do processo produtivo, a distribuição da produção e a capitalização. Os resultados da pesquisa evidenciaram que os programas de assentamentos do INCRA foram eficazes para promover o desenvolvimento rural e a fixação do homem no campo. Apesar das diversidades das situações encontradas, a renda média gerada foi de 3,7 salários mínimos por família, superior, segundo os autores, à renda média passível de ser obtida por qualquer outra categoria de trabalhadores do campo. Apesar da deficiente infra-estrutura e da baixa produtividade, a pesquisa ressaltou a importância dos assentamentos no desenvolvimento de um setor de agricultura comercial. Principalmente nos assentamentos com maior nível de renda, foi possível constatar um crescente processo de integração de produção aos mercados.

Em Sergipe, Leite e outros (2004) cita o estudo realizado por Lopes (1995). Neste é possível apreender as relações mercantis dos assentamentos, contrapondo-se aos que viam nos assentamentos apenas nichos de produção para consumo doméstico. A maioria dos assentados (apesar do descaso do governo) produziam alimentos e conseguiam retirar o seu sustento do trabalho do próprio lote, não precisando mais vender sua força de trabalho para os fazendeiros da região. Os assentados produziram não somente para consumo próprio. O excedente da produção havia contribuído, ainda que de forma incipiente, para o abastecimento da população dos municípios onde os assentamentos estavam localizados. Já em outro estudo também publicado posteriormente por Lopes (2000), este, destaca o papel gerador de emprego dos assentamentos, sobretudo num meio rural como o sergipano, onde as oportunidades de trabalho são escassas. Aponta, porém, problemas ambientais em alguns assentamentos, devido à pouca importância dada às áreas de preservação permanente, matas e rios. Houve desmatamento de reservas, salinização de áreas, sujeiras dos canais de irrigação e o surgimento de pragas devido ao uso do solo sem rotação de culturas e à pequena importância dada para recuperar os solos degradados.

Numa outra síntese realizada por Leite et al. (2004), este nos mostra o estudo feito por Neves (1996) e destaca que a partir de uma pesquisa qualitativa realizada em um assentamento, situado na região de Campos, estado do Rio de Janeiro, este, afirma que um dos aspectos mais citados pelos assentados foi a melhoria de sua alimentação, agora mais farta e variada. Uma feira, onde os assentados comercializavam sua produção, serviu para que eles se afirmassem positivamente e se legitimassem perante a população da cidade e, mesmo, perante outros segmentos de produtores do município.

No município de Hulha Negra, no Rio Grande do Sul, Leite cita o estudo de Benedetti e chama a atenção para o papel dos assentamentos como geradores de emprego. Um assentamento abrigou 91 famílias, ao passo que, anteriormente, a mesma área da fazenda gerava apenas 6 postos de trabalho. É enfatizado a diversificação produtiva trazida pelos assentamentos de Hulha Negra, onde antes predominava a criação extensiva de gado bovino. Os assentados passaram a produzir milho, feijão, sorgo e sementes orgânicas de olerícolas. A diversificação da produção e sua venda, por meio de uma cooperativa dos produtores e de uma feira da cidade de Bagé, resultou numa dinamização do comércio que beneficiou a toda a comunidade da região.

Os autores Medeiros e Leite (1999) realizaram um estudo de âmbito nacional com o intuito de analisar as dimensões econômicas, sociais e políticas dos assentamentos rurais e seus impactos regionais. Escolheram seis estados (Rio Grande do Sul, São Paulo, Rio de Janeiro, Mato Grosso, Acre e Sergipe) com perfis díspares e políticas públicas diferenciadas, nos quais a população demandante de terra também possuía diferentes perfis. Foram estudados 27 assentamentos que produziram algum tipo de mudança expressiva na região onde se situavam. A pesquisa trouxe várias informações a respeito de como os assentamentos podem afetar seu entorno. Por exemplo, um assentamento localizado no norte do estado do Rio de Janeiro trouxe uma diversidade produtiva para um município que antes só tinha atividades pecuárias. Um outro, que produzia olerícolas, chegou a influenciar nos preços praticados no Ceasa-Rio (MEDEIROS et al, 1999, p. 120). Já o relatório referente ao estado do Acre mostrou que assentamentos rurais, através de extensas áreas contínuas dominadas por agricultura familiar, impulsionavam o desenvolvimento regional, modificando a organização espacial da região e consolidando novos núcleos urbanos.

Muitos assentamentos, portanto, trouxeram também alterações visíveis à paisagem rural local, que passou de um predomínio de cana e de pasto a uma agricultura familiar de múltiplas culturas, responsável pelo incremento da oferta de alimentos.

Leite e outros (2004) chamam a atenção para o estudo de Ferreira e Fernandes relacionada ao impacto dos assentamentos rurais, referente ao estado do Mato Grosso. Destacam a importância dos assentamentos para o comércio local, enfatizando seu papel na criação de aglomerados urbanos. Nos assentamentos, os espaços dos projetos destinados às instalações dos equipamentos e serviços básicos (escolas, posto de saúde, áreas de lazer) vão aumentando em função de novos serviços que vão sendo demandados como oficina mecânica,

lojas, postos de combustível, bancos, armazéns, depósitos e secadores de grãos, máquinas de beneficiamento de arroz, igrejas, etc.

Os autores mostraram assim, a importância da capacidade de organização dos assentados para pressionar os poderes locais, levando-os a ampliar os serviços sociais prestados. Os assentados muitas vezes tornam-se parte do processo político com papel importante no mercado de disputa do voto, o que lhes autoriza o exercício de atividades públicas e a obtenção de respostas às suas reivindicações.

Essa pesquisa realizada por Leite e outros (2004), de âmbito nacional, feita por solicitação do Nead-Núcleo de Estudos Agrários e Desenvolvimento Rural do Ministério do Desenvolvimento Agrário, procurou avançar na trilha aberta por pesquisas anteriores, visando aprimorar a apreensão dos efeitos internos e externos dos assentamentos, especialmente em áreas com elevada concentração de projetos de assentamento e alta densidade de famílias assentadas por unidade territorial (denominadas *manchas*), aspecto que, em geral, não teve tratamento diferenciado nos trabalhos anteriores. Estudou-se seis grandes manchas: Sudeste do Pará (região de Conceição do Araguaia), Entorno do Distrito Federal (abrangendo o Noroeste de Minas Gerais e o Norte de Goiás), Sertão do Ceará, Zona Canavieira do Nordeste (envolvendo a zona da mata de Pernambuco, Paraíba e Alagoas), Sul da Bahia (região cacauzeira) e o Oeste de Santa Catarina.

Os resultados da pesquisa divulgados mostraram que:

- a) A grande maioria dos assentados é de origem rural, do próprio município ou dos vizinhos ao assentamento e já exercia alguma atividade agrícola. Eram trabalhadores rurais que enfrentavam diferentes situações de sujeição ao trabalho;
- b) Cerca de 90% da população maior de 14 anos dos assentamentos trabalham no lote. A pesquisa mostra que o número médio de pessoas envolvidas nas atividades agrícolas e não agrícolas (educação, saúde, etc) chega a três assentados por lote. Além de gerar emprego para a família, os assentamentos geram empregos para outras pessoas;
- c) A integração ao trabalho agrícola não ocasionou diminuição da frequência na escola, como acontece frequentemente com outros trabalhadores rurais. Há projetos educacionais, envolvendo jovens e adultos, em dois terços dos assentamentos pesquisados;

- d) A nova condição de assentado possibilitou uma melhoria nas condições de acesso à educação e à saúde. Houve aumento do número de empregos e da renda tanto no assentamento como no seu entorno;
- e) O impacto dos assentamentos com a chegada dos créditos para a instalação, dos recursos para construção da infra-estrutura, o desenvolvimento da produção e seus efeitos sobre o emprego e o comércio local repercutem positivamente sobre a vida econômica da região.

Os beneficiários diretos dos assentamentos são também bastante diversificados. Do ponto de vista de inserção no processo produtivo, encontrou-se posseiros com longa história de ocupação da terra; filhos de produtores familiares empobrecidos que, sem acesso à terra, optaram pela ocupação como forma de se perpetuarem como produtores independentes; parceiros em busca da casa própria; pequenos produtores atingidos por obras públicas, em especial construção de hidrelétricas; seringueiros que passaram a resistir a desmatamentos que ameaçavam seu modo de vida; assalariados rurais, muitas vezes completamente integrados no mercado de trabalho; populações de periferia urbana, com empregos estáveis ou não, eventualmente com remota origem rural, mas dispostos à ocupação; aposentados que depositaram no acesso à terra a expectativa de um complemento de renda, etc.

Os autores optaram, na pesquisa, por relativizar a variável renda. Ainda assim, a pesquisa demonstrou, através de estimativas realizadas sobre o potencial de geração de renda, que boa parte da população assentada supera o nível de pobreza, embora apresentando grandes variações regionais, em termos de níveis de renda, produção, créditos, etc.

Um aspecto subjetivo das condições de vida, mencionado pelos assentados foi o sentido da nova condição, em que o acesso à terra faz com que se sintam “liberto”, senhor dos seus próprios passos e capaz de controlar sua própria vida, deixando de ser “escravo”. Mesmo tendo uma vida cheia de dificuldades, e que a pobreza ainda seja generalizada, o acesso à terra provocou rupturas e uma sensação nítida de melhora em relação ao passado. A constituição dos assentamentos representa para muitos um novo ponto de partida, um recomeçar em suas existências, o surgimento de novas oportunidades de trabalho e de melhoria de suas condições de vida.

A forma de organização mais freqüente das atividades produtivas (78%) é a individual/familiar. O solo foi considerado de boa qualidade apenas por 23% dos produtores

pesquisados. O desenvolvimento dos projetos é comprometido por deficiências nas condições de infra-estrutura, embora 75% das famílias tenham recebido os três créditos (alimentação, habitação e fomento) indispensáveis para dotá-las de um mínimo de condições iniciais para sua inserção social, econômica e produtiva, a liberação dos recursos demorou, em média, de 4 a 5 anos após a entrada das famílias na área (LEITE et al, 2004).

Os autores puderam constatar, a partir da análise dos dados, que os assentamentos trouxeram importantes mudanças no plano local/regional. Contudo, ainda há muito a ser feito para melhorar as precárias condições dos serviços de saúde, escola, infra-estrutura, acesso à assistência técnica, etc, dos assentamentos. Há necessidade de uma intervenção maior do Estado no processo de transformação fundiária.

Assim, concluem os autores do trabalho:

Mesmo, assim, em praticamente todos os aspectos, quando comparam a situação atual no assentamento com a situação vivenciada anteriormente, há por parte dos assentados uma significativa percepção de melhoria. Ou seja, mesmo em casos onde em termos absolutos as condições de vida podem parecer precárias, quando comparadas à situação vivenciada anteriormente, ou ainda quando comparada à da população rural em geral na mesma região, os assentamentos representam uma melhoria significativa na vida desta população, que considera promissoras suas perspectivas de futuro (LEITE et al, 2004, p. 271).

**CAPÍTULO 3 OS ASSENTAMENTOS PRIMAVERA E BELO MONTE NO ESTADO
DE SÃO PAULO**

3.1 Assentamentos Rurais no Estado de São Paulo

A implantação dos assentamentos rurais no Estado de São Paulo provocou e tem provocado mudanças significativas no campo e na cidade dos diversos municípios paulistas em que os mesmos estão sendo ou já foram implantados.

As primeiras propostas para realização de projetos de assentamento no estado de São Paulo foram feitas através do programa Revisão Agrária, do governo Carvalho Pinto (1958-1962), época em que havia uma grande polêmica sobre a importância da reforma agrária em nosso país. Apenas dois projetos-pilotos foram criados: um em Campinas, com 72 famílias, cuja área foi negociada, de forma amigável, entre o governo estadual e um proprietário particular, e outro em Marília, com 103 famílias, em área pertencente à Secretaria Estadual da Saúde, transferida para a Secretaria da Agricultura. Foram beneficiadas 962 pessoas. Somente duas décadas mais tarde, o governo federal lançou programas de reforma agrária no estado. O assentamento de Marília, alguns anos após sua implantação, ficou totalmente descaracterizado, sendo transformado em chácaras de recreio para os empresários da região. Já o assentamento Fazenda Capivari, de Campinas, mantinha parcialmente suas características originais depois de decorridos 30 anos, como observou Bergamasco (1992).

Ainda segundo Bergamasco, durante a Revisão Agrária, o governo estadual tentou, sem êxito, implantar assentamentos em outras regiões do estado. Em 1962, chegou a indenizar o proprietário da Fazenda Pirituba, em Itapeva, e cerca de 180 famílias foram selecionadas pelo estado para ocupar parte da área. No entanto, houve vários empecilhos no processo de ocupação da fazenda. Em 1981, houve uma tentativa frustrada de ocupação e foi concedido pela justiça a reintegração de posse. Em 1983, houve nova investida, logo após o início do governo Montoro. Depois desse período o assentamento na Fazenda Pirituba foi implantado em 1984 com 150 famílias. Seus bons resultados foram apresentados pela Associação Brasileira de Reforma Agrária como *exemplo vitorioso e sem mistérios*.

De acordo com Bergamasco (1992) foi no final de 1985, que o governo estadual criou duas leis para regulamentar sua atuação fundiária. Nesta época já havia projetos de assentamento em Itapeva, Casa Branca, Araraquara, Araras e Sumaré, o primeiro já mencionado e os dois últimos em hortos florestais pertencentes à empresa estatal Ferrovia Paulista SA (FEPASA).

De acordo com Sérgio Souza (2007, p. 34) os assentamentos surgiram na pauta da questão da luta pela terra devido uma “pluralidade de relações de trabalho e conflitos pela posse da terra, como por exemplo, da luta de posseiros, arrendatários, parceiros e sitiantes atingidos por barragens que resolveram buscar no acesso à terra uma alternativa a sua exclusão econômica e social”.

Para Fernandes (1996, p. 95),

Eram lutas realizadas por posseiros, atingidos por barragens, ex-arrendatários bóias-frias, desempregados rurais e urbanos, etc., que aconteceram desde o extremo-oeste do estado, nas regiões Alta Noroeste, Alta Sorocabana, Araraquara, Campinas, Campos de Itapetininga até a baixada do Ribeira. Foi a partir dessas lutas localizadas que os trabalhadores foram construindo condições políticas para a troca de experiências e para superação do isolamento.

As transformações nos sistemas produtivos provocaram, portanto, a liberação de mão-de-obra no campo, acarretando um esvaziamento do espaço rural paulista, diminuindo as formas tradicionais de ocupação da terra como o arrendamento e a parceria, ao passo que as relações de trabalho assalariadas tornaram-se a principal forma de relação entre os proprietários de terra e os trabalhadores rurais (SOUZA, S. P., 2007, p. 35).

A redução no cultivo de café, ainda nos anos 70 e 80, e sua substituição pela pecuária extensiva e semiextensiva, foi um dos fatores que provocou um reordenamento de estrutura demográfica e ocupacional no meio rural paulista, gerando um novo conjunto de condições sócio-econômicas a serem consideradas nos questionamentos da distribuição fundiária (BERGAMASCO; NORDER, 2003, p. 76).

Para Fernandes (1996, p.43),

Com o avanço da industrialização e do crescimento urbano, a partir da década de 50, agricultura paulista passou por um intenso processo de transformações na sua estrutura produtiva. Em meados da década de sessenta, as quantidades crescentes de créditos agrícolas (do Sistema Nacional de Crédito Rural) financiaram a modernização tecnológica para alguns setores da agricultura, de forma que esta passou a depender menos dos recursos naturais e cada vez mais da indústria produtora de insumos, o que consolidou o processo de industrialização da agricultura e promoveu o crescimento das relações de trabalho assalariado.

Assim, dentre as várias transformações ocorridas no campo no início da década de 1980, pode ser citado também, o intenso processo de concentração fundiária, marcada, sobretudo pelo êxodo rural, com a diminuição do trabalho familiar e o crescimento do trabalho assalariado.

Os primeiros assentamentos foram, portanto, resultado da organização dos movimentos sociais que ocuparam diversas áreas públicas e obrigaram o governo estadual a regularizar sua situação.

As políticas estaduais de recuperação de terras públicas voltaram-se principalmente para a solução de conflitos já antigos, mas que emergiram apenas naquele contexto de ampliação de liberdade política para os movimentos sociais e sindicais, decorrente do processo de abertura democrática pelo qual o Brasil passou no início da década de 1980 (SOUZA, S. P., 2007, p. 36).

O mesmo autor ressalta que foi a partir de 1983 e até o final da década, que foram criados outros assentamentos em áreas públicas estaduais, nos municípios de Andradina, Araraquara, Euclides da Cunha, Itapetininga, e Porto Feliz, atendendo parte da demanda social por acesso à terra.

Já em meados de 1990 iniciou-se uma nova fase de estabelecimento de programas estaduais de ocupação, devido a necessidade de uma atuação governamental mais sistemática na reorganização fundiária do Pontal do Paranapanema (MEDEIROS; LEITE, 1999, p. 80).

Até 1984, apenas um assentamento abrigava mais de 500 famílias, o Gleba 15 de Novembro, no município de Euclides da Cunha, e apenas outros dois, o Fazenda Pirituba e o Fazenda Primavera continham mais de 100 famílias.

Os três projetos mencionados, por serem os mais populosos do estado, até 1989, canalizaram os debates sobre os “sucessos” e “fracassos” dos assentamentos em fase de implantação. O sucesso econômico do Assentamento Fazenda Pirituba era atribuído à organização coletiva da produção, enquanto que no Assentamento Fazenda Primavera, contrariamente, a produção era individual, o que teria acarretado uma acentuada diferenciação interna (SIMON, 1994).

Dois outros projetos, implantados pelo governo estadual, merecem destaque: os assentamentos de Sumaré I e II e o Assentamento Fazenda Monte Alegre, situado nos municípios de Araraquara e Motuca.

Ferrante (2000), fazendo um balanço dos projetos de assentamento implantados no município de Araraquara, afirma que, embora os assentados não tenham um projeto político capaz de influenciar a dinâmica local/regional, o próprio reordenamento da produção, provocado pela construção de estratégias familiares (numa região marcada por grandes fazendas de laranja e cana), acaba trazendo novas dimensões à região, exigindo a redefinição de lógicas até então naturalizadas e impondo novos interlocutores nos espaços públicos. De acordo com Ferrante (2000), apenas três projetos, dois no município de Araras e um no de Casa Branca, totalizando apenas 44 famílias, podem ser creditados a um planejamento agrário do governo estadual. Os demais foram decorrência da atuação dos movimentos sociais.

Entre 1984 e 1994, foram implantados 24 projetos pelos sucessivos governos estaduais, em 10 municípios, envolvendo 1675 famílias. Destas, 998 foram assentadas nos municípios de Mirante do Paranapanema e Euclides da Cunha. De 1995 a 1997 foram assentadas 3272 famílias, das quais 2999 no Pontal do Paranapanema (FERNANDES, 1996).¹³

Após a conclusão de algumas usinas hidrelétricas, um enorme contingente de trabalhadores ficou desempregado. Os projetos de reassentamento de populações rurais atingidas por barragens começou a ocorrer em 1979. Foram implantados seis projetos, dois na região de Andradina e quatro no Pontal do Paranapanema, envolvendo entre 930 e 950 famílias. O mais populoso é o Projeto de Reassentamento Lagoa São Paulo, implantado em 1983, no município de Presidente Epitácio, com 552 famílias. Os outros cinco projetos, com participação de 406 famílias, das quais 269 no Pontal do Paranapanema, foram criados no período de 1984 a 1986 (BERGAMASCO; NORDER, 1999).

Assim, foi a partir dos anos 1980 que o governo federal implantou 23 projetos de assentamento, beneficiando 2.823 famílias. Os dois mais populosos são o Assentamento Primavera, em Andradina com 343 famílias e o Reunidas, em Promissão, com 629 famílias. Cinco projetos reúnem, cada um, entre 120 e 170 famílias, sete envolvem entre 50 e 100 famílias e 9 possuem menos de 50 famílias (BERGAMASCO; NORDER, 1999). Os dois principais, sob o ponto de vista de seus impactos regionais são o Reunidas e o Primavera.

O Assentamento Reunidas tem sido considerado uma experiência bem sucedida no aspecto do assentamento por dinamizar o desenvolvimento econômico de uma região. Pinto (2000) destaca a importância da participação de seus assentados nas redes comerciais locais,

¹³ Para maiores detalhes sobre as mudanças na agricultura paulista veja: FERNANDES (1996).

atraindo recursos e contribuindo para o aumento do número de estabelecimentos comerciais no município de Promissão. Já o Assentamento Primavera será objeto de nossa pesquisa.

A Região do Pontal do Paranapanema é a mais importante do estado de São Paulo no que se refere à implementação de assentamentos rurais, pois os municípios de Mirante do Paranapanema, Euclides da Cunha, Presidente Epitácio e Teodoro Sampaio, ali situados, concentram grande parte dos assentamentos do Estado. No entanto, os primeiros assentamentos nessa região datam da década de 1960 quando, através da intervenção estatal, foram implantados assentamentos nos municípios de Sandovalina e Presidente Epitácio¹⁴.

De acordo com Antonio (1990, p. 13),

A partir do início da década de sessenta, nesse território paulista, começaram ocorrer movimentos sociais, de resistência e de conflito entre os latifundiários/grileiros e os camponeses pela conquista da terra. Esse conflito resultou, pela primeira vez na história da ocupação de terras, na Alta Sorocabana, numa intervenção direta do Estado que, através de uma reforma agrária distributiva, de interesse social, procurou eliminar rapidamente o foco de tensão social entre o latifundiário e os camponeses.

Como ressalta Antonio (1990, p. 15),

A colonização estatal na Alta Sorocabana não teve somente o sentido de amenizar e institucionalizar os conflitos, mas também, e, sobretudo, atender os interesses do capital; teve e tem, até o presente momento, o firme propósito de regularizar, legalizar e valorizar monetariamente as terras,- públicas, devolutas-, que eram, na maioria, reservas florestais e, apresentavam-se, e, ainda apresentam-se com problemas jurídicos e não podem ser comercializadas.

Assim, “[...] com a atuação estatal nessa região e com a implantação desses assentamentos no Pontal do Paranapanema, o problema da terra não foi totalmente solucionado, o que culminou com conflitos entre os trabalhadores rurais sem terra e os latifundiários dessa região” (SOUZA, S. P., 2007, p. 38).

O surgimento no Pontal do Paranapanema de movimentos sociais de luta pela terra na década de 1980 e a organização do MST no início dos anos 1990, teve uma relevância não apenas local ou regional, mas um significativo alcance político nacional que resultou na implantação de vários assentamentos rurais nesta região ao longo dessa década, pois os

¹⁴ O Pontal do Paranapanema está inserido na região da Alta Sorocabana que é assim conhecida por causa da Estrada de Ferro Sorocabana.

municípios de Mirante do Paranapanema, Euclides da Cunha, Presidente Epitácio e Teodoro Sampaio, ali situados, concentram grande parte dos assentamentos do Estado, demonstrando que a luta pela terra nesses municípios foi mais intensa. A Tabela 6 mostra o número de assentamentos rurais por município da região do Pontal do Paranapanema no período de 1984 a 2005.

Tabela 6 - Assentamentos rurais por municípios – Pontal do Paranapanema – 1984 – 2005

Nº	Município	Nº Assentamentos	Nº Famílias	Área (Ha)
1	Caiuá	06	334	8.301,70
2	Euclides da Cunha	08	470	9.131,33
3	Marabá Paulista	06	255	8.096
4	Martinópolis	02	124	2.357,25
5	Mirante do Paranapanema	30	1.326	30.451,76
6	Piquerobi	03	84	2.595,36
7	Presidente Bernardes	08	266	7.192,68
8	Presidente Epitácio	04	318	7.275,00
9	Presidente Venceslau	05	249	6.783,59
10	Rancharia	02	199	3.370,12
11	Ribeirão dos Índios	01	40	852,52
12	Rosana	04	722	17.799,55
13	Sandovalina	02	198	3.963,41
14	Teodoro Sampaio	19	819	22.031,58
	Total	100	5.454	130.202,17

Fonte: ITESP (2005)

Org.: Sergio Pereira de Souza

Tabela 7 - Assentamentos Rurais no Estado de São Paulo, 1981-2002

Região Administrativa	Nº de Municípios	Nº de Assentamentos	Nº de Lotes	Área (Ha)	Área Média do lote (Ha)	% da Área Rural
Araçatuba	7	9	787	16.285,80	20,7	1,0
Barretos	2	3	184	3.808,59	20,7	0,5
Bauru	4	6	854	21.886,26	26,6	1,5
Campinas	6	9	312	4.511,74	14,5	0,2
Central	3	9	584	9.433,28	16,2	1,0
Franca	1	1	158	2.979,07	18,9	0,3
Presidente Prudente	15	92	5.016	119.573,76	23,8	5,6
Ribeirão Preto	3	3	360	5.383,31	15,0	0,7
Região Administrativa	Nº de Municípios	Nº de Assentamentos	Nº de Lotes	Área (Ha)	Área Média do lote (Ha)	% da Área Rural
São José do Rio Preto	1	1	19	309,6	16,3	0,0
São José dos Campos	1	1	97	1.290,02	13,3	0,1
Sorocaba	7	13	774	15.277,32	19,7	0,5
Estado de São Paulo	50	147	9.145	200.798,75	22,0	1,0

Fonte: ITESP, 2004.

Bergamasco et al. (2000) também estudaram o tema concentração de terras em cinco municípios paulistas com assentamentos (Promissão, Mirante do Paranapanema, Teodoro Sampaio, Araraquara e Sumaré). Os autores constataram significativa coincidência entre a queda do índice de Gini e o período de criação dos assentamentos, numa época em que a tendência foi o aumento da área média dos estabelecimentos rurais paulistas, fortalecendo a hipótese do peso dos assentamentos na desconcentração fundiária.

Assim, para finalizar esse tópico, podemos afirmar que apesar das dificuldades, os resultados verificados nos assentamentos, em sua maioria são positivos e mostram que, mesmo com todos os problemas e dificuldades que os trabalhadores rurais encontram, a alternativa dos assentamentos como opção ao desenvolvimento local, se torna viável, pois é uma nova forma de produzir, um novo controle sobre o tempo de trabalho, atividades estas que até então não faziam parte das atribuições nas relações sociais dos assentados.

3.2 Modelo de Desenvolvimento da Política de Reforma Agrária na Região de Andradina-SP

Até o ano de 1908, toda a região chamada de noroeste paulista, era povoada pelos índios Kaingang, que migraram para essa região atraídos pela piracema do extinto Salto de Urubupungá na confluência dos rios Tietê e Paraná. Em poucos anos, esses índios foram exterminados e expulsos da região.

Até essa época a ocupação branca atendia dois objetivos básicos: um era estratégico-militar, relacionado a busca de um caminho alternativo pela região do Pantanal para se atingir a bacia do Paraná em função da guerra do Paraguai e; outro econômico, relacionado ao processo de ocupação de novas terras para o plantio do café (MICHELETTO, 2003, p.78).

A cidade de Andradina foi fundada em 1937. Nesse período, as elites agrárias que compraram do Estado de São Paulo os títulos de propriedade dessas terras, (devolutas, em princípio) iniciaram os primeiros empreendimentos econômicos da região. O principal desses investidores foi Antônio Joaquim de Moura Andrade, cujo sobrenome deu origem ao nome da cidade e que era detentor do título de 20.000 alqueires de terras próximos à margem do Rio Tietê (MICHELETTO, 2003, p. 79).

Essa região atraiu milhares de imigrantes europeus e japoneses e, mais tarde nordestinos expulsos de suas terras pela seca na região onde moravam. O trabalho nas fazendas de café e no pólo comercial foi o grande responsável pelo primeiro núcleo urbano de Andradina.

No entanto, na década de 1960, os cafezais foram transformados em pastos e muitos trabalhadores foram expulsos de suas terras pela situação de pobreza, fome e miséria decorrente do fechamento dos postos de trabalho, sendo este um dos principais motivos dos conflitos agrários da região, principalmente a partir da década de 1970.

Assim, na região de Andradina, a alta concentração fundiária associada à substituição de lavouras por pastagens provocaram o agravamento dos problemas da posse e do acesso à terra. A instalação das Usinas Hidrelétricas de Jupia, Ilha Solteira e Três Irmãos (Complexo de Urubupungá), entre os anos 1960 e 1990, também contribuiu para o agravamento dos problemas fundiários, em razão do desalojamento da população ilhéu e ribeirinha.

Como parte da estratégia dos militares, a região sofrerá um inchaço populacional significativo com a construção das usinas hidrelétricas de Jupia, Ilha Solteira e Três Irmãos, que compõem o Complexo Urubupungá. Esse aumento populacional importará demandas sociais crescentes e evidenciará, mais tarde, uma estrutura agrária marcada pelo latifúndio e uma estrutura social fortemente influenciada pela ação dos pecuaristas (MICHELETTO, 2003, p. 80).

Pode-se então afirmar que a ocupação efetiva da região de Andradina teve início na década de 1930 com a construção da denominada Variante da Estrada de Ferro Noroeste do Brasil. As principais atividades econômicas na área eram o cultivo do café e do algodão, a extração de madeiras e criação de gado (MONBEIG, 1984). Além destas atividades, a região foi alvo da ação de especuladores. Grandes fazendeiros e companhias de colonização se apropriaram de vastas áreas na região, efetuando a divisão das glebas em pequenos lotes (OKUDA, 1988).

Devido a isso, formou-se uma estrutura fundiária caracterizada pela existência de um grande número de pequenas unidades produtivas, que cobrem áreas diminutas, tanto individualmente como em conjunto, ao lado de uma pequena quantidade de grandes latifúndios com enormes áreas.

No ano de 1960, os estabelecimentos com área inferior a 100 hectares representavam 93,3% do número total de propriedades e ocupavam 19,5% da área total dos estabelecimentos agropecuários da região. Os estabelecimentos com área superior a 500 hectares representavam apenas 1,1% do número total e ocupavam área de 54,2% da área total dos estabelecimentos agropecuários (HESPANHOL; COSTA; ESPÍRITO SANTO, 2003).

A estrutura fundiária que já era altamente concentrada em 1960 concentrou-se ainda mais nas décadas seguintes. Entre 1960 e 1996 o número de estabelecimentos com área inferior a 100 hectares foi reduzido em 58,4% e a área ocupada por estes estabelecimentos, em 21,9%. O número de estabelecimentos com área superior a 1000 hectares, elevou-se em 9,3 % e a área ocupada em 23,7% (HESPANHOL; COSTA; ESPÍRITO SANTO, 2003, p. 108).

No período compreendido entre 1960 e 1996 as propriedades situadas nos estratos intermediários sofreram incremento numérico de 43,1% e de 51,9% em área. Isto se deve à divisão dos grandes latifúndios por herança e à estratégia adotada pelos latifundiários de dividirem grandes propriedades em imóveis menores, para tirarem suas fazendas da vista dos movimentos reivindicatórios e desapropriações para fins de reforma agrária, sobretudo a partir da segunda metade da década de 1980.

No entanto, o nível de concentração de terras pelos grandes estabelecimentos agropecuários na região de Andradina é bastante superior à média do Estado de São Paulo. A área média dos estabelecimentos da Região de Andradina no ano agrícola 1995/1996 (125,7 hectares) é muito superior à registrada para o Estado de São Paulo (79,6 hectares) (HESPANHOL; COSTA; ESPÍRITO SANTO, 2003, p. 109).

Os assentamentos e reassentamentos rurais na região de Andradina começaram a ser implantados pelo INCRA e pela CESP na década de 80, época também marcada pela implantação desse tipo de projeto no resto do Estado de São Paulo.

Assim sendo, o agravamento do problema fundiário na região deve-se então à seguinte combinação de fatores: 1) elevada concentração fundiária; 2) expansão da pecuária extensiva em detrimento da lavoura; 3) demissão de operários pelas empreiteiras contratadas pela CESP para a execução de obras civis das usinas hidrelétricas; 4) inundação de ilhas e margens dos rios Paraná, Tietê e São José dos Dourados e de outros cursos d'água devido à formação dos lagos das usinas hidrelétricas de Jupiá, Ilha Solteira e Três Irmãos e o conseqüente desalojamento de pequenos produtores rurais ribeirinhos e ilhéus; e 5) dificuldades de acesso

à terra por meio de arrendamento e parceria pelos produtores rurais sem terra ou com pouca terra. (HESPANHOL; COSTA; ESPÍRITO SANTO, 2003, p. 110).

Para os autores, esses fatores contribuíram, para o aumento dos movimentos sociais existentes na região, aumentando gradativamente as tensões, principalmente no final da década de 1970, que foi a época que terminou a construção das barragens de Jupuíá e Ilha Solteira, e a procura de trabalho colocou em questão a forma do uso da propriedade na região. A busca pela terra de trabalho, colocou então a questão da tradicional aliança entre o capital e a propriedade da terra na região, princípio este que atende a estratégia do Estado Brasileiro, produzindo, portanto, o avanço das forças populares, principalmente aquelas ligadas às Comunidades Eclesiais de Base e as Pastorais Sociais da Igreja na região.

“Andradina foi palco de um fecundo movimento social” (MICHELETTO, 2003, p. 78). Contudo, essa situação foi amenizada a partir do início da década de 1980, com a implantação dos assentamentos e reassentamentos rurais. O Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA) desapropriou algumas fazendas improdutivas da região, dando origem a sete assentamentos. A Companhia Energética de São Paulo (CESP) implantou três reassentamentos e um assentamento. “Os assentamentos possibilitaram a ampliação do número de pequenos produtores rurais da região, resultando no aumento da produção de milho, algodão, leite, bem como de produtos voltados à subsistência das próprias famílias assentadas e reassentadas” (HESPANHOL; COSTA; ESPÍRITO SANTO, 2003, p. 105).

Deve-se considerar também que na época das construções da CESP, a legislação não exigia que a empresa indenizasse ou reassentasse a população atingida não portadora do título de propriedade da terra, prejudicadas pela instalação das Usinas Hidrelétricas implantadas pela CESP. Houve muitas demandas e reivindicações para o assentamento dessas populações, de pequenos produtores rurais e da população que estava desempregada por causa das demissões realizadas pelas empreiteiras, encarregadas de execução das obras da CESP.

A primeira iniciativa da CESP em acomodar a população ribeirinha foi em 1983 com o Reassentamento Jupuíá e a acomodação de 115 famílias. Houve também a implantação do Assentamento Cinturão Verde no ano de 1984, com o objetivo de conter a expansão desordenada do núcleo urbano de Ilha Solteira e também criar uma área de agricultura irrigada, capaz de abastecer o núcleo urbano com produtos agrícolas e destinar parte da produção a outros municípios, para fortalecer a economia local, fato esse que não ocorreu

(HESPANHOL; COSTA; ESPÍRITO SANTO, 2003, p. 116). A partir de 1999 a Prefeitura de Ilha Solteira assumiu a responsabilidade pela área. A CESP também implantou outros dois reassentamentos: Hortifrutigranjeiros e Três Irmãos. A região tem também outro assentamento que foi implantado pela Prefeitura de Pereira Barreto denominado de Assentamento do Canal, que possui 12 lotes e ocupa uma área de 30 hectares, como compensação às áreas inundadas pelo Canal que estabelece a ligação entre os rios Tietê e São José dos Dourados (Canal de Pereira Barreto).

Já o INCRA, implantou sete assentamentos, na década de 1980, decorrentes de luta e de pressões exercidas pelos movimentos sociais, mas, sem um projeto claro e consistente de reforma agrária. O primeiro deles foi a Assentamento Primavera em 1981 (O processo de formação do assentamento Primavera será descrito no tópico seguinte). Além do Assentamento Primavera, o INCRA instalou outros assentamentos a partir de fazendas improdutivas, na segunda metade da década de 1980, motivada pela pressão de trabalhadores desempregados e de antigos produtores rurais expropriados e/ou com dificuldade de acesso à terra. Dentre eles estão o Assentamento Fazenda Esmeralda, com 85 lotes e 2096 hectares; o Assentamento Aroeira com 40 lotes e 873 hectares e; o Assentamento São José, com 39 lotes e 877 hectares. De todos os assentamentos implantados pelo INCRA nessa região, apenas nesses dois últimos, as famílias assentadas não participaram de movimentos de luta pela terra, podendo ser esta a causa para a ocorrência dos altos índices de evasão das famílias nesses assentamentos. Esses três assentamentos foram implantados em 1987. No ano de 1990 e no início do século XXI foram instalados outros assentamentos nessa mesma região: Assentamento Rio Paraná com 92 lotes e 2165 hectares; Fazenda Timboré com 172 lotes e 3050 hectares e Orlando Molina com 75 famílias e 152 hectares (HESPANHOL; COSTA; ESPÍRITO SANTO, 2003, p. 112).

A Tabela 7 apresenta os assentamentos e reassentamentos rurais da micro região de Andradina.

Tabela 7 - Assentamentos e Reassentamentos Rurais da MRG de Andradina

Número de lotes, Área, Localização, Órgão Responsável e Ano de Implantação - Situação em 2002.

Identificação do Assentamento Reassentamento	Nº de Lotes	Área Total (Ha).	Área Média dos lotes/Ha	Órgão responsável pela implantação	Ano de Implantação	Localização (município)
Assentamentos						
Fazenda Primavera	210	3.676	28,79	INCRA	1981	Andradina, Nova Independência e Castilho.
Cinturão Verde	75	727	9,69	CESP	1984	Ilha Solteira
Esmeralda	85	2.096	24,66	INCRA	1987	Pereira Barreto e Mirandópolis
Aroeira	40	873	21,83	INCRA	1987	Guaraçai
São José II	39	877	22,49	INCRA	1987	Guaraçai
Fazenda Rio Paraná	92	2.208	24,00	INCRA	1990	Castilho
Timboré	176	3.364	19,11	INCRA	1992	Andradina e Castilho
Orlando Molina	75	1.512	19,64	INCRA	1999	Muritinga do Sul
Canal	12	30	2,50	Pref. de P. Barreto	1993	Pereira Barreto
SUB-TOTAL	1011	23.066	19,37			
REASSENTAMENTOS						
Jupiá	126	2.582	20,49	CESP	1983	Castilho
Hortifrutigranjeiros	73	432	5,91	CESP	1991	Pereira Barreto
Três Irmãos	43	1.186	27,58	CESP	1995	Pereira Barreto
SUB-TOTAL		4.200	17,99			
TOTAL		27.266	18,68			

Fonte: HESPANHOL; COSTA; ESPÍRITO SANTO, 2003

Devemos mencionar que é o INCRA o órgão responsável pela orientação e assistência técnica aos assentados. Este possui um Escritório Regional na cidade de Andradina, que conta com engenheiros agrônomos, médicos veterinários e técnicos agrícolas. Há para isso um convênio entre o INCRA e o ITESP.

Os Projetos de Reforma Agrária implantados no Estado de São Paulo pelo governo federal, a partir dos anos 80, possibilitaram, portanto, o assentamento de 3114 famílias, distribuídas em 33 projetos. Os dois mais populosos e que trouxeram maiores impactos regionais são o Assentamento Reunidas (629 famílias), em Promissão, e o Assentamento Primavera (359 famílias), na região de Andradina (BERGAMASCO; NORDER, 2003, p. 91).

A Microrregião Geográfica de Andradina localiza-se no extremo oeste do Estado de São Paulo. É formada por 11 municípios, perfazendo a área de 6.224 km² (Figura 3.1).

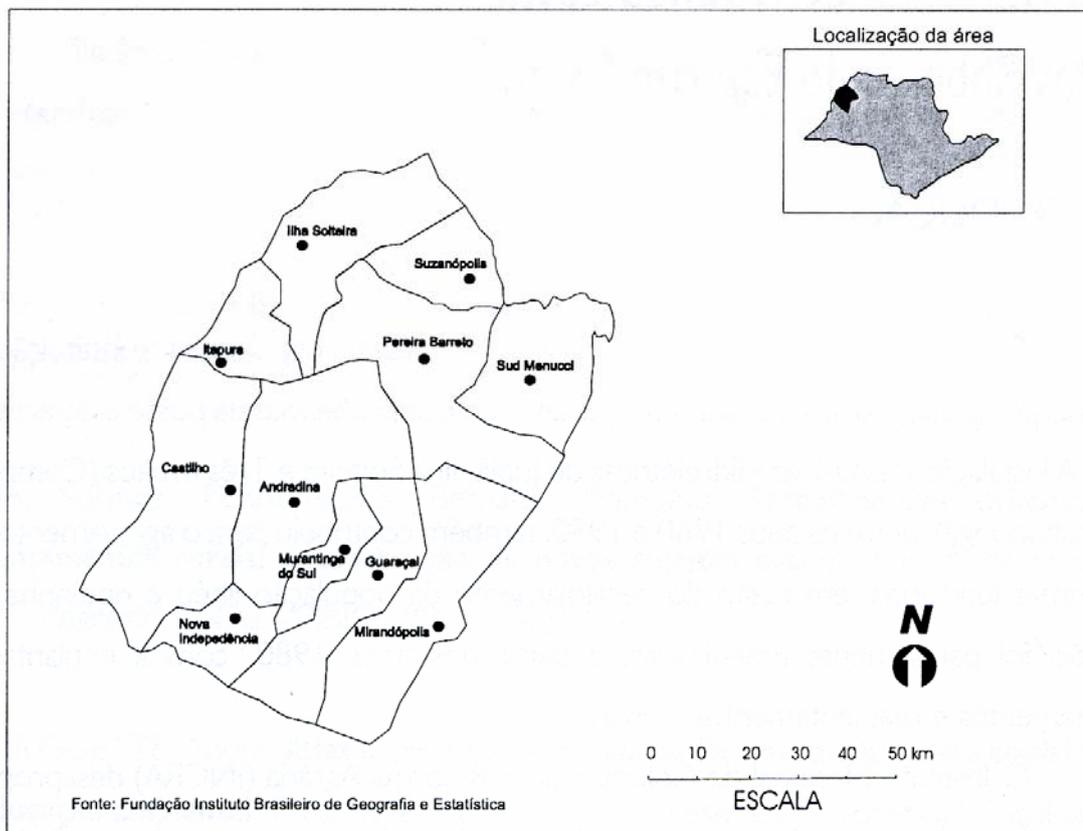


Figura 1 - Mapa da Microrregião Geográfica de Andradina – SP – 2002
 Fonte: HESPANHOL; COSTA; ESPÍRITO SANTO, 2003.

No que diz respeito as dificuldades que os assentados têm para se fixar na terra, estas são muitas, que vão desde à falta de infra-estrutura, como dificuldade de acesso ao crédito, insuficiente assistência técnica, baixo nível de organização dos produtores e a vulnerabilidade no momento de adquirir e realizar a venda de insumos. No entanto, a produção é expressiva e destina-se tanto ao auto-abastecimento quanto ao mercado. A atividade leiteira é a que propicia a maior renda aos assentados e o leite é entregue aos pequenos laticínios, à Nestlé, ou é vendido diretamente nas cidades pelos próprios agricultores. Os produtos de origem animal

referentes ao valor da produção animal representam 61,86% do valor total da produção gerada nos assentamentos (HESPANHOL; COSTA; ESPÍRITO SANTO, 2003, p. 113).

Ao todo na micro região de Andradina, são 27.226 hectares que abrigam 1.253 famílias e, embora produzam basicamente para seu próprio sustento e utilizem técnicas nem sempre avançadas, a produção realizada nesses espaços têm contribuído para a ampliação do número produzido de algodão, milho, mandioca, arroz, feijão e leite, contribuindo para a expansão da produção agrícola regional, ao propiciar a dinamização da economia e contribuir para a elevação da oferta de alimentos e de outros produtos agrícolas, bem como reduz a necessidade da aquisição de produtos no mercado, especialmente de alimentos, estando os assentados em melhor situação do que se encontravam antes do assentamento. Contudo, de acordo com Hespanhol, Costa e Espírito Santo (2003, p. 121):

[...] tanto os assentados quanto os reassentados e os demais pequenos produtores rurais da região de Andradina necessitam de assistência e estímulo por parte do poder público, para ampliarem a produção destinada a auto-subsistência e ao mercado. É fundamental que o poder público estimule os produtores rurais a se organizarem em associações, empresas comunitárias, cooperativas e a agregarem valor aos produtos gerados, libertando-os da exploração exercida pelos atravessadores quando da comercialização de seus produtos. A organização e a cooperação entre os pequenos produtores rurais, com o apoio efetivo do poder público, propicia a apropriação da riqueza gerada, o que contribui para elevação da qualidade de vida.

Há, portanto, a expectativa em torno do governo para que este realize a reforma agrária, de modo que ultrapasse somente a concessão de terras e que sejam criadas políticas agrícolas voltadas para o progresso econômico e social dos pequenos produtores rurais.

3.3 Assentamentos Primavera e Belo Monte

A implantação do primeiro projeto de assentamento foi iniciada em 1981, a partir da desapropriação por interesse social, feita pelo Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA) da Fazenda Primavera, o que possibilitou assentar mais de 200 famílias. O Assentamento Primavera, na região noroeste do Estado de São Paulo, abrange uma área total de 3.676 hectares, distribuídos em 210 lotes agrícolas, situados nos municípios de Castilho, Andradina e Nova Independência. A Fazenda Primavera é resultado de processos de grilagem

e se encontrava desde 1940 sob o domínio da Empresa J.J. Abdala S/A (HESPANHOL; COSTA; ESPÍRITO SANTO, 2003, p. 111).

Parte dos posseiros do Assentamento Primavera são migrantes nordestinos e mineiros, além de imigrantes italianos ou seus descendentes, que chegaram à região pelo processo de expropriação em seus lugares de origem e ali se fixaram com o objetivo de adquirir a posse da terra (FERNANDES, B. M., 1999, p. 89).

No ano de 1979, os integrantes da Comissão de Justiça e Paz de Andradina organizaram a Comissão Pastoral da Terra (CPT) local, o que possibilitou a elaboração de um espaço de reflexão acerca da luta e da resistência dos posseiros da Primavera. Conforme René Parren, ex-padre e assessor da CPT, na época:

[...] a luta aqui na Fazenda Primavera foi inicialmente uma luta por eles mesmos, pelos próprios trabalhadores. A Igreja tinha lá uma presença, mas de uma forma mais de assistência religiosa, agora depois sendo confrontada com a pressão, a Igreja pouco a pouco começou a assumir esta luta e a acompanhar de uma forma mais sistemática. E aí nós organizamos uma equipe de pessoas ligadas à Pastoral, aqui de Andradina, e começamos a fazer um trabalho de visita de esclarecimentos sobre os direitos à terra e organização. Precisava de todo um trabalho de base para superar o medo, vencer o medo, mas eles mesmos já vinham atrás da questão deles por conta própria, lideranças entre eles que já tinha ido para São Paulo, em torno de 1979, se não me engano, eles foram lá na Federação, na Fetaesp, conversaram com o Roberto Origuti, naquele tempo era o presidente da Federação, mas que não deixou muita esperança para eles, de conseguir a solução diante da pressão, das intimidações do suposto proprietário Abdalla (René Parren, Centro de Assessoria Rural (Cenar), Paróquia Nossa Senhora das Graças, Andradina – SP) (FERNANDES, B. M., 1999, p. 91).

Com algumas vitórias, a organização dos trabalhadores começou a se dimensionar, embora os posseiros que participavam das reuniões passassem a sofrer ameaças por parte dos jagunços. Conforme Fernandes:

[...] à medida que aumentavam as pressões da fazenda, os lavradores progrediam em organização e união. O grupo que no início era constituído por sete lavradores, foi aumentando para 10, 20, 40, 60 e, a partir de maio de 1979, a luta se torna uma só: a de todos os trabalhadores da Primavera (FERNANDES, 1995, p. 141).

A vitória dos posseiros da Primavera ocorreu no dia 8 de julho de 1980, quando o então Presidente Figueiredo assinou o Decreto de desapropriação número 84.877, declarando os 9.385 hectares da fazenda para fins de desapropriação. Em dezembro de 1981, os primeiros

títulos foram entregues às 264 famílias de posseiros (FERNANDES, 1995, p. 58; CONTAG, 1980, p. 77).

A partir dessa desapropriação surge um grupo de 13 famílias de trabalhadores bóia-frias, que passaram a se denominar trabalhadores sem-terra. Esse grupo de famílias contava com o apoio da CPT e reivindicava ao INCRA uma área de 1200 hectares que havia sobrado durante a elaboração do processo de assentamento. No início de 1982, eles foram incluídos no assentamento. Da experiência dessas lutas começa, na região de Andradina, o processo de formação do Movimento dos Sem-Terra do Oeste do Estado de São Paulo (FERNANDES, B. M., 1999, p. 94).

Em abril de 1984, cerca de 50 famílias de trabalhadores organizados no Movimento dos Sem-Terra do Oeste do Estado de São Paulo ocuparam uma área de 370 hectares inicialmente destinada à Associação dos Moradores da Fazenda Primavera, que estava praticamente abandonada. Foram despejadas e acamparam nas margens da Rodovia SP-563. Essa ocupação levou o INCRA a realizar um processo de seleção e assentar outras 37 famílias (MOVIMENTO DOS SEM TERRA DO OESTE DO ESTADO DE SÃO PAULO, 1983, p. 36).

A conquista das terras da Primavera tem também uma importância histórica, porque contribuiu decisivamente para a criação formal do MST no I Encontro Nacional de Trabalhadores Sem Terra, que ocorreu em Cascavel, no Estado do Paraná, no período de 21 a 24 de janeiro de 1984 (CALDART, 2000, p. 125).

De acordo com informação fornecida pelo Instituto de Terras do Estado de São Paulo (ITESP), até 2006 existia na Região de Andradina 11 assentamentos, com um total de 938 famílias. O Assentamento Primavera possui atualmente 210 famílias. Os três assentamentos mais recentes são o São Joaquim e o Terra Livre, ambos no município de Castilho, implantados em janeiro de 2005, e o Belo Monte no município de Andradina, atualmente com 74 famílias, que foi implantado em 2002

Os produtores rurais assentados da Fazenda Primavera, enfrentaram muitos problemas como a descapitalização, a permanência de conflitos com “capangas” vinculados à empresa de J.J. Abdala, falhas operacionais do INCRA na organização do assentamento e também o endividamento dos assentados. Tudo isso fez com que alguns assentados transferissem seus lotes a outras pessoas, ou, os lotes foram adquiridos por profissionais liberais e comerciantes residentes na região e que utilizam os lotes como segunda residência (HESPANHOL; COSTA; ESPÍRITO SANTO, 2003, p. 111).

Atualmente, em um artigo publicado por Carvalho e outros (2007) referente à educação no Assentamento Primavera, este mostrou que, assim como as famílias passaram por muitos desafios para conquistar as terras da Fazenda Primavera, a implantação da Escola Estadual João Carreira originou-se de muitas lutas. A conquista dessa Escola decorreu de mobilizações da comunidade do assentamento que fez abaixo-assinados junto aos órgãos públicos para reivindicar por uma escola de qualidade. A Escola situa-se no Assentamento Primavera e atende alunos deste assentamento e também do Assentamento Belo Monte.

Visando obter informações a respeito do ensino escolar oferecido na Escola Estadual João Carreira, foram realizadas 4 entrevistas (com 3 professoras e 1 merendeira).

Nessa Escola, atualmente, o Ensino Fundamental é multisseriado devido ao pequeno número de alunos, ou seja a 1^a e 2^a-séries funcionam numa mesma sala, o mesmo ocorrendo com a 3^a e 4^a-séries. Para as professoras, isso prejudica a qualidade do ensino e desgasta muito o professor. De acordo com elas, o número de alunos diminuiu, porque, na visão dos pais, a escola da cidade é melhor que a rural.

O debate referente à proposta pedagógica da unidade escolar ocupa um lugar relevante no discurso das entrevistadas. Consideram a estrutura relativamente precária ao mesmo tempo em que verbalizaram, que o projeto político-pedagógico é igual a todas as escolas da cidade, embora não concordem com isto.

De acordo com as docentes, até o final da década de 1980 tudo era diferente e havia um projeto político-pedagógico voltado para o homem do campo, com enfoque para a área agrária, como também havia as disciplinas obrigatórias dos currículos tradicionais, coisa que hoje não existe mais. Para elas, de repente, o estado cortou tudo sem dar nenhuma satisfação. Não participam da elaboração dos currículos, não escolhem nada, os currículos vêm “prontos” e isso gera revolta, porque faz com que os alunos percam o interesse pela escola. Para elas o governo destruiu o ensino voltado para o homem do campo.

No entanto, a presença de propostas pedagógicas explicitamente discutidas e selecionadas pelas professoras sugeriu a presença de uma escola bastante comprometida com a educação dos filhos dos assentados. Para as professoras, o ensino oferecido é de qualidade e não existe o problema da indisciplina, pois os alunos são mais interessados que os da cidade e os professores são muito engajados com o processo de ensino e aprendizagem juntamente com a sobrevivência da Escola. Passam e vivem muito tempo na Escola e fazem esforços para

que a Escola consiga sobreviver e dar certo. Afirmam que é com esse ensino que o governo quer acabar.

Neste momento da pesquisa, foi considerado os depoimentos das professoras entrevistadas como indício de elementos no conjunto documental a ser analisado. Pareceu-nos que os discursos das docentes revelaram as dificuldades que têm em desenvolver uma pedagogia efetivamente significativa para as vidas das crianças e das famílias assentadas.

O projeto político pedagógico dos educadores poderia ser (re)formulado de acordo com a ação educativa das famílias assentadas, e depender das concepções pedagógicas dos profissionais envolvidos e principalmente com base na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB), que garante isso em lei e, não deixar que as concepções urbanas tomem conta do meio rural. Essa demanda que encontra amparo na LDB assegura às escolas públicas autonomia pedagógica, permitindo às escolas do campo organizar o ensino e articular o currículo em projetos educativos que respeitem e fortaleçam a cultura camponesa e promovam uma formação voltada ao desenvolvimento rural sustentável. Os artigos 23 e 28 da Lei determinam que sejam realizadas as adaptações curriculares e organizacionais necessárias à adequação do ensino às condições da vida do campo, incluindo o ajuste do calendário escolar às fases do ciclo agrícola e às condições climáticas. No entanto, essas determinações não vêm acontecendo.

Assim, mesmo com todas as transformações, a Educação rural está longe de ser adequada e eficiente para o contexto no qual se insere. Isso porque o rural e sua população ainda continuam sendo vistos "[...] como um mundo à parte, fora do comum, ou seja, fora dos parâmetros definidos pela representação urbana, esta sim, a moderna" (OLIVEIRA; BASTOS, 2004, p. 149). Quando falamos de qualidade educacional, principalmente no que diz respeito ao funcionamento da escola, não podemos distinguir claramente a urbana e a rural, pois em nenhuma das duas o sistema é satisfatório, embora no meio rural os problemas sejam mais preocupantes.

A Escola rural merece destaque segundo Sérgio Celani Leite (2002), por possuir especificidades no que se refere a sua dinâmica espacial. Possui leis próprias na conjugação do trabalho e da produção, além da co-existência de valores culturais e competências de seus membros sociais. Em uma análise sobre a Escola rural, o autor ainda diz que os problemas relacionados a ela se encontram na *ação didático-pedagógica* da unidade escolar, que apresenta um currículo geralmente estipulado por resoluções governamentais e com vistas à realidade urbana, com estruturação didático-metodológica deficiente, salas multisseriadas,

calendário escolar em dissonância com a sazonalidade da produção agropecuária, ausência de orientação técnica e acompanhamento pedagógico e de material de apoio para alunos e professores. E, também no que se refere à *participação da comunidade* no processo escolar, que apresenta um particular distanciamento dos pais em relação à escola, contribuindo ainda mais para desvincular a escola da comunidade em que está inserida.

Ainda no que se refere ao Assentamento Primavera, um outro aspecto muito interessante é que aproximadamente 90% dos assentados do Belo Monte são originários ou descendentes de assentados do Assentamento Primavera, segundo dados de pesquisa que foi desenvolvida no Belo Monte pelo Prof. Dr. Antônio Lázaro Sant'Ana (2006), do Departamento de Fitotecnia, Tecnologia de Alimentos e Sócio Economia, da UNESP – Campus de Ilha Solteira.

O Assentamento Primavera completou 25 anos de implantação em 2006. É um dos mais antigos do Brasil. Até pela sua importância histórica, é oportuno conhecer as histórias de algumas famílias que ali vivem. É interessante analisar as trajetórias dessas famílias, juntamente com as trajetórias das famílias de Belo Monte que, conforme mencionado acima, em sua maioria são descendentes ou originários do Assentamento Primavera. Excetuando o trabalho do Professor Antônio Lázaro Sant'Ana, sobre os assentados da Região de Andradina, não há nenhum que focaliza e aprofunda estudos sobre os assentados de Belo Monte.

Já o Assentamento Belo Monte possui atualmente cerca de 74 famílias assentadas. A implantação deste assentamento que também fica localizado na região de Andradina, foi iniciada em 1998, mas ficou até 2002 sem acompanhamento técnico e sem liberação de crédito para a sua produção. Até o Belo Monte se concretizar, as famílias passaram cerca de seis meses acampadas na beira da pista, a partir de 1997. Entraram na área em 1998, mas neste ano não puderam cultivar as terras até que fosse feita a divisão dos lotes, que aconteceu informalmente pelo ITESP e depois foi oficializada pelo INCRA em 2002. Somente após esse período é que as famílias tiveram acesso ao crédito. Este assentamento possui 1588 hectares divididos em 74 lotes, sendo que 73 estão na faixa de 15 a 19 hectares (só oito tem mais de 18 hectares) e apenas um se diferencia dos demais, com 7,1 hectares (destinados a solteiros ou idosos).

Até a data da pesquisa de Antônio L. Sant'Ana (2006), não havia nenhuma organização formal específica dos assentados. O leite produzido era comercializado com a Coapar (Cooperativa de Produção Agropecuária dos Assentados e Pequenos Produtores da

Região Noroeste do Estado de São Paulo) e com a Coprima (Cooperativa dos Produtores Assentados do Projeto Primavera). Atualmente, o leite ainda é a principal atividade econômica dos assentados. Há também nesse assentamento, um grupo de mulheres formado em 1998, que tem trabalhado com mais 13 mulheres com a produção de artesanato (cerâmica, cesta de jornal, flores), *silk-crean*, bordado industrial, crochê, produtos fitoterápicos e sabonetes (de caráter experimental), bem como já produziram pães. A produção é vendida nos assentamentos, nos eventos do ITESP, MST, e INCRA (SANT'ANA, A. L., 2006, p. 18).

A idade dos titulares dos lotes encontra-se entre 41 e 50 anos, sendo poucos os que possuem mais de 50 anos. Mais de 80% das famílias têm dois ou mais filhos no lote, predominando crianças e adolescentes, por causa da proximidade com a cidade de Andradina e a presença de uma indústria. Já a escolaridade destes em geral é baixa: 31,8% estudaram até a faixa de quinta à oitava série e apenas 27,3% chegaram ao ensino médio (SANT'ANA, A. L., p. 23).

Pode-se destacar, contudo, que a insuficiência de renda leva os jovens a buscar alternativas de trabalho fora do assentamento, limitando mais as atividades produtivas do estabelecimento, pois falta mão de obra e só a experiência dos pais é insuficiente para produzir novas formas de atividades.

Na procedência das famílias pesquisadas por Sant'Ana, antes da entrada na terra, há a predominância das cidades da região de Andradina que no caso do Belo Monte é de 95,5%. No tipo de trabalho exercido antes de entrar na terra, 77,3% deles tiveram algum tipo de experiência de trabalho agrícola. Já o percentual de produtores que exerceram atividades não-agrícola chega a 40,9% (SANT'ANA, A. L., 2006).

De acordo com a pesquisa de Antônio L. Sant'Ana (2006), 90% dos assentados moram em casas de alvenaria, quase sempre inacabadas. O tamanho das casas varia de 40 a 250 metros quadrados. 50% ou mais de produtores declararam possuir entre 21 e 40 cabeças de animais. A produção diária do ano 2005/2006 dos produtores pesquisados foi na faixa de 41-60 litros/dia (31,8%), e os 50% produzem entre 61 e 100 litros/dia. Metade dos produtores do Belo Monte apresenta produtividade por vaca na faixa de 4,1 a 6 litros/dia. O leite produzido é comercializado com a Coapar (ligada ao MST) e com a Coprima. Ao todo são 52 produtores e 77 mil litros/mês.

Além da pecuária de leite, principal atividade desenvolvida, um número significativo de famílias tem adotado formas diferenciadas de comercialização, como a venda direta ao consumidor e/ou varejo.

A forte presença do ITESP e do INCRA é reconhecida pelos assentados nas melhorias da produção e condição de vida, mas as críticas também são significativas, como a forma de organização de seu trabalho, assistência técnica e a restrita atuação de determinado profissional deste órgão público.

Apesar dessas limitações, a pesquisa mostrou que para a grande maioria dos pesquisados o acesso à terra significou uma melhoria nas suas condições de vida. Mostrou ainda que a produção e o autoconsumo das famílias e das criações do lote abrangem vários produtos é muito importante para todas as famílias pesquisadas, não só em termos de subsistência, mas porque se constitui em uma estratégia de redução dos custos de produção de produtos comercializáveis, como o leite.

Os aspectos positivos estão no fato da pecuária leiteira estar garantindo ao menos uma renda mínima para as famílias continuarem no campo e permitindo que uma parcela melhore a renda e sua condição de vida; a presença de associações ou cooperativas de produtores ativas nos dois assentamentos; a preocupação de quase todos os produtores em desenvolver atividades de subsistência no lote; a diversificação da produção e da comercialização, embora ainda em pequenas proporções e na maioria dos casos como resultado de esforços individuais, tem sido importante para a geração de renda das famílias; a ampliação das possibilidades de combinação de atividades agrícolas e não-agrícolas pelos membros da família, como reflexo de novas políticas públicas (PSF, convênios do INCRA) ou de novas atividades (tanques de expansão nos assentamentos); e aumento do número de assentamentos e de instituições trabalhando em assentamentos na região (INCRA, APTA, EMBRAPA, UNESP, e outras universidades), além daqueles que continuam atuando (ITESP, SAI, SEBRAE e outros) (SANT'ANA, A. L., 2006, p. 67).

No entanto, para finalizar esse tópico devemos justificar que o fato do Assentamento Primavera ter sido citado por poucas fontes (Hespanhol, Costa e Espírito Santo; Caldart e Fernandes) se deve ao fato de ter escassa bibliografia sobre este Assentamento. No caso do Belo Monte, foi citada apenas uma bibliografia, a de Antônio L. Sant'Ana (2006), (daí então a diferença de caracterização dos assentamentos) embora essa seja mais detalhada.

CAPÍTULO 4 A TRAJETÓRIA DOS ASSENTADOS DE PRIMAVERA E BELO MONTE

4.1 Metodologia da Pesquisa

São muitos os métodos e as técnicas de coleta e análise de dados em uma abordagem qualitativa e, entre eles, está a análise das estratégias utilizadas pelos sujeitos. Estas apreendem a existência de um fio condutor que dá sentido às diversas situações vividas pelos agentes sociais, ao mesmo tempo em que compreendem a dimensão racional das pessoas. Pressupõe uma dimensão temporal e para entender as ações dos agentes sociais é necessário, portanto, conhecer seu passado e suas raízes sociais através do conhecimento da trajetória social dos agentes considerados. A trajetória irá expressar, assim, a dimensão diacrônica que liga o conjunto das circunstâncias às estratégias, tal como relatados pelas pessoas quando contam a história de suas vidas (ANTUNIASSI; AUBRÉE; CHONCOL, 1993, p.127).

Neste item serão apresentados os procedimentos de pesquisa e também a análise dos resultados da mesma através das falas dos assentados.

4.1.2 Contato com os Sujeitos da Pesquisa

Os sujeitos da pesquisa são famílias representantes dos Assentamentos Primavera e Belo Monte, ou seja, um grupo considerado típico da totalidade, visando identificar as concepções que as pessoas têm de seu papel e de sua participação nos grupos nos quais estão inseridos.

Cabe destacar que o estudo elege como sujeito as famílias, mas centra a análise na trajetória de vida dessas mesmas famílias.

As observações tiveram como foco privilegiado as famílias pioneiras, isto é, aquelas que estão lá desde o início do processo de assentamento e permanecem nos Assentamentos Primavera e Belo Monte até o momento.

Essas famílias têm uma história em comum em suas experiências de vida, que nem sempre é de cooperação e entendimento entre todos, mas são identificadas na comunidade local, reproduziram-se e desdobraram-se em novas unidades familiares por várias alianças, e cresceram com a chegada de novos núcleos familiares. As histórias que elas têm em comum as caracterizam como um grupo pioneiro, e assim elas se reconhecem.

Para o desenvolvimento da pesquisa foi necessário a aproximação com o tema proposto por meio de estudo de bibliografia pertinente e de referencial teórico sobre o tema, bem como o levantamento e a caracterização da estrutura fundiária da região de Andradina, através de levantamento histórico e documental da região.

Após essa etapa, foram feitas várias visitas aos assentamentos Primavera e Belo Monte, no período de abril de 2007 a maio de 2008, com o objetivo de conhecer as pessoas que lá residem e saber como funciona a dinâmica das famílias dentro dos Assentamentos.

O contato inicial e maior foi com uma antiga liderança do Assentamento Primavera, que proporcionou momentos de reflexão a respeito das lutas e conquistas das terras dos Assentamentos Primavera e Belo Monte. Esta liderança sempre esteve engajada no movimento de desapropriação das terras destes Assentamentos.

As entrevistas para coleta dos depoimentos foram previamente agendadas e ocorreram no período de março a maio de 2008, com consentimento dos informantes. Os contatos iniciais para esclarecê-los sobre os objetivos da pesquisa ocorreram em abril e maio de 2007.

A seguir, as entrevistas, com roteiro definido¹⁵, foram gravadas nas casas das próprias famílias, sendo posteriormente transcritas. A opção pelos sujeitos, ou seja, o critério para a escolha dos sujeitos, foi feita no sentido de se identificar as pessoas que estavam nos assentamentos desde a fase inicial de suas implantações, e assim mostrar a trajetória de vida das famílias de Primavera e Belo Monte e verificar suas condições de trabalho juntamente com a identificação dos conflitos para a conquista da terra e a motivação para a participação na luta por esse “modo” de vida almejado pelos assentados.

4.2 Caracterização das Famílias do Assentamento Primavera

Todos os sujeitos entrevistados do Assentamento Primavera possuem mais de 60 anos, sendo dois nordestinos, vindos de Alagoas, dois da região sudeste, de Minas Gerais, e um nascido na Fazenda Pendengo, município de Castilho, SP, próximo do Assentamento Primavera.

Um é analfabeto, um cursou a primeira série, dois cursaram até a segunda e um cursou até a terceira série.

¹⁵ O roteiro da entrevistas encontra-se no apêndice.

Três dos entrevistados estão no assentamento desde 1980, tendo participado das lutas para sua implantação. O quarto entrevistado foi para o Primavera em 1984, ano em que houve um novo processo de atribuição de lotes situados em terras que sobraram quando houve a primeira distribuição. O quinto entrevistado também está no Assentamento Primavera desde 1984, só que comprou o lote de um assentado endividado (a história dessa família será contada adiante).

Dois entrevistados têm cinco filhos, todos com idade entre 30 e 40 anos. A primeira família tem dois netos e a outra quatro netos. No caso dessas duas famílias todos os filhos são casados e as duas famílias possuem dois filhos que moram no mesmo lote com os pais. Os outros três filhos moram na cidade. A terceira família tem quatro filhos, com idade entre 14 e 37 anos, sendo os dois mais velhos casados e os dois mais novos solteiros. Nessa, os solteiros moram com os pais e os ajudam no trabalho com o lote e, no caso dos outros dois, uma filha trabalha como professora na Escola do próprio Assentamento e o outro trabalha na cidade de Andradina, só que ajuda os pais nos finais de semana. A quarta família tem oito filhos com idade entre 24 e 35 anos e apenas um mora no Assentamento com os pais. Todos os outros moram em Andradina, são casados e constituíram suas próprias famílias. De acordo com o chefe da casa ele se orgulha muito de ter estudado todos os filhos, mesmo com as muitas dificuldades que passaram no início do Assentamento. A quinta e última família possui três filhos (34, 30 e 26 anos), sendo que dois são casados e moram na cidade de Andradina e o mais novo, solteiro, mora na Austrália.

Das cinco pessoas entrevistadas, quatro delas foram sitiantes e/ou arrendatários em outras fazendas antes da vinda para o Primavera. Seus pais não tiveram acesso à terra em suas regiões de origem e migraram à procura de novos lugares que lhes permitisse reconstruir suas vidas, suas famílias e suas unidades de trabalho familiar. Nasceram no contexto de famílias arrendatárias e viveram a infância, a adolescência e, muitas vezes, até parte da idade adulta trabalhando em lavouras. Para essas pessoas, a participação na luta pela terra foi vista como forma de melhorar suas condições de trabalho e de vida, situação esta que não iriam conseguir de nenhuma outra forma.

A família de Raimundo¹⁶ é a única, das cinco entrevistadas, que comprou o lote de uma família que precisou vender suas terras por não ter conseguido pagar o financiamento conseguido junto ao Banco do Brasil.

Raimundo conta sua história:

¹⁶ Os nomes de todos os entrevistados, tanto do Primavera quanto do Belo Monte são fictícios.

A primeira vez que vim pra Primavera foi em 1984, por causa do meu irmão que já tava aqui desde o começo. Ele conseguiu terra só que eu não. A minha terra eu consegui porque eu comprei de um cumpadre amigo que tava individado no Banco. Eu antes morava em Minas e vim pra cá trabalhá como arrendatário. Só que eu era solteiro e quis ir trabalhá na cidade.... fui trabalhá na Barrage de Ilha Solteira porque lá eu ia ser fichado. Daí eu saí de lá e fui trabalhá em São Paulo com comércio, só que não deu certo. Vendí meu comércio e voltei pra Primavera, que foi quando eu comprei os direitos¹⁷ e me casei por aqui mesmo... [...] Só que depois, preocupado com os estudo dos meus filho vendi meus direitos e fui morá em Andradina... também tive comércio lá...que não deu certo mais uma vez....agora não tenho mais terra...quem tem é meu filho que tá no exterior e me mandou comprá um pedacinho de terra aqui e pede pra mim cuidá. Eu não gosto de morá na cidade, então faço questão de cuidá da terra dele... [...] ainda falta muita coisa pro sítio ficá bom só que eu to trabalhando nele pra isso.

A trajetória da família de Raimundo mostra o processo de idas e vindas do campo para a cidade e vice-versa e suas estratégias de sobrevivência. A dificuldade de se estabelecer na cidade revela o caráter oculto da expropriação de que sua família foi vítima, precisando voltar, quando possível, para o meio rural. Muitas vezes, a pessoa que sempre esteve ligada ao campo não consegue ficar muito tempo no meio urbano. Há ocasiões em que existe a idéia de que a cidade é melhor para se criar os filhos e estudá-los, porém, isto nem sempre corresponde à realidade, na medida em que, muitas famílias não conseguem nela se estabelecer e passam por dificuldades. João narra a história de uma antiga família do Primavera que precisou vender seu lote por causa de dívidas junto ao banco, e foi morar na cidade. Essa família não conseguiu sobreviver dignamente na cidade por causa do desemprego e dos baixos salários que são pagos às pessoas principalmente com baixa escolaridade. Lá, essa família passou fome e o pai virou até alcoolista em função de ver sua família desfazer-se. Seu filho começou a usar drogas e a traficar, e sua filha a se prostituir por não haver condições de emprego no meio urbano. A família de Raimundo é uma das famílias em que, sempre que lhes foi possível, voltaram para o campo como forma de restabelecer suas relações pessoais e financeiras.

Raimundo relata ainda que seus filhos continuam na cidade, mas é no sítio que eles se reúnem para a continuidade de suas relações familiares. Revela que pretende continuar no lote o resto da vida e opina que é muito melhor trabalhar no sítio, porque não tem que ficar seguindo horário da cidade, horário comercial, pois ele próprio é seu patrão. Ele afirma: “No lote eu faço meu horário.”

¹⁷ Os direitos, como é denominado um processo de venda de terras, era possível naquela época porque os proprietários receberam do INCRA o título definitivo dos lotes e estes eram passíveis de serem vendidos. Atualmente, os assentados não recebem o título definitivo, e esse tipo de processo já não mais existe.

4.2.1 Os Assentados Contam a História do Assentamento

Segundo os assentados, a história do Assentamento Primavera é um pouco diferente das de outros assentamentos, porque não houve ocupação por parte das famílias. As famílias que lá residiam eram arrendatárias e pagavam a renda para seu dono, J.J.Abdala. Não houve conflito. De acordo com João, J.J. Abdala dizia que “se as pessoas e as famílias produzissem e trabalhassem direito não era necessário cobrar renda”. Para João “*ele era uma pessoa boa, mas depois que ele morreu, o filho assumiu e quis a terra de volta*”. No entanto, J.J.Abdala, que os trabalhadores falavam que era bom, era da oligarquia latifundiária e dizia ser dono de algo que realmente não era.

Três entrevistados disseram que no início, quando Abdala morreu, ficou muito complicado, porque os jagunços do filho de Abdala, que não os queria lá, espalhavam o gado para quebrar a cerca e destruir as roças dos assentados¹⁸.

Isso aqui pertencia ao J.J Abdalla, um ex-deputado que era um home muito bom. [...] ele vinha aqui fazer visita pro pessoal de vez em quando. Ele era humilde, carismático, e saía abraçando um por um. Nós pagava a renda, o pessoal era arrendatário. E ele falava pro pessoal: ó gente, aqui é pra vocês criar filho e neto. Mas o tempo passou, o homem ficou inválido e aí quem passou a tomá conta de tudo isso foi o filho dele. E foi tudo ao contrário: quando o filho dele entrou, aí ele começou. (João)

Eles começaram a pressioná a gente, fazia que a cerca tinha quebrado, mas não era a cerca que tinha quebrado não, de madrugada, os empregado ia lá e quebrava o arame, quando era de manhãzinha as roça tava tudo estragada. (Paulo)

Segundo João e Paulo, o próprio judiciário ficava do lado dos proprietários que queriam acabar com as lideranças e enfraquecer o movimento da Fazenda Primavera, intimidando-os com jagunços armados e tiroteios, para que as pessoas saíssem da Fazenda.

Segundo João:

Os jagunços fiscalizava o que as família fazia, o que saía da Fazenda e o que entrava na Fazenda. As mercadoria tinha que ser vendida pro filho do Abdala, que só pagava nós no ano seguinte.

A partir de algumas contradições por parte de Abdala filho, os assentados começaram a desconfiar que existiam irregularidades na documentação da Fazenda e resolveram

¹⁸ Muitos estudiosos, como por exemplo, José de Sousa Martins, descreveram este processo em outros lugares. Isto era e é uma prática muito comum no Brasil.

investigar. Segundo eles, o advogado que contrataram se vendeu para o dono da Fazenda que resolveu não ajudar mais. Através de outra advogada, descobriram que a terra não tinha escritura e tinha documento de grilo¹⁹.

Começou a surgir desconfiança, porque ele tava comprando título do pessoal. Mas como é que você vai comprar uma coisa que é sua? A gente começou a percebê que ele não tinha a escritura da terra, não tinha nada, só tinha uma posse. [...] a coisa ficou mais acirrada e a gente fez uma visita à Brasília, pra saber se realmente existia o documento. Em Brasília a gente descobriu que a fazenda não tinha escritura. (João)

Trouxeram jagunço de vários estado, jagunço que vive de matança, gente que era contratada para matá e se precisasse matá alguém, podia matá. Aqui teve tiroteio e até morte. (Joaquim).

Em 8 de julho de 1980, o Presidente João Batista Figueiredo assinou o decreto de desapropriação da fazenda, apresentando como motivos conflito e tensão social e como objetivo assentar as 264 famílias que estavam nos quase 10 mil hectares existentes na Fazenda.

No entanto, “Abdala (filho) trabalhou debaixo dos pano junto ao INCRA”, afirma Joaquim. Para os entrevistados, eles queriam dar só metade da terra, dividindo a terra em lotes de 15 hectares sobrando, portanto, metade das terras. “*Foi uma jogada suja pra que a sobra da terra fosse devolvida pro Abdala*” diz João. Só que não deu certo, porque os assentados descobriram o plano antes e impediram essa trama.

Foi feito o decreto da desapropriação da Primavera dia 8 de julho de 1980. O INCRA ainda demorou quase um ano pra emitir a posse. O Abdalla contestou, o INCRA tentava segurá a barra do Abdalla pra vê se ele pegava a terra de volta. Não teve jeito, teve a desapropriação e o INCRA começou a assentá as família. Primeiro ele fez a divisão de tudo. No decreto do Presidente tava escrito que era pra assentá as famílias que tava aqui. A desapropriação foi por tensão social, não foi porque o INCRA comprou a fazenda. Mas aí o INCRA chegou e dividiu a fazenda em lote de 15 hectares, mas eles tavam tramando o seguinte: eles tavam querendo colocar 264 família, cada uma em cima de 15 hectares, só que ia sobrá mais da metade da fazenda. Eles queriam devolvê pro Abdalla. Nós descobriu e impedimo que isso acontecesse. (João)

¹⁹ Grilagem de terra é um crime praticado ainda em grande escala no interior do Brasil, principalmente na Amazônia. Os grileiros, nome dado a esses criminosos, são alguns dos principais responsáveis pelo desmatamento das florestas tropicais. A grilagem nada mais é que a apropriação indevida de terras públicas, através da falsificação de documentos. Várias são os interesses para a existência dessa prática: especulação imobiliária, venda de recursos naturais do local (principalmente madeira), lavagem de dinheiro e até captação de recursos financeiros.

Assim se expressa João:

O Assentamento foi feito pra não dá certo. As pessoa que tão aqui são muito lutadora, porque não tiveram o mínimo de condição para se sustentá em seus lote”. O Incra, junto com outros órgão, queria dar a escritura pras família pra que o Banco do Brasil alienasse as terra e as família perdesse tudo. Com isso a imagem dos assentado ia ficar suja.

No entanto, os assentados entendiam que havia a necessidade de permanecer nas terras para reforçar as reivindicações, ainda muito contestada em algumas esferas da sociedade e da burocracia estatal. Para um dos entrevistados:

Na época da implantação do Assentamento, eu acompanhei de perto todo o processo. Tive contato com um agrônomo que depois ficou meu amigo, e ele me confessou que foi obrigado a fazê o processo daquele jeito pra desmoralizá o Assentamento e culpá os assentado pelo fracasso dos lote. (João)

Segundo os entrevistados, eles aderiram à luta pela conquista do Assentamento porque sempre tiveram contato com a terra e sempre viveram nela. Quatro dos entrevistados não se imaginam vivendo na cidade. Para eles não interessava ter o título da terra em mãos, mas sim o interesse de que o governo desse condições e estrutura para que pudessem trabalhar e se sustentar em seus pedaços de terra. A expressão de um dos entrevistados foi:

Nossa família só tinha um cavalo no começo do Assentamento. Nós precisava de máquina para tombá a terra e começá a produzi, só que ninguém ajudou. Tivemo que se virá sozinho, se nós quizesse ter alguma coisa. Tudo foi feito pra gente desisti de ficá aqui. (Paulo)

A história do Assentamento Primavera pode ser interpretada como o resultado do esforço de uma dupla negação. A primeira, no sentido da negação da exploração na cidade, representada pelos personagens que buscam refúgio contra a exploração no espaço urbano, muitos dos quais foram vítimas de expropriação no passado, por melhoria da qualidade de vida e, em segundo lugar, na negação da estrutura agrária de concentração historicamente construída pelas oligarquias locais, resultado da velha e cristalizada política do favor que remonta aos tempos da primeira república.

A crescente consciência dos trabalhadores foi resultado de histórias de lutas, marcadas tanto por um expressivo movimento popular no passado, quanto pelas ocupações e lutas de posseiros na Fazenda Primavera, o primeiro grande ganho na luta pela terra no estado de São

Paulo. A luta nessa Fazenda teve o mérito de trazer a questão agrária para a agenda política da região e representou um primeiro passo na construção de uma nova consciência do direito, que colocava em questão a tradicional lógica do favor que dominava o imaginário dos trabalhadores na região, como de resto em todo o país desde a república velha (MICHELETTO, 2003, p.93). Assim, a própria história desse Assentamento surgiu como experiência de superação às conseqüências das crises sociais e como respostas a elas.

4.2.2 A Formação do Assentamento

No Primavera, os lotes foram distribuídos segundo um acordo firmado entre os assentados e o INCRA, que utilizou como critério o número de filhos que cada família possuía. Os que tinham mais filhos recebiam lote maior, havendo lotes de até sessenta hectares para casal com mais de seis filhos. Os lotes tinham 15, 30, 45 e 60 hectares.

Atualmente, dos cinco entrevistados, apenas três possuem o mesmo número de hectares da época em que recebeu as terras. Os outros dois precisaram vender uma parte de seus lotes em função de dívidas. João tinha 30,8 e agora tem 19,4 hectares. Joaquim possuía 43 e agora tem apenas 7 hectares (a história deles será contada mais adiante).

De acordo com os entrevistados, o INCRA efetuou a divisão dos lotes no assentamento, mas não deu o mínimo de condição para a sustentação do mesmo. Segundo eles, o INCRA e o governo se limitaram, simplesmente, a fornecer as escrituras para os assentados e nada mais. Assim, o processo de distribuição das terras e da organização do trabalho dessas famílias tem evoluído com a história do próprio Assentamento.

4.2.3 Os Espaços de Sociabilidade

No que diz respeito aos espaços de sociabilidade, os assentamentos, em sua grande maioria, acabam se constituindo em processos que deslocam pessoas de um lugar para outro, recompondo uma comunidade que cria necessariamente dinâmicas de sociabilidade. De acordo com Leite e outros (2004, p. 259):

São também geradores de novas formas de sociabilidade, mesmo naquelas situações em que os assentados são famílias que já viviam na área desapropriada. A criação do assentamento impõe novas formas organizativas, muitas vezes implica rearranjo espacial de famílias, provoca a convivência com pessoas pouco conhecidas ou mesmo desconhecidas, reativando laços de solidariedade, formando grupos diferenciados e, por vezes, produzindo conflitos.

No caso do Primavera, para os assentados não existe espaços de sociabilidade. Na época da desapropriação foi feita uma área comunitária, que não foi utilizada. As festas, quermesses, ou outras comemorações são feitas nos lotes dos próprios assentados.

Contudo, é possível pensar, que existem novas formas típicas de sociabilidade, entre assentados e entre estes e a sociedade maior, a partir justamente do processo de constituição e desenvolvimento das comunidades que, embora singulares, mantêm elementos comuns.

A família, contudo, citada por todos os entrevistados, é o núcleo maior da sociabilidade. Ela pode ser considerada o centro das decisões e de grande parte da circulação das informações. Nos relatos, sempre houve alguma citação em relação ao pai, à mãe, aos filhos, ao genro, ao sogro, enfim, alguém que fosse do meio familiar. As relações familiares se mantêm de forma muito importante e os novos núcleos familiares buscam ocupar lotes que os aproximem fisicamente à família de origem. É importante destacar o esforço e o interesse que os entrevistados fazem para manter seus filhos perto deles.

Aqui a gente é muito feliz. Tudo que nós faz é para nós deixa pros filhos, né. Eu queria que meus filho continuasse aqui cuidando do nosso sitinho. Dos quatro filho que nós tem, só um mora na cidade e memo assim ele vem ajuda nós nos final de semana. A minha filha mais velha é professora aqui no Assentamento e também mora aqui. Nós é muito unido, sempre que um precisa, nós ajuda como pode (João).

No estudo realizado por Julio, Pereira e Petti (2006, p. 115) esta realidade pode ser confirmada:

Os assentamentos vêm mostrando a sua importância na agregação das famílias. É comum a existência de familiares no mesmo projeto de assentamento, mostrando a sua relevância na construção de sociabilidades anteriormente em crise. Isto demonstra que o lote é um ponto de apoio familiar. Os assentamentos apresentam uma dinâmica demográfica alternada, do campo para a cidade e da cidade para o campo, ao contrário do fluxo unilateral inaugurado pela modernização conservadora.

Outro aspecto que pode ser considerado, em relação aos espaços de sociabilidade, são as relações de vizinhança, as festas e as formas de ajuda mútua. Estas sofreram transformações devido à sua nova inserção. Foi encontrada a preocupação de estarem vivendo uma situação de transição, na qual elementos tradicionais como a solidariedade e as festas, antes freqüentes, estariam desaparecendo. As relações de vizinhança parecem ser muito importantes; é através destas que se recriam laços que possibilitam enfrentar dificuldades.

A gente vévi bem aqui no Primavera, mas quando nós passava dificuldade, a gente contava com a ajuda dos nosso parente e também dos nosso vizinho. Sempre que falta alguma coisa pra nós comê, a gente pede pra eles ou a gente troca por outra comida que a outra família tem e nós não tem. Quando alguém precisa ir pra cidade fazê alguma coisa, quem tem carro ajuda a levar os que não tem. Isso é bom demais e é uma coisa que nós não vê muito na cidade, né (Raimundo)?

Merece ser destacado também o fato de que o assentamento é na realidade um processo político, social e cultural que passa necessariamente por diferentes fases, nas quais os diversos elementos e manifestações culturais sofrem mudanças devido à transformação do ambiente, das relações sociais e de vizinhança, das técnicas produtivas. Constituem-se em realidades complexas que adquirem especificidade a partir não somente de seu processo de constituição (organização do movimento e luta), mas também de uma série de componentes socioculturais das famílias, assim como do contexto regional em que estão inseridos (LEITE et al, 2004).

4.2.4 Os Desafios da Produção e da Assistência Técnica

O trabalho nos lotes do Primavera é predominantemente familiar. A maioria dos assentados produz leite e uma diversidade de produtos agrícolas que são consumidos no próprio lote.

Em quatro famílias dos entrevistados há algum membro que saiu do Assentamento para morar na cidade, mas a grande maioria deles vem nos finais de semana para ajudar nos serviços do sítio. Três famílias têm filhos que moram em casas separadas no mesmo lote ou em outros lotes do Assentamento.

Essas famílias, que continuam no Primavera, desejam reunir a parentela ou continuar construindo a rede de vizinhança no âmbito do Assentamento, nas quais se apóiam para

ocupar espaços disponíveis e organizar tarefas vinculadas à produção. São, portanto, as bases sobre as quais se constroem as relações de sociabilidade nos assentamentos.

Olha vc [...] eu penso que é muito mio vivê aqui (no sítio) do que lá na cidade [...] Lá um monte de cumpadre nosso que foi passou fome e num conseguiu sobrevivê porquê o salário é muito baixo [...] é por isso que aqui nós qué que nossos filhos e nossos netos fique perto de nós, porque nós pode ajudá e eles também ajuda nós e também porque na cidade não dá futuro nem comida pra ninguém, lá nós vive mal [...]. (João)

Essas estratégias estão referidas à cultura de sitiante, para quem a obtenção dos meios de vida constitui fator dinâmico da sociabilidade e “é fundamentalmente nos lotes onde se vai calcar o cotidiano das relações de trabalho e convivência diária e permanente dos assentados” (LEITE et al, 2004, p.120). Os sítiantes são, assim, pequenos produtores rurais, parceiros, arrendatários, posseiros, cuja sobrevivência é assegurada pela produção de roças de subsistência e leite e propiciam às famílias assentadas uma renda maior que dois salários mínimos, quantia esta superior à que poderiam ter num centro urbano, por exemplo.

Foi criada, há quase 3 anos, uma cooperativa comandada por assentados, denominada Coprima. A maioria das famílias do Primavera entrega leite nesta cooperativa que parece ter uma função importante no Assentamento, em virtude do seu papel na comercialização da produção dos assentados. De acordo com os entrevistados, esta é a maior cooperativa de leite da região, que comercializa aproximadamente 50 mil litros de leite por dia. Para um dos entrevistados, a COPRIMA cresceu porque as pessoas que a administram são filhos de assentados e estes trabalham bastante, “*pegam no batente*”. Nas palavras de João:

Os administrado da COPRIMA recebe salário em quantidade de leite, proporcional à quantidade de leite comercializada, pra pessoa se esforça e ganhá mais. Atualmente, a COPRIMA também tá montando uma veterinária pra vende os produto e num futuro próximo vão fazê um campo experimental. Tão comprando bezerro mais barato em Minas Gerais para vende pros assentado a preço de custo, incentivando as pessoa continuá produzindo na terra e não saí mais dela.

No início do Assentamento Primavera, os novos assentados deixaram-se levar pela imposição e força dos discursos dos agentes técnicos, somadas ao fato de que os procedimentos técnicos dos quais precisavam eram de alto custo e os créditos de financiamentos se impunham. Temiam não poder responder aos compromissos financeiros assumidos, fato este que realmente aconteceu. Alguns de seus hectares precisaram ser

vendidos para poderem pagar as dívidas em bancos. A falta de crédito (este só chegou no ano de 1996 com o Proceca), bem como o desconhecimento com relação à contabilidade, os levou ao controle precário das compras realizadas obrigando-os a adiar o plantio e a se endividar em bancos. Não houve possibilidade de se determinar o número de assentados que se endividou em bancos, mas constatamos que dos cinco entrevistados, dois tiveram que vender parte de seu lote para pagar os financiamentos que tinham feito. Finalmente, a falta de verbas para a manutenção das famílias foi um ponto central e mostrou que, com resultados deficientes e com a precariedade da situação econômica, algumas famílias deixaram o projeto, rompendo assim seu vínculo com a terra e dando espaço para que outras pessoas ocupassem os lotes vazios e fizessem parte da comunidade assentada.

Bergamasco e Norder (p. 56,) apontam que nem sempre o ambiente no qual os produtores se inserem é adequado às suas necessidades, e sua precariedade pode impedi-los de obter avanços produtivos. De acordo com os autores:

A carência dos meios de trabalho pode fazer com que os assentados entrem num sistema que dê continuidade a sua pobreza. A condução da política agrícola pressupõe a disponibilidade de certos recursos técnicos e financeiros que os assentados nem sempre possuem quando iniciam suas atividades na terra conquistada (a maioria, de baixa fertilidade). A aquisição de tratores e equipamentos, fertilizantes, crédito, sementes, combustíveis e mesmo alimentação pode se tornar impossível para uma família isolada [...].

Confirmando a citação acima, para as famílias entrevistadas, o governo não deu condições alguma para sua sustentabilidade no lote. O único incentivo que foi dado era para que pegassem financiamento no Banco do Brasil. Para essas famílias, esse crédito não foi suficiente para conseguirem produzir e pagar o Banco. As famílias começaram a passar por dificuldades e tiveram que vender seus lotes para pagar as dívidas no Banco. Caso a dívida não fosse paga em quarenta e oito horas, o lote era leiloado. Essa situação ocorreu com muitas famílias dentro do Assentamento e que hoje estão com bem menos área do que tinham antes. É o caso de duas famílias dos entrevistados do Primavera. Uma tinha 30,8 hectares e atualmente está com somente 19,4 porque precisou vender 11,4 hectares para pagar dívida em banco. O caso da outra família foi ainda mais grave: tinham 43 hectares e hoje estão com apenas 7 hectares. Joaquim relata:

Todo mundo que tava aqui dentro conseguiu terra. Só que antes não era que nem hoje que os assentado recebe recurso do governo. O que não deu certo foi os financiamento que nós peguemo. Naquele tempo não vinha recurso.

O único recurso era o Banco do Brasil. O povo entrou no banco e por causa da inflação e da correção monetária, não agüentara pagá os financiamento. Nós mesmo precisou vendê parte do lote e teve outra parte que foi leiloadada pra pagá o banco. A roça não dava o retorno que precisava e quando vencia o prazo a gente tinha que pagar a banco de qualquer jeito.

Dos 43 hectares que nós tinha hoje temo só 7. Todo o resto nós perdemo por causa da dívida em 1993. Quando nós perdemo as terra, fiquemo desequilibrado. Quando a gente perde, a gente fica sem começo, sem saída, sem rumo, porque a gente tem que limpá o nome primeiro pra podê começá de novo.

Hoje faz só 1 ano e meio que nós tamo vendendo leite, mas podemos dizer que tá bem melhor do que antes, que a gente passava muita dificuldade. O leite, este sim, dá retorno pra nós. (Joaquim).

De acordo com Júlio, Pereira e Petti (2006, p. 119),

Na relação do Estado com os assentados é marcante a ausência ou bloqueio de investimentos em recursos produtivos de longo prazo (créditos de investimento), justamente aquele que possibilita a recomposição da base de recursos produtivos no interior do lote, eleva o grau de autonomia dos assentados e, permite uma ampliação da absorção da força de trabalho e geração de renda.

A defasagem entre o que eles realmente precisavam e o que lhes era destinado, a dotação de recursos financeiros aquém das necessidades, mostra a defasagem entre a realidade do assentamento e o que este deveria ser, “visto que a ausência desses elementos pode comprometer significativamente a capacidade posterior das famílias no desenvolvimento de suas atividade” (LEITE et al, 2004, p. 88).

Júlio, Pereira e Petti (2006, p. 113), citam que o reconhecimento dos vários impasses no desenvolvimento dos assentamentos é importante. Muitos deles foram implantados enquanto experiências importantes, mas relativamente isoladas, que dificulta a transformação do ambiente sócio-econômico e institucional onde se inserem. Para os autores:

As relações históricas do Estado brasileiro com o latifúndio produziram a falta de iniciativas por parte do Estado, como a regulação da posse e uso do solo. Isso rebate no processo de dispersão espacial dos assentamentos. Mesmo nas áreas de maior concentração não houve uma continuidade espacial que, permitisse a potencialização da infra-estrutura necessária para seu desenvolvimento.

Em muitas localidades deste país as chamadas zonas reformadas, que seriam as áreas prioritárias de reforma agrária, foram constituídas pela ação do movimento social que atuou mais fortemente em determinadas regiões. Em São Paulo, os casos do Pontal do Paranapanema e da região de Andradina são dois exemplos que ilustram essa situação.

As políticas governamentais para os assentamentos e as políticas de financiamento da produção, desde a primeira metade dos anos 80 até o final dos anos 90, foram marcadamente instáveis e ficaram sujeitas às diferentes regulamentações, rupturas administrativas e programáticas.

4.2.4.1 O avanço da cana na região e o assédio aos assentamentos

A falta de apoio financeiro foi citada por todas as famílias. Algumas delas não estão conseguindo sobreviver em seus lotes e estão vendendo para pessoas que produzem cana.

Joaquim diz:

Nóis tamo começando a sê cercado pela cana. A gente tem vontade que a Primavera não vire fazenda de novo e principalmente fazenda de cana. Foi tanto sacrifício e tanta luta que nós tivemos que deveria sê feito alguma coisa pra que as pessoa fosse impedida de vendê o lote deles. Caso o pai não quizesse mais ficá na terra, não podia vendê, tinha que passá pros filho qui nem herança, mas não vendê pra cana que nem alguns tão fazendo.

O preço alto dos insumos agrícolas, como o adubo e as sementes, também foram citados como dificuldades dos assentados. Afirmam que, em certas ocasiões, o que produzem não dá para pagar os gastos que têm. A política agrária foi citada como frustrante, pois não dá incentivo aos pequenos produtores.

Nóis que semo pequeno produtor temo muita dificurdade pra podê sobrevive, porque muita vez o que nós produz num dá pra pagá os gasto que tivemos. O governo tinha que estabelece um preço mínimo prus nosso produto, para que eles num perdesse valor que nem ta acontecendo (Paulo).

Norder (2004) destaca que é importante considerar os assentados como protagonistas na decisão sobre a utilização dos recursos a serem investidos no desenvolvimento dos assentamentos e na definição de estratégias de desenvolvimento da produção. O fortalecimento do poder decisório dos assentados e de outros atores, presentes nas localidades, amplia a diversidade produtiva e faz emergir diferentes práticas locais de desenvolvimento da agropecuária. Ao criar um assentamento, o Estado assume a responsabilidade de viabilizá-lo e o desempenho de um assentamento é um desempenho da ação do Estado (Júlio, Pereira e Petti 2006, p.116). Uma efetiva política de reforma agrária é uma das condições para que se rompa

o círculo de ferro que limita o desenvolvimento de muitos assentamentos (ABRAMOWAY; CARVALHO FILHO, 1994).

4.2.5 As Atuais Condições de Vida dos Assentados

Segundo os entrevistados, a fixação nos lotes do Assentamento Primavera foi muito difícil pelos vários motivos citados, mas hoje conseguem ter uma vida mais digna com o que produzem, fato este que não ocorreria se estivessem morando nos centros urbanos.

Na opinião dos entrevistados, as condições de moradia, alimentação, trabalho e poder de compra melhoraram consideravelmente²⁰. Falam de seu lote e fica claro que como assentados se consideram em situação muito melhor. Por mais rústico que sejam suas casas e suas condições de vida, não cogitam a possibilidade de residirem na cidade, pois as condições ali são precárias e podem se constituir em grave problema social, considerando que a maioria dessas pessoas tem pouca ou nenhuma escolaridade.

Aqui é a gente que faz nosso horário e a gente ganha bem mais do que se nós morasse na cidade. Como muitos de nós não estudô muito, na cidade o máximo que a gente ia ganhá ia ser um salário mínimo e isso não dá pra sustentá nossa família. Aqui a gente tem horta pro nosso consumo e não precisamos comprá em outro lugar. Os leite das vaca é o que dá maior lucro pra nós e assim nós consegue viver melhor. É com ele que nois mantém nossa casa e nossa família. Já compramo vaca, carro, televisão, quando dá nós também reforma a casa. É claro que a gente não tem luxo mais nós é feliz aqui. Olha o caso daquela família lá de São Paulo, da menina Isabella, se eles soubesse o quanto é bom morá no campo, eles não ia vivê estressado que nem na cidade grande. Isso aqui pra nós é um paraíso. (Paulo)

Com relação às possíveis melhorias na qualidade de vida das famílias após a implantação do assentamento, Medeiros e Leite (1999, p. 4) ressaltam que:

Os assentamentos não só geram empregos e, de alguma maneira, aumentam o nível de renda das famílias assentadas, com reflexos na economia municipal e regional, como também alteram, em maior ou menor medida, as relações de poder local.

²⁰ Algumas fotos de Primavera e Belo Monte encontram-se inseridas no apêndice.

Os benefícios recebidos pelo assentamento foram vários, destacando-se aqueles proporcionados pela melhoria da qualidade de vida, como saúde, educação, luz, água, etc. As maiores reclamações dos assentados foram com relação às estradas do Assentamento. Desejam que sejam reformadas para que os ônibus consigam circular e as crianças não fiquem com déficit de aprendizagem em função desse problema. Sobre esse assunto Leite e outros (2004, p. 93), destaca que a existência de estradas e transporte coletivo é determinante na vida dos assentamentos, seja para aspectos cotidianos da vida dos assentados, na relação com a cidade (compras, saúde, acesso à educação), seja para aspectos produtivos (compra de insumos, escoamento da produção, etc). De uma forma geral, as condições das estradas do Primavera são precárias, existindo dificuldades de comunicação, em especial em épocas de chuva, agravando principalmente as condições de acesso à educação e à saúde.

Os entrevistados também estão insatisfeitos com a atuação da Prefeitura de Andradina, porque nas palavras de Raimundo esta “*pouco contribui com recursos básicos e fornecimento de infra-estrutura*”, que são de responsabilidade do INCRA. Para eles o INCRA não consegue estar presente efetivamente em todos os assentamentos rurais brasileiros e contam, então, com o apoio das prefeituras municipais que podem ajudar ou não os assentados, dependendo das conveniências políticas do momento.

Nos discursos dos cinco entrevistados aparecem planos para o futuro, todos enfatizando a vontade de continuarem sendo produtores rurais. A melhoria da qualidade de vida dos assentados antes e depois do projeto é notória. A maioria dos assentados eram subempregados ou desempregados e não possuíam casa própria e se encontravam em condições econômicas precárias.

4.2.6 A Contribuição do MST

Não houve contribuição do MST para a implantação do Assentamento Primavera, pois este é anterior à sua formação. A luta dos assentados de Primavera contribuiu para a organização inicial do MST. Em 1996, o Assentamento Primavera recebeu verba do Proclara graças à interferência e ajuda do MST. Antes disso, as famílias do Primavera nunca haviam recebido crédito do Governo.

4.2.7 As Expectativas para com a Reforma Agrária

Com relação à Reforma Agrária, os entrevistados têm a mesma opinião de José, que afirma:

[...] para os assentado de hoje a situação é bem mió, porque eles recebe recurso e antes não tinha nada disso não. Tudo que foi construído no Primavera foi com esforço de seus trabaiadô e hoje os assentado recebe dinheiro pra tudo que precisa.

Complementa Raimundo:

[...] o Governo ainda precisa dá condição pra produzi, precisa existi um preço mínimo pros produto e fazê uma política pra pequena produção. É necessário sê feito uma triagem pra colocá nos assentamento as pessoa que realmente gosta de trabaiá com a terra pra que ela não seja vendida por quarquê dificuldade que eles passa no lote. Não adianta só dá terra, se não fô dada condição para produzi e sustentá o lote. O INCRA deveria obrigá os assentado investi em roça, distribui uma quantidade maió de terra e dá mais recurso pros assentado.

Assim, com base nos depoimentos, pode-se afirmar que apesar das dificuldades enfrentadas pelos assentados de Primavera, esse estudo mostra uma população que se esforçou para fazer frente aos problemas gerados pela descontinuidade na implementação da política governamental, construíram estratégias de ação que têm raízes profundas no seu passado em contato com a terra e mostraram respostas adequadas às situações limites vivenciadas por eles.

4.3 Caracterização das Famílias do Assentamento Belo Monte

No Assentamento Belo Monte também foram entrevistados sujeitos de cinco famílias. Todos estão no assentamento desde o início, em 1998, tendo participado das lutas para sua implantação. Ficaram acampados aproximadamente um ano na beira da Rodovia SP-563 e seis meses no interior da Fazenda São Sebastião (atualmente Assentamento Belo Monte). Todos são originários do Assentamento Primavera e possuem menos de 50 anos, com idade média de 37 anos, tendo passado a maior parte da infância e juventude no Assentamento Primavera.

No que diz respeito à composição familiar, três entrevistados têm 2 filhos, um três e o outro quatro filhos. Um concluiu até a quarta série e outro concluiu a sétima série. Os outros três entrevistados concluíram o Ensino Médio. Portanto, na média, os assentados de Belo Monte têm menos filhos e maior nível de escolaridade que os assentados de Primavera.

4.3.1 Os Assentados Contam a História do Assentamento

Ao contarem suas histórias, Edvaldo e Roberto explicam os motivos que os levaram a sair do Assentamento Primavera:

Lá em Primavera onde nós morava o sítio era herança né, era pouco para abastecer todos os irmão, nós era em 9, era dificultoso lá porque tinha que dividi por 9, dava micharia pra cada um trabalhá. Aí surgiu esta proposta pra nós podê trabalhá. Eu sempre gostei da terra, já trabalhava na roça. Achei que seria bom pra minha família. Tivemo que lutá bastante pra conseguí isto aqui. Foi uma luta sofrida debaixo da lona. Fiquemo 6 mês debaixo da lona na beira da pista. Fome nós nunca passou tinha a estrutura anterior que mantinha a gente, meu cunhado de Primavera ajudava, na época tinha uma vaquinha, tirava o leite, ajudava a gente, colhia milho, arrancava feijão, colhia algodão. Cinco hora da manhã nós já pegava o caminhãozinho. Nós veio pro lote em 99, fiquemo 3 ano mexendo no lote, construímo nossa casinha de tábuas. Em 2004, mudemo pra esta casa **. (Edvaldo)

Na Primavera foi uma época boa, mas depois teve o Plano Real, foi uma época difícil, veio a URV, depois da URV veio o Real, então desestabilizou muita coisa, e eu casei e quis ter meu canto, né, porque meu pai tinha sua propriedade, como tem até hoje, só que é o seguinte, a gente ia dá um palpite ..., aí falei, vou começá minha vida. Aí fiquei um ano em Anhumas, desisti, aí vim pro sítio de meu pai de novo, comecei a mexê com gadinho tal, aí fui atrás desta firma Citoplast para trabalhá, fiquei uns 30 dia, todo dia, todo dia e nunca consegui, aí falei também não vou trabalhá de empregado pra ninguém. Aí surgiu isto aqui, eu falei, eu vou enfrentá e veio esta objetividade de conseguí a terra. A razão mais importante de eu saí de Primavera foi vencê na vida, conseguí as coisa, ter meu próprio negócio. (Roberto).

Jonas, de 49 anos, o mais velho dos entrevistados de Belo Monte, antes de se estabelecer no Assentamento, havia tentado conseguir terras em outro local, sem êxito. A exemplo de Edvaldo, considera que o apoio da família e dos amigos de Primavera foi fundamental, porque contribuiu para ajudar a suprir algumas de suas necessidades e a diminuir o desconforto e as angústias decorrentes de sua condição de vida, principalmente durante o período que sua família permaneceu acampada. Ele conta resumidamente parte de sua história:

Eu vim de Minas, de Itapemirim, pra lá de Belo Horizonte. Tô faz 10 anos no Belo Monte. Vim de Primavera. Quando eu era moleque meu pai era arrendatário na Fazenda Primavera. Meu pai ficou doente precisemo ir para Campo Grande, meu velho tio ajudava nós, depois meu pai melhorou nós viemo pra Fazenda Santa Helena, deu uma melhorada, daí nós pulou pra Primavera de novo, a gente arrendava, depois lotearam. Já tinha ficado acampado uma vez e tinha perdido. Tinha invadido lá no Pendengo, né. Quando fiquei sabendo que ia ter despejo vazei de madrugada. Voltei para Primavera.

Elisa saiu do Assentamento Primavera indo residir em Andradina, porque casou e possuía família numerosa. O lote de seu pai, em grande parte, era área de reserva, não havendo, portanto, condições para que sua nova família constituída pudesse continuar vivendo em Primavera. Passou muitas privações na cidade de Andradina e se emocionou quando contou sua história de vida:

Nasci em Andradina em 1967. Meu pai tinha sítio na Primavera, comprou os direito. Era um lote pequeno, mas quase tudo era área de reserva. Ficou menos de meio alqueire. Não dava nem pra ele sobrevivê. Meu pai sempre tocou roça, a gente não tinha profissão. Fiz até a sétima série. Casei fui morá na COHAB São João. Tive 4 filho que hoje estão com 23, 22, 15 e 11 anos. Quando tinha duas criança precisei trabalhá de doméstica. Não era fácil não. (chorando). Minha filha tava operada eu trabalhava a troco da comida só. Fazia faxina, era 4 banheiro, ela me dava umas coisinha. Nem falava pra minha mãe. Eu ia na casa da mulhé, ela pagava em compra, eu dava pras minhas filha. Eu bebia água pra dormi. Na época eu tava sozinha. Minhas irmã ia acampá. Pensei: quando chegá um tempo, eu vou lá, vai tá todo mundo com sítio e eu sem nada. Peguei e entrei junto com minhas irmã no acampamento. Duas menina eram pequeninha na época, inclusive esta tinha feito cirurgia. Minha mãe falou que cuidava delas pra mim e eu acampeei junto com minhas irmã. A vida no acampamento era difícil. Tinha uma cesta ruim. Feijão duro, era preto. Quando um tinha, repartia com quem não tinha pra não passá fome. Fiz o barraco e tudo. Fizemo ocupação pacífica. A gente obedeceu as ordem, a gente não queria inimidade com os empregado da fazenda. Aí depois eu conheci meu marido, a gente já tava dentro do sítio e fomo morar junto.

Já a esposa de Jozué, Edna, terminou o Ensino Médio, depois de assentada. Informa que depois de casarem não houve mais condições de permanecerem em Primavera, pois *“meus pais e os de Jozué tinha muitos filho e não tinha como uma nova família vivê do que era produzido lá”*.

Observa-se na história de vida dos entrevistados, que estes saíram do Assentamento Primavera porque já estavam adultos, queriam constituir suas próprias famílias e no lote que ocupavam com seus pais, de acordo com eles, as condições não eram adequadas para se viver mais de uma família, pois o espaço ficou pequeno para a constituição de outras famílias.

Leite e outros (2004, p. 124) cita as principais razões da saída de assentados do grupo doméstico:

Em termos gerais, as principais razões da saída de membros do grupo doméstico estão relacionadas à procura de trabalho fora do lote (41% dos casos), ao casamento (35%), ao estudo (18%) e, em menor proporção, a uma variedade de situações como morte, conflitos familiares, doenças, etc. A saída em busca de emprego é uma alternativa muitas vezes vivida por trabalhadores, como transitória, até tentarem conseguir uma parcela de terra.

O principal motivo citado por Leite e outros (2004) para a saída dos assentados do grupo doméstico é a procura de trabalho fora do lote. Também no caso dos assentados de Belo Monte, conforme se infere dos seus pronunciamentos, o motivo principal da saída do Assentamento Primavera, advém da insuficiência de terra no local onde residiam e a procura de melhores condições de trabalho e de vida.

Jozué foi um dos líderes do movimento que levou à implantação do Assentamento Belo Monte. Recebeu a informação de João, do Assentamento Primavera, que havia grande possibilidade da Fazenda São Sebastião ser desapropriada e participou desde a primeira reunião para mobilizar alguns assentados de Primavera para a luta pela conquista das terras da Fazenda. Completou o Ensino Médio e fez Curso Técnico de Computação. Trabalhou em empresa de Andradina, tinha salário razoável e recebeu proposta de emprego, com bom salário, em uma empresa do Rio Grande do Sul. Mas optou em lutar pela conquista do Assentamento Belo Monte porque gosta muito da terra, trabalhou desde menino no campo e não queria continuar trabalhando o resto da vida como empregado.

Assim Jozué descreve a sua história:

Nasci em Guaraçaí. Quando era pequeno morei no Pontal, no fundo de Primavera, depois no Buriti, depois fui morá em Andradina, depois em 84 vim com minha família para Primavera. Quando eu era pequeno, meu pai veio trabalhá na barrage, eu e minha mãe montava num caminhão de bóia fria e vinha pra Primavera trabalhá. Na época na Primavera tinha muito algodão ... algodão, feijão. Fiz curso técnico em computação. Tenho 39 anos mas corpinho de 80 (risos), trabalhei demais à noite, trabalhei na C²¹, tinha bom salário, depois recebi proposta pra trabalhá numa firma do Rio Grande do Sul, ia ganhá melhor salário, mas eu sempre gostei da terra e não quis ir, porque não queria ficá sendo mandado o resto da vida.

²¹ Empresa localizada na cidade de Andradina

O grupo de acampados foi organizado no Assentamento Primavera com a ajuda de João e outras lideranças, além do apoio do MST.

Nesse sentido, Jonas e Roberto contam como foi o início da luta pela conquista do Assentamento Belo Monte:

Eu tava com uma lona emprestada. Eu tava lá, passou o Jozué e uma turma avisando. Falaram: vai lá no INCRA que vai ter uma reunião, pode levá os documento, mas nós pensemo que já ia sair a terra. Chegemo lá, o Padre Orlando foi avisar o Osmar. Falou: a terra tá aí facim, o ITESP já disse que é improdutiva, eles deve 11 milhões de imposto, então tá fácil. Falei: agora vou ter que ganhá ... levei de opinião, e era perto de Primavera. Tivemo que lutá, fomo pra São Paulo, um amigo meu foi preso, levamo borrachada, fiquemo 5 dia numa praça em barraco, dormia no chão, fiquei 8 dias em Brasília. Nós invadiu no dia 16 de maio de 98. Entremo ali, fizemo 2 carreira de barraco, veio a ordem de despejo, depois de uns 3 dia, às 5 hora da manhã apareceu um monte de luzinha era os home num monte de camburão, mas era viatura, hein! Tentemo negociá com a turma de São Paulo até uma hora da tarde. Aí vimo que não tinha jeito, voltemo pra beira da pista. Passou uns dia, veio o sargento, não sei se é sargento ou tenente Barbosa, à paisana numa motona, aí falou pode ir pra dentro que a terra é sua. Aí nós ficou contente. Entremo, fizemos 2 carreira de barraco, aí pensemo como ia lotear. Nós mesmo fizemo sorteio dos lote num globinho. (Jonas)

Entremo pra luta no dia 16 de maio. Antes disso, durante 60 dia, organizemo o grupo, fizemo reunião no Barraco do Incra, em Primavera. Da terceira reunião pra quarta convidemo o movimento dos sem terra, o MST né, pra aumentá mais a força nossa, nós ocupou com mais ou meno 120 família, uma coisa assim, no dia 16 de maio de 1998. Fiquemo 15 dia dentro da fazenda resistindo, aí no 16º dia chegou o despejo, aí nós tivemo que saí né, fomo pra beira do asfalto, fiquemos mais uns 30 dia, depois nós ocupou de novo. Fiquemo acampado 1 ano na beira da pista e 6 mês aqui dentro. Teve muita luta, muita dificuldade, mas nós venceu todas as barreira e conseguimo. Tá aí hoje. (Roberto)

Conforme relata Roberto, o desconforto era enorme. Havia uma organização dos acampados e todos tinham que seguir regras como, por exemplo, não podia haver consumo de bebida alcoólica, drogas, não era permitido a prostituição.

Edvaldo e Jozué caracterizam como era a vida no acampamento:

Era muito difícil, não tinha energia, não tinha banheiro, era tudo improvisado, um banho, água que era muito dificultoso, era muito perigo na beira da pista pra quem tinha criança. (Edvaldo)

A vida era difícil. Não tinha água, às vez a lona se perdia por causa das tempestade. A cesta básica era muito ruim e só veio quatro vez no tempo que fiquemo acampado. Aí o pessoal, às vez, que nem tinha um regime

dado, não podia ter bebida, qualquer falha que a pessoa tivesse, se começasse ter problema no acampamento, de todo tipo de problema a pessoa era notificada, então tinha regra aqui, era uma coisa certa, uma coisa ordeira, mesmo porque tinha as família, nada de droga, nada de bebida, nada de prostituição, só coisa fina mesmo, porque este assentamento é um assentamento lapidado, você entendeu, vocês pode ver estes assentamento do Estado de São Paulo, mesmo do Brasil, não é batendo papo não, mas o Assentamento Belo Monte aqui está de parabéns, pelo que você viu aí dentro né, a única coisa que está deixando a desejar são as estrada, que tão acabada. (Jozué)

Jonas afirmou que a dificuldade na fase de acampamento não foi maior porque a maioria dos acampados eram filhos de Primavera e podiam recorrer aos parentes e amigos deste Assentamento.

Ficava no acampamento, mas nós tinha de onde tirar recurso. Na Primavera eu mexia com bicho da seda. Eu não parei. Porque naquela época a cesta básica era ruim. O feijão não cozinhava. Hoje a cesta é boa, dá para ficar acampado, mas naquele tempo era duído, hein, quem não tinha um bracinho pra ajudar. A vida no acampamento não era tão ruim porque nós era filho de Primavera, quer dizer, qualquer coisinha que apertava, corria nós lá no Pai, o Pai tava lá, né. Também não parei de trabalhá lá. Eu continuei mexendo com bixo da seda. Tinha muito feijão, nós pegava e arrancava, porque não ficava parado. Tinha muita gente da cidade que ajudava nós. Um ajudava o outro. Vinha a cesta básica de Bauru com feijão, fubá, arroz quirelinha. Sofremo muito não, hoje tem acampamento que tá muito ruim. Fiquemo acampado só um ano e pouco e já peguemo a terra. Esta foi fácil. Passei fome, dificuldade, tudo pra fazer pressão, pra saí logo, mas valeu a pena.

Nesse sentido, as situações, relatadas pelos assentados, mostram que na fase de acampamento das pessoas do Belo Monte, o apoio das famílias e amigos próximos, que estavam no Primavera foi muito importante para que as mesmas conseguissem permanecer acampados até a regularização do Assentamento Belo Monte. E, isto, tem um significado político: os assentamentos são pontos de apoio na luta pela terra, pois essas relações ajudam a fortalecer e dar apoio para a efetiva fixação na terra, na medida em que os já assentados colaboram com seus semelhantes para a conquista desse espaço.

4.3.2 A Formação do Assentamento

Não há uma concordância dos entrevistados com relação ao número de famílias no início do acampamento. Segundo Roberto, cerca de 120 famílias. De acordo com Jozué, 128.

A medida que o tempo foi passando, várias famílias foram desistindo, até chegar a 84. Como a Fazenda foi dividida em 74 lotes, foi necessário excluir 10 famílias. Jozué explica como foi este processo de exclusão:

Não teve uma exclusão em si, se excluía as pessoa que não tava com a família, quem tava com a família tinha uma pontuação, quem não tava tinha uma pontuação menor, pra que as pessoa que tava acampada com a família não fosse prejudicado, porque a lona é muito difícil, é desconfortável de tudo, então a própria lona seleciona o pessoal da terra, no caso aqui selecionou. Entremo com 128 família, foi rareando, quando nós fomo fazê o sorteio tinha 84 família, só cabia 74, a gente não sabia que cabia tão pouca gente. Todo mundo que foi com a mulher, com criança e ficou lá noite e dia e tudo, esse aí era certeza, aquele que ia o marido e a mulher ficava na cidade, ou aquele que tinha o barraco lá, mas acabaram não indo conforme foi ajustado, acabou sendo excluído.

Roberto, que também foi um dos líderes dos acampados, explica como foi a seleção das famílias para ocupar os 74 lotes:

Tinha o problema dos andorinha, eles formava o barraco e ia embora, quando o INCRA veio para emiti eles queria lote. Já era avisado que quem quisesse lote era para participá mesmo da luta. Então, tinha uma pontuação, os que ficava nos barraco tinha mais pontuação. As mulheres ficava, os marido saía pra trabalhá por dia na época da safra do feijão, do milho, o pessoal ia, migrava e voltava, entendeu, uns às vez, ficava fora uns 10 dia, mas notificava a coordenação inteira, a coordenação dava o aval para o trabalho, porque não tinha cesta básica, não tinha nada, era difícil na época né, foi assim que nós venceu a luta.

Os acampados não aguardaram o INCRA fazer a atribuição dos lotes para as famílias. Foram orientados pelo MST para não esperar o INCRA, pois este órgão, na opinião de Jozué, é muito moroso. Roberto afirma que foi uma distribuição histórica de lotes:

Foi uma distribuição histórica de lote que nós fizemos neste assentamento sem o INCRA sabê de nada. Do jeito que foi feito tá até hoje, não mudou. O INCRA veio depois, reconheceu o assentamento em 2002, e ficou do mesmo jeito até hoje, tudo certinho.

Jozué descreve como foi o processo de distribuição dos lotes para as 74 famílias:

Esse assentamento foi sem permissão do INCRA. Nós tinha um pouco de conhecimento, fomo orientado para não esperá o INCRA, pois o INCRA é muito moroso. Que nós fizemos? Fizemo uma quermesse, arrecademo

fundo, fizemo um caixa. Nessa época eu era Coordenadô do Assentamento. Fomo em Presidente Prudente. Contratemo um pessoal que mexe com Topografia, fez a análise da terra, faz a análise para sabê se a terra é produtiva, quanto mais fértil a terra, menos a porcentagem de terra que pega, quanto mais fraca a terra, maior a porcentagem de terra, e a distância da cidade, mais longe da cidade pega um pouco mais de terra, se é mais próximo da cidade é mais valorizada, pega menos terra. Tinha então que fazer todo este estudo aí. Tinha que fazer também estudo de área de APP, que é área de preservação permanente que é área de corgo, lagoa... tudo é reserva legal, que toda área tem que ter, a porcentagem desta terra, então tem que ser técnico ou engenheiro para podê fazê, fomos lá e contratemo este pessoal, até então tinha já tomado conta da fazenda, tinha tirado cerca, posto as lascas empiada, tudo certinho, não saiu nada da fazenda, os arame nós tirou tudo, ficou a terra nua para podê fazê o parcelamento, no caso seria o INCRA né, só que nós fizemo por nossa conta, aí fizemo o mínimo de largura de estrada, porque tem as medida de largura das estrada, pra podê cabê mais gente, o mínimo de área de reserva pra podê cabê mais gente, as área de APP não tem limite máximo, nem mínimo, deixemo no limite certinho e parcelemo os lote.

Após ocuparem a Fazenda, no ano de 1998, a emissão da posse da área só foi efetivada em agosto de 2002 e, apesar dos lotes serem conquistados, as famílias continuaram a enfrentar muitas dificuldades. Não havia água, energia, estrada. Elisa e Edvaldo mencionam as principais dificuldades que suas famílias enfrentaram:

Quando o INCRA não tinha reconhecido o assentamento, não foi fácil porque não tinha água, tivemo que mexer com poço, mas a gente não tinha experiência em cavá poço e não tinha dinheiro pra pagá alguém, saiu até briga entre os assentado. Nós ficava 3 dia sem água, as menina uma vez foi prá escola de calça comprida, porque não tinha água nem pra tomá banho. (Elisa)

Dificuldade era estrada que não tinha, não tinha água, sem poço, a energia que demorou muito pra chegá, lavá roupa, lavava numa roda d'água, a Maria²² subia com uma bacia de roupa na cabeça, é longe. Transporte era muito difícil, naquela época não tinha carroça, não tinha nada, era no pé. (Edvaldo)

4.3.3 Os Espaços de Sociabilidade

O espaço maior para sociabilidade do Assentamento Belo Monte é um barracão na antiga sede da Fazenda. Lá os assentados comemoraram o aniversário de 10 anos do Assentamento, no mês de maio de 2008. Contudo, os principais espaços de sociabilidade são

²² Nome fictício da esposa de Edvaldo.

mesmo os lares, onde os assentados freqüentemente se reúnem para os festejos. Edvaldo e Elisa sintetizam as informações fornecidas pelos demais entrevistados:

Aqui tem o barracão. Fazemo quermesse. A gente fez a comemoração dos 10 ano do assentamento. A gente mesmo faz a diversão da gente. Nesta gleba aqui, no fim de semana, cada um leva um quilo de carne, quem gosta de cerveja leva cerveja, leva guaraná, reúne na casa de um, vai até 2 hora da manhã. (Elisa)

Sempre que a gente pode, a gente dá um passeio. Festa sempre a gente vai. Tem quermesse, festa junina, festa de passagem de ano, dia das mães a gente reúne. (Edvaldo)

Leite e outros (2004, p. 118) afirmam, corroborando os depoimentos de Edvaldo e Elisa, que a primeira base da organização social dos assentados parece ser feita a partir das relações de vizinhança e que os espaços coletivos do assentamento constituem-se nos centros de atividade e lazer, onde se reúnem seus membros.

A possibilidade de continuar mantendo uma relação face a face com os parentes faz com que os assentamentos se constituem em importante elemento de integração social no que diz respeito às famílias. Quando interrogados sobre quais grupos de pessoas se relacionam mais (vizinho, parente, membros da igreja, associação, etc), a categoria vizinho se sobressai. Assim, além de possibilitar o reagrupamento de famílias que estavam dispersas, os assentamentos permitem restabelecer o conjunto das redes de sociabilidade anteriores à sua criação, como as redes de vizinhança, reconstituindo as formas de sociabilidade típicas das comunidades locais rurais do Brasil. Assim, a base primeira da organização social dos assentados parece ser feita a partir das relações de vizinhança, que podem ou não derivar de relações de trabalho, parentesco, amizade ou participação religiosa, política e sindical.

No cotidiano a integração no interior dos assentamentos tem lugar na troca de informações e favores, nas formas de ajuda mútua, isto é, nas formas de interação comuns a esse tipo de comunidades. No entanto, nos dias festivos, religiosos e esportivos, os espaços coletivos do assentamento constituem-se nos centros de atividades de lazer, onde se reúnem seus membros.

Em relação à organização coletiva, Jonas pondera que na fase de acampamento e de início do Assentamento, os assentados eram mais organizados coletivamente, o que é natural, considerando que as necessidades naquela fase eram muito maiores, havendo reuniões freqüentes para se tomar decisões e adotar providências em benefício da coletividade. É interessante saber o que cada entrevistado informa e pensa sobre a atual organização coletiva do Assentamento, uma vez que a conquista das terras do Belo Monte só se efetivou porque os assentados se organizaram coletivamente e lutaram.

Tem a Coordenação. Cada gleba tem um coordenadô. No caso, quando nós tem um assunto pra resolvê, aí convoca os assentado num barracão que nós tem ali e lá a gente discute o assunto. (Edvaldo)

Tem uma Associação que começou. Está nascendo agora. Agora conseguiu um trator pelo deputado Chinaglia, mas o Prefeito tá segurando. Já tá na Caixa o dinheiro. Tem a Coordenação também. (Elisa)

Antes de entrá aqui a turma era mais organizada. Depois que pegou lote, a turma desorganizou, cada um ficou por si, só na cooperativa ficou sócio. Tem o grupo das mulher que tá funcionando, faz pão pra vendê, faz crochê. Está tendo agora uma associação, eu não quis entrá não. (Jonas)

Jozué explica, com mais detalhes, como é a organização coletiva do Assentamento Belo Monte:

Cada gleba tem um coordenadô. Ele reúne com os assentadoe com os outros coordenadô. Reúne com o INCRA e com o ITESP para passar as dificuldade da gleba. Quando tá na acampamento o pessoal é muito unido. Quando tá na fase de assentamento o pessoal dispersa um pouco. Sempre tem que tê alguma coisa para se uni de novo. Não que é desunido. É que o pessoal não participa tanto. Foi fundada a Associação dos Assentado de Belo Monte faz 2 ano. Tem também um grupo de mulher que funciona desde que nós era acampado. Tem um maquinário, tem projeto de fazer um barracão, tem uma padaria. Já tão fazendo venda, mas venda corpo a corpo. Mas não é só a padaria, elas faz também artesanato em tecido, bordado, tem uma máquina que foi conquista delas mesmo, o kit padaria conseguiram do INCRA. Tem também a Associação Regional das Mulheres Assentadas Maria de Fátima.

Conforme menciona Jozué, há dois anos foi fundada a Associação dos Assentados de Belo Monte. O atual presidente dessa Associação é Roberto que assim se expressa sobre a organização coletiva, manifestando uma certa decepção pelo fato de um número relativamente pequeno de assentados terem se associado:

Tem a associação do assentamento nosso. A associação nossa é a APRABEM, que eu sou o presidente dela. A associação tem dois ano está indo pra três, mas nós acabou de conquistá 2 trator pra ela. Estamos lutando pra conseguí nossos próprio tanque de leite. Tem 27 sócio porque o povo não acredita, né, só acredita depois que tudo está feito. O povo só entra depois que tudo tá certo.

4.3.4 Os Desafios da Produção e da Assistência Técnica

A principal fonte de renda das famílias dos assentados de Belo Monte é a produção de leite. A produção por família dos entrevistados varia de 40 a 90 litros por dia. Esta produção é tão importante que fundaram, juntamente com os assentados de Primavera, uma cooperativa para comercializar o leite produzido, a COPRIMA, que é gerenciada pelos próprios assentados.

Quando questionados sobre sua principal atividade econômica os entrevistados assim se manifestaram:

A principal atividade é o leite. 90 litro por dia. Temo também uma criaçãozinha de carneiro. Quiabo mexí alguns ano, depois parei. Aqui o terreno é muito arenoso. Quiabo gosta de terra argilosa. O leite é vendido para a COAPAR. A COAPAR repassa pros laticínio. A COAPAR é dos assentado também. (Edvaldo)

É o leite. Comecemo com gado em 2003. Agora nós temo 16 vaca, 12 estão dando leite. Vendemo 50 litro por dia. Nós entrega pra COPRIMA. Nós também tem horta, tudo o que tem numa horta nós tem. (Elisa)

A principal atividade econômica é o leite. Trouxe 4 vaquinha de Primavera, depois comprei mais 8. Mas tem alface, almeirão, rúcula, beterraba, mais pro gasto. No mês passado (maio/2008) vendi 1814 litro de leite. Este mês 1503. (Jonas)

Nós produz mais ou meno 40 litro de leite por dia, milho pro gado, mandioca e tem horta pro gasto nosso. (Jozué)

Estou produzindo 50 litro de leite por dia. Planto milho para fazê a comida do gado, a silagem, e tem o plantio de mandioca que fiz agora, plantei mais ou meno meio hectare de mandioca. Comecei a pecuária leiteira há 4 ano, vendo pra COPRIMA. A COPRIMA tá pagando melhor. Tem também a COAPAR e a Lide.r (Roberto)

A maioria das famílias pratica a agricultura, cultivando hortifruticultura e produtos como mandioca e milho. Essas produções estão presentes em muitos assentamentos e é muito comum na agricultura familiar.

As famílias assentadas podem resgatar práticas agrícolas ocorrendo, a partir daí, uma reconstrução da identidade do agricultor como tal. As práticas culturais enraizadas das famílias são os motivos para que elas, ao serem assentadas, desenvolvam prioritariamente

atividades agrícolas. São nessas atividades agrícolas, diversificadas, que essas famílias irão produzir para seu próprio sustento.

A diversidade da produção para o autoconsumo das famílias é, assim, muito importante, pois o acesso aos alimentos pode ser garantido, total ou parcialmente, pela produção realizada para o próprio consumo (aqui chamada de autoconsumo²³).

Documentos elaborados pelo setor de produção, meio ambiente e cooperação do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), mostram uma clara preocupação com o auto sustento dos assentados, afirmando que estes devem:

[...] levar em conta a combinação das necessidades básicas de alimentação das famílias assentadas, ou seja, cada assentado deve ter no seu lote ou no coletivo várias espécies de frutas e verduras que são cultivadas em diferentes épocas do ano. Vários tipos de cereais que são necessários à alimentação humana e também animais e aves que garantam a carne, leite, queijo, banha, ovos, etc. MST (2001:87).

Assim, ao chegar para habitar em um lote agrícola, uma das primeiras coisas que as famílias fazem é plantar árvores frutíferas, hortaliças e grãos que servirão de alimento a elas. Produzir o autoconsumo é uma atividade que está presente em parte significativa de muitos assentamentos. (NORDER, 1998; WHITAKER; FIAMENGUE, 2000; SANTOS; FERRANTE, 2003; FERRANTE, 2007).

A produção de alimentos para abastecimento próprio em unidades familiares é um fator quase inerente à vida no campo. De acordo com uma pesquisa realizada por Ferrante (2007), nos assentamentos de Araraquara destaca-se a produção de frutas, grãos, mandioca e hortaliças. Ainda que estas possam representar as principais estratégias de comercialização em um lote, a família que as produz também faz uso alimentar.

Nessa pesquisa, as frutas foram as produções mais encontradas nos lotes, geralmente diversificadas e consorciadas entre si nos lotes de moradia. São produções que não representam importante fonte de renda, mas importante fonte nutricional. Em segundo lugar estão os cereais. Os principais cereais servem igualmente para o autoconsumo (milho e arroz), sendo que, para o milho, sempre houve incentivos de financiamento e encontra-se a possibilidade de venda direta para empresas do ramo de ração animal e avicultura. Em terceiro lugar, foi identificada a presença de cultivos permanentes, dentre as quais destaca-se a

²³ Principalmente no que se refere a hortas e pomares caseiros, bem como a criação de pequenos animais domésticos para fornecimento de produtos alimentícios como carnes, leite e/ou ovos.

mandioca pelos mesmos motivos do milho: serve para o autoconsumo, encontra-se financiamento, há a venda direta para farinheiras, tem maior durabilidade sem ser colhida e ambos são enraizados na dieta da população. As hortaliças estão em quarto lugar. Para a maioria das famílias que as plantam, são destinadas ao autoconsumo e à venda do excedente em programas municipais, em cidades próximas e mesmo no comércio interno, seguindo o exemplo das frutas.

A gente aqui produz quase tudo que dá na terra [...] alface, almeirão, rúcula, milho, mandioca, quiabo, beterraba [...] temo também as fruta que nós come [...], tudo isso é bom pra nós produzi, porque daí a gente não precisa compra nos mercado da cidade, além de ser mió porque nós num põe aqueles produto forte, deixando eles envenenado (Jozué).

Nesse sentido, a produção para o autoconsumo é extremamente importante porque os alimentos produzidos no interior dos assentamentos não só ajudam para o comércio nos centros urbanos, aumentando a renda nos lotes, como também ajuda na alimentação dos próprios assentados, na medida em que esses enriquecem seu cardápio nutricional, bem como não precisam sair dos lotes para irem até a cidade em busca de alimentos que podem ser produzidos no interior desses mesmos lotes, gastando também menos com alimentação. Bem como destaca Duval, Ferrante e Valencio (2008, online):

[...] o autoconsumo é por nós entendido como algo que foge à análise unicamente de integração às economias capitalistas regionais. Antes, são demonstrações específicas do comportamento de estabelecimentos agrícolas familiares nos assentamentos, garantem a reprodução social e cultural da população estudada e provém às famílias sua base nutricional. Há, de fato, importante significado em se retirar da terra seus alimentos. O autoconsumo é visto como um elo, necessário para uma compreensão dos modos de vida dos assentados que se distancia de abordagens que possam reduzi-lo a um indicador de sucesso/fracasso das experiências de assentamentos ou de sua integração às economias regionais.

No entanto, Jozué e Roberto enfatizam a necessidade da assistência técnica nos assentamentos rurais. Jozué menciona ainda que precisa haver garantia de preços justos para o assentado não ser explorado pelos intermediários:

Uma reforma agrária ideal, no meu pensamento, o que tá aí é bom, mas tá faltando muita coisa. Tá faltando assistência técnica, porque sem assistência técnica é difícil. Tem que ter orientação técnica pra pessoa não errá. A assistência tem que vir no início, nós tivemos muito sofrimento. Nós peguemo em 2002, entremo em 98. Ave Maria! Deveria havê assistência técnica

permanente, menos burocracia e mais rapidez por parte do INCRA, garantia de preço justo, para não tê que implorá pro intermediário comprá. (Jozué)

Falta assistência técnica, demora nos repasse de recurso, as estrada tão muito ruim. Melhorô bastante mas falta muita coisa pra melhorá. A vontade dos político é um grande impasse pra realizá a reforma agrária. (Roberto)

Três entrevistados mencionaram a falta de assistência técnica como grave problema para os assentados. Leite e outros (2004, p. 214) afirma que esta é uma reivindicação muito comum por parte dos assentados:

O reconhecimento da importância atribuída pelos assentados ao acesso à assistência técnica se manifesta nas respostas obtidas nas entrevistas, assim como nas reivindicações permanentemente colocados pelos assentados durante a pesquisa. Pudemos observar que essa é uma reivindicação que ocorre inclusive com aqueles que recebem não muito frequentemente a visita dos técnicos, exigindo uma presença mais constante.

Os autor afirma ainda que há uma insuficiência na cobertura de assistência técnica aos assentamentos pesquisados:

No momento da pesquisa, apenas pouco mais da metade (55%) dos 92 assentamentos pesquisados contava, segundo os informantes, com uma assistência técnica freqüente, especialmente nas *manchas* de Santa Catarina, Zona Canavieira do Nordeste e Ceará. Em quase um quarto (22%) dos projetos visitados, apesar de contarem com algum tipo de assistência, esta apresentava uma freqüência irregular... Os dados apontam, assim, para uma insuficiência na cobertura de assistência técnica aos assentamentos pesquisados, [...]. (LEITE et al, 2004, p. 211)

Jozué e Jonas apontam a falta de recursos como a principal dificuldade, depois que ocuparam os lotes:

No nosso caso aqui a gente não tinha renda, tinha o lote, mas não tinha renda. Até, no meu caso, apelei pra roça, andei perdendo um pouco de roça, tava estabelecido, mas sem dinheiro. Apelei pro arrendamento, cerquei o lote e coloquei o gado no fundo. Até então o INCRA não tava no assentamento. Quem tinha um pouco de recurso já entrou com leite e tirava renda do próprio leite. Quando o INCRA chegou com o primeiro investimento, nós já tava com energia puxada. A energia foi por nossa conta, a casa foi por nossa conta. O mais difícil foi estruturá o sítio pra começar a produzí. Dificuldade muito grande com água, a gente pedia água pra Prefeitura. Vinha trazê água, o motorista às vez colocava combustível do bolso dele, a gente enrolava ele com as abóbora, com milho verde, com

os quiabo. Enquanto isso fui cavando esta cacimba aqui. Entrei aqui, já comecei cavá. Bateu 6, 7 anos cavando. (Jozué).

Peguei o lote vazio. Não tinha árvore, não tinha onde ficá. Construí um barraquinho. Depois que saiu o contrato, aí liberou o dinheiro para construí a casa, em 2002 construí esta casa. O recurso saiu em 2003. Pra construí a casa tinha que sê em mutirão. Não pagava mão de obra. (Jonas).

Era muito difícil, não tinha energia, não tinha banheiro, era tudo improvisado, um banho, água que era muito dificultoso, era muito perigo na beira da pista pra quem tinha criança. (Edvaldo)

A vida era difícil. Não tinha água, às vez a lona se perdia por causa das tempestade. A cesta básica era muito ruim e só veio quatro vez no tempo que fiquemo acampado [...]. (Elisa).

Jozué enfatiza que os assentados tinham o lote, mas não tinham recursos. O primeiro fomento só foi conquistado após quatro anos no lote, ou seja, só em 2002, quando o assentamento foi, de fato, consolidado. A esse respeito, Leite e outros (2004, p. 216), abordando esse assunto relata:

Em relação ao crédito, uma primeira constatação importante foi a de que é apenas a partir da condição de assentados que este segmento específico de trabalhadores rurais passou a ter acesso aos mecanismos de crédito rural. A quase totalidade das famílias entrevistadas (93%) nunca tinha acesso ao crédito antes do assentamento.

Roberto sintetiza as principais dificuldades enfrentadas no início do assentamento:

Água, energia, estrada, que não tinha. Energia foi praticamente nós que pagamo. Poço foi tudo por conta própria também. Uns cavava poço outros não tinha condição. Água vinha de caminhão pipa. O caminhão pipa fazia abastecimento duas vez por semana.

4.3.5 As Atuais Condições de Vida dos Assentados

Os entrevistados informaram sobre suas atuais condições de vida, suas atuais dificuldades e solicitados para fazerem uma avaliação das condições de vida quando estavam no acampamento, no início do assentamento e atualmente.

Em todas as falas, a condição de acampado foi ruim ou péssimo, pois de acordo com eles, a situação que estavam eram precárias e muitos não tinham nem o que comer precisando recorrer aos familiares que estavam no Assentamento Primavera. Já na condição de assentado, de ter a posse da terra e poder trabalhar nela para garantir, ao menos a subsistência, aparece como valor principal.

Um outro aspecto relacionado à posse da terra diz respeito ao sentimento de autonomia, uma vez que não trabalham mais para "os outros". Destacaram também o privilégio da convivência em família, não se referindo apenas ao núcleo familiar, mas ao Assentamento como uma "grande família", bem como citaram a qualidade das habitações, da saúde, da educação e também a quantidade de bens adquiridos depois que se tornaram assentados.

Atualmente, no entanto, para todos os entrevistados, ainda existem dificuldades, como a precariedade das estradas, a falta de chuva que prejudica as plantações, a falta de investimento nos assentamentos por parte do INCRA, etc. Todos são problemas que existem no meio rural e que podem ser minimizados com investimentos nos assentamentos. Nas falas dos assentados:

Uma das principais é a estrada nossa que é um problema. Quando chove a gente fica ilhado, tem que ficá com o carro parado uns 15 dia, não tem jeito de passá. Se chovê muito e nós fica doente, pra saí daqui é um problema. (Edvaldo)

[...] falta de investimento do INCRA. Nós precisava tê mais gado. O preço do leite nunca estabiliza. Não temo acesso a crédito. Se você pega dinheiro do banco a juro muito alto não compensa. Tem que sê dinheiro do governo que vem de uma certa maneira que você pode produzí e pagá. O investimento do governo tinha que ter um começo, que é ajudá no plantio, com adubo, com coisa mais em conta, um meio e um fim que é na venda. (Jozué)

Quando chega a seca, a terra é muito ácida e fica caro pra produzí. A gente sofre muito, porque tem que gastá muito pra botar ração pro gado.(Elisa)

Como mencionado anteriormente, Elisa passou por muitas dificuldades quando residiu na cidade de Andradina, chegando até a passar fome. Ela complementa suas informações sobre suas atuais condições de vida e de trabalho dando um depoimento que é quase um desabafo:

Hoje não preciso lavá o banheiro de ninguém não. Lavo só o meu. Hoje não preciso mendigá o leite das minhas filha. Todo mês, tenho dinheiro, pouco ou muito dá pra mim entrá no mercado e fazê minha compra, dá pra gente comê, não como rico come, né, porque a gente tá há 10 ano entre acampamento e assentamento e a gente ainda não se estruturou. Mas já temo curral, temo cerca, tem não sei o quê. Você tem que ir plantando, plantando, até que você fica bem estabelecido, vai tê uma dificuldade, só que o almoço e a janta não vai faltá.

Constata-se a partir dos depoimentos um fato auspicioso: todos os entrevistados consideram suas atuais condições de vida como boas. Todos relataram que houve melhorias em suas vidas como assentados em relação à fase de vida anterior.

Nenhum disse que houve piora nas suas condições de vida. A avaliação foi também muito positiva com relação às suas atuais condições de habitação, saúde, educação e bens adquiridos. A avaliação da educação só não é melhor porque os ônibus que levam as crianças, na opinião de alguns assentados, são péssimos e as estradas estão muito ruins. Leite e outros (2004, p. 131) relata, fundamentado na pesquisa “*Os impactos regionais da reforma agrária: um estudo sobre áreas selecionadas*” que 84% dos assentados consideram que houve melhorias nas suas atuais condições de trabalho:

A avaliação dos assentados quanto às suas condições de trabalho atuais é bastante positiva. No total da amostra, 84% dos entrevistados consideram que houve melhorias. ... Quando nos voltamos para a razão da melhora, verificamos alto índice de resposta (83% dos que responderam) concentrados em uma série de argumentos que podemos agregar em torno do tema “acesso à propriedade da terra” o que envolve melhoria da renda (não pagamento da renda da terra, aumento do lucro, não ter que dar parte da produção para ninguém) e liberdade (foram frequentes as respostas relacionadas a deixar de ser escravo/cativo, trabalho permanente para si e para a família, mais tempo livre, menor exploração). Entre os que disseram que houve piora (7% do total), grande parte das razões concentra-se na falta de condições de produção, seguida pela ausência de recursos (35%), falta de condições de trabalho (16%) e problemas de saúde (15%).

O autor ainda afirma que o acesso à terra possibilita, de modo geral, melhoria dos rendimentos e das condições de vida:

O acesso à terra permite às famílias dos assentados uma maior estabilidade e rearranjos nas estratégias de reprodução familiar que resultam, de modo geral, em uma melhoria dos rendimentos e das condições de vida, especialmente quando se considera a situação de pobreza e exclusão social que caracterizava muitas dessas famílias anteriormente ao seu ingresso nos projetos de assentamento.

Quando se indaga para os entrevistados sobre suas perspectivas para o futuro, cada um revela suas esperanças. Edvaldo tem um sonho: estudar seus filhos:

A gente tem que melhorá mais ainda, tem que melhorá mais um pouco. É querendo e lutando que a gente consegue. O sonho é trabalhá e conseguí as coisas pra gente podê estudá os filhos. Dá um estudo bom pros filho pra

eles seguí um rumo na vida. A gente parou de estudá, mas tem que estudá, melhorá mais ainda. (Edvaldo)

Elisa pensa em melhorar a terra e o gado para ter mais renda. Aconselha seu filho a também lutar pela conquista de seu lote, de sua terra:

A gente pensa em melhorá o gado pra ter mais renda. Pensa também em melhorá a terra. Uma filha foi para um assentamento em Nova Independência e meu menino pra um assentamento perto de Itapura. Ele era empregado, plantava brachiara o dia inteiro, era humilhado pelo cara que tomava conta. Ele falou pra mim que queria ter um sítio. Falei pra ele acampá, porque comprá não tem condição.

Jonas nunca esperava ter uma casa boa, um carro em condições razoáveis e todos os bens que adquiriu. Indagado sobre o futuro, diz que está muito satisfeito com o que tem. Afirma:

O que eu fiz é pras minhas filhas. O que fiz foi pensando nelas. O futuro é delas.

Jozué tem planos de investir mais na agricultura. Assinala que a produção de leite cobre as despesas da família e a melhoria da renda será com a roça. Sobre as perspectivas para o futuro, assinala:

São boa. A gente conseguiu bastante coisa, mas temo fé que vamo melhorá ainda mais.

Roberto sintetiza seus anseios para o futuro, expressando o que todos os entrevistados desejam:

Continuá no Assentamento, sem dúvida. Não pretendo nunca ir pra cidade. Cada vez melhorá mais.

4.3.6 A contribuição do MST

Os entrevistados também foram questionados sobre a contribuição do MST para o Assentamento Belo Monte e expressaram as seguintes opiniões:

Eu acho bom, muito bom, hein. O Movimento tem que tá junto. Se não tivé briga com estes políticos é difícil consegui alguma coisa, né. (Edvaldo)

O MST ajudou bastante no começo. Quando nós fomo mexê, o movimento ajudou nós pra fechá a pista e pressioná o INCRA. Na época eles pressionava mais. O MST valia muito quando eles ia contra o INCRA. Agora o que ele fez: associou com o INCRA. (Elisa)

Se não fosse o MST não tinha saída não. O MST está sempre dando força. Inclusive agora para saí dois conto pelo Banco do Brasil, tem também dois conto que está saindo pela Caixa. (Jonas)

Contribuíram e continuam contribuindo muito. Eles ensinam bastante a fazê reivindicação, a negociá as dívida, ajuda no financiamento do transporte dos assentado para eventos. “Para ajudá os assentados não tem igual ao MST. (Jozué)

A contribuição do MST pro assentamento foi muito importante. Sem dúvida, eles deram uma força grande na época, porque a época era do FHC que era contra a reforma agrária, era uma época terrível e o MST teve uma importância grande, força total na época. (Roberto)

Todos os entrevistados destacaram a importância do MST para o Assentamento Belo Monte. Roberto acrescenta que o MST continua influenciando favoravelmente até hoje e que tem uma influência muito forte no INCRA. Para ele “[...] o MST é um movimento social muito forte, o mais forte do Brasil.”

4.3.7 As expectativas para com a Reforma Agrária

Os entrevistados opinaram sobre o que eles consideram uma reforma agrária ideal. Edvaldo entende que a fase de acampamento não deveria existir. A pessoa deveria ir direto para o lote e a burocracia deveria ser muito menor. Considera essencial que haja uma triagem dos candidatos à terra, porque muitos não têm a mínima aptidão para trabalhar com a terra. O seu depoimento é transcrito a seguir:

Teria que acabá com os acampamento. As pessoa teria que ir direto para o lote. Não tem que ficá 5, 6 ano ou até mais na beira da pista. Tem muito que tão na beira da pista mas não tá nem aí. Pra uma pessoa ganhá terra tinha que ter uma triagem, pra vê se ele tem a ver com a terra. Porque, de repente, você põe uma pessoa pra mexê com terra, que não tem aptidão pra isso. Porque a pessoa que quer mexê com a terra, que foi criado com a terra, dificilmente ela sai. Pra fazê investimento, tem muita burocracia, demora 2, 3 ano. É demorado demais. Se a pessoa não for insistente, ela desanima.

Para Jonas a burocracia do INCRA é um grande obstáculo para a reforma agrária, contribuindo para a grande demora na implantação dos assentamentos. Elisa afirma que falta assistência por parte do INCRA e precisa haver melhor distribuição dos recursos governamentais

Tem que melhorá, avançá mais rápido os processo, tem muito assentamento que é muito demorado, tem uma cunhada que tá no acampamento faz 3 ano, lá no Penedo, que tá enrolado. Faz 3 ano que ela tá lá. Nosso foi rápido. Nós não pode queixá não. É culpa do INCRA. Eu sou contra baderna, a turma perde a paciência e apronta, mas é o INCRA que provoca. (Jonas)

Precisa ter milhó assistência do INCRA e milhó distribuição de recurso sem passá pela Prefeitura. Os prefeito não tão repassando os recurso pros assentamento. (Elisa)

Segundo Leite e outros (2004, p. 193) o acesso à propriedade da terra e a disponibilidade de mão de obra familiar não são suficientes para dar plenas condições de produção para os assentados:

O acesso à propriedade da terra e o aporte de mão-de-obra familiar para o trabalho no lote são elementos necessários mas não suficientes para dar plenas condições de produção à população assentada. Após o ingresso num projeto de assentamento, os assentados deparam-se com uma “nova” situação, qual seja a de *produtores rurais*, , mesmo que se trate aqui da recuperação de uma experiência anterior do próprio informante ou, ainda, do seu ambiente familiar. Nesta nova condição, de assentado-produtor rural, pesam sobremaneira os meios disponíveis às atividades produtivas (incluindo instalações, máquinas, equipamentos, implementos e insumos), o conhecimento de técnicas e procedimentos empregados e o acesso às políticas públicas de assistência técnica e ao crédito rural.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Para finalizar este trabalho, sobre os assentamentos Primavera e Belo Monte, há de se destacar também a contribuição que o Serviço Social pode oferecer à questão agrária. Este atua nas diversas expressões da questão social e se envolve diretamente nas contradições e desigualdades decorrentes da relação capital/ trabalho.

A questão social pode então ser entendida, de acordo Sant'Ana (2005), como o resultado dos embates de classe resultantes desse modelo societário cuja hegemonia do capital monopolizado constitui o elemento determinante da estruturação da vida e do trabalho.

A concepção de questão social mais difundida no Serviço Social é a de Yamamoto e Carvalho (1983, p.77):

A questão social não é senão as expressões do processo de formação e desenvolvimento da classe operária e de seu ingresso no cenário político da sociedade, exigindo seu reconhecimento como classe por parte do empresariado e do Estado. É a manifestação, no cotidiano da vida social, da contradição entre o proletariado e a burguesia, a qual passa a exigir outros tipos de intervenção mais além da caridade e repressão.

Portanto, a questão social é uma categoria que expressa a contradição fundamental do modo capitalista de produção. Contradição esta, fundada na produção e apropriação da riqueza gerada socialmente: os trabalhadores produzem a riqueza, os capitalistas se apropriam dela. É assim que o trabalhador não usufrui das riquezas por ele produzidas.

E as conseqüências da apropriação desigual do produto social são as mais diversas: o desemprego, o analfabetismo, a fome, a favela, a falta de leitos em hospitais, a violência, a inadimplência, etc.

Neste terreno contraditório entre a lógica do capital e a lógica do trabalho, a questão social representa não só as desigualdades, mas, também, o processo de resistência e luta dos trabalhadores. Por isto, ela é uma categoria que reflete a luta dos trabalhadores, da população excluída e subalternizada, na luta pelos seus direitos econômicos, sociais, políticos e culturais. E é aí, também, que reside as transformações históricas da concepção de questão social. O avanço das organizações dos trabalhadores e das populações subalternizadas coloca em novos patamares a concepção de questão social.

Assim, é indiscutível a inserção da intervenção do Serviço Social no âmbito das desigualdades sociais, ou, mais amplamente, da questão social.

Ao atuar junto às refrações da questão social, o Serviço Social pode estar também em relação direta com uma de suas particularidades: a questão agrária.

Chamamos de questão agrária “o movimento do conjunto de problemas relativos ao desenvolvimento da agropecuária e das lutas de resistência dos trabalhadores, que são inerentes ao processo desigual e contraditório das relações capitalistas de produção” (FERNANDES, 2001, p23).

Nesse sentido, então, a questão agrária é uma particularidade da questão social que está posta ao Serviço Social, e que diz respeito a elementos como a desigualdade, a contradição e o conflito. O desenvolvimento desigual e contraditório do capitalismo gerado, principalmente, pela renda capitalizada da terra, provoca a diferenciação do campesinato e, conseqüentemente, a sua destruição e recriação.

Além das questões relativas à posse, domínio, propriedade e concentração de terras, a questão agrária desdobra-se em outros conteúdos como: produção, abastecimento e segurança alimentar; modelos de desenvolvimento da agropecuária e políticas agrícolas; processos de expropriação, expulsão e exclusão; violência e exploração contra camponeses e assalariados; resistência e luta pela distribuição de terras, reforma agrária e políticas sociais para o campo; relação campo e cidade; qualidade de vida e dignidade humana, dentre as várias configurações pontuais.

Assim, a reforma agrária é uma necessidade dos trabalhadores rurais, dentro de um desenvolvimento sócio-econômico de outro tipo e, à medida que a política pública de reforma agrária pode trazer trabalho e direitos de cidadania, cabe ao Serviço Social dar importância no sentido de buscar ações emancipatórias e transformadoras pautadas no Projeto Ético-Político da profissão.

A realidade de atuação do Serviço Social na apreensão da questão agrária como particularidade da questão social é, pois necessária para a construção de diagnósticos qualificados que irão permitir ao profissional atuar de maneira a fortalecer os seus usuários e legitimar sua organização política (SANT’ANA; SANT’ANA, 2005).

Nesse sentido, questão agrária como parte da questão social envolve todos os profissionais. O drama vivenciado pelos pequenos produtores, os assentamentos e acampamentos rurais, o trabalho assalariado em área rural são expressões diretas da questão agrária; além destas temos a situação urbana, a pobreza vigente, a agressão ao meio ambiente,

enfim, uma ampla gama de questões que a todos envolve como cidadãos, e especialmente aos profissionais de serviço social que atuam diretamente nas questões sociais.

Assim, pode-se afirmar que os assentamentos são implantados a partir dessa política pública e têm provocado efeitos e novas dinâmicas socioeconômicas em diversas localidades brasileiras.

Os assentamentos rurais, tais como eles se configuram atualmente, são um fato histórico recente na luta pela terra no Brasil e têm contribuído para levar uma parcela dos trabalhadores agrícolas a retornarem para o espaço rural.

No Brasil, de 1942 até 2005, foram implantados cerca de 6.241 assentamentos, envolvendo um total de 793.181 famílias, provocando entre outros, o aumento do número de pessoas morando no campo. Esses assentamentos rurais e essas famílias assentadas, por si só, já se caracterizam como novos elementos na dinâmica socioeconômica dos municípios em que estão implantados. Assim, os mesmos trazem impactos positivos sob os aspectos sociais, políticos, econômicos e ambientais, contribuindo deste modo para o desenvolvimento regional dos lugares, bem como o desenvolvimento das famílias (SOUZA, S. P., 2007).

Através deste trabalho de pesquisa procuramos caracterizar a região e a forma como têm sido pensados e implantados os assentamentos, mais especificamente os Assentamentos Primavera e Belo Monte, caracterizando suas estratégias de sobrevivência e suas condições de vida. Esses assentamentos são assim um tipo de política capaz de desconcentrar terra e renda e promover uma série de transformações no campo.

Mesmo os assentamentos não sendo espaços ideais, revelam uma inclusão, que se dá não somente porque devolve ou oferece, pela primeira vez, ao sujeito um meio de produção, mas porque com este sujeito, vem também a moradia, a alimentação, o trabalho e muitas outras oportunidades de escolha para seu futuro e de seus filhos. São pessoas que passam a ter no lote além de uma fonte de renda para o sustento familiar, emprego, abrigo e autonomia.

Deste modo, podemos dizer que a política de implantação de assentamentos rurais é uma política de desenvolvimento, na medida em que é viável economicamente e proporciona o acesso à terra e possibilidades de desenvolvimento às famílias que são assentadas, tirando da situação de ociosidade parcelas consideráveis de terra.

De acordo com Mazzini (2007, p. 251):

Comprovar o fracasso da Reforma Agrária a partir da desqualificação dos assentamentos criados é a nova estratégia capitalista dos defensores do agronegócio, desconsiderando todo o histórico destes 500 anos de luta por terra no país; fechando os olhos para a desarticulação das demais políticas públicas (saúde, educação, assistência técnica, crédito, etc.) que deveriam funcionar conjuntamente dentro dos assentamentos e também nas pequenas propriedades de economia familiar e que são emperradas pela burocracia estatal; retirando as falhas do sistema e revertendo a “culpa dos fracassos” para o sujeito. Fala-se de assentamentos rurais, ignorando todos os demais produtores familiares que são expulsos diariamente do campo, engrossando os índices de desempregados nas periferias das cidades, sem que nada seja feito para reverter tal quadro. Faltam investimentos e planejamento governamental na área agrícola, o que se reflete não apenas nas áreas de assentamentos, mas também em todos imóveis rurais da região.

No entanto, esta pesquisa demonstra que os assentamentos rurais constituem inegavelmente uma política de desenvolvimento local e regional, na medida em que desencadeia um processo de ampliação do bem estar e da satisfação individual e coletiva das famílias assentadas, promovendo impactos positivos na vida das mesmas.

Os assentamentos, portanto, não devem ser avaliados apenas sob o ponto de vista econômico. Esses têm oferecido contribuições interessantes para se pensar nas relações de trabalho e produção. Superar o discurso que tenta justificar a não necessidade de Reforma Agrária a partir do fracasso dos assentamentos, é um desafio passível de compreensão somente quando analisamos o embate entre as classes sociais e compreendemos que a Reforma Agrária traz em seu conteúdo, mais que a luta pela terra, o questionamento do modelo de produção que tem se mantido soberano apesar de todas as mazelas que ele tem imputado à sociedade e aos recursos naturais (MAZZINI, 2007).

Nesse sentido, o acesso à terra e ao “mundo do direito às políticas públicas” têm proporcionado não só a melhoria nas condições de vida destas famílias ao período pré-assentamento), mas tem gerado emprego e renda a uma parcela da população expropriada pelo modelo de desenvolvimento capitalista adotado no país. Tem criado espaço para a produção com base na economia familiar em detrimento do latifúndio improdutivo e excludente. Tem favorecido também as condições de recuperação e preservação dos recursos naturais, trazendo para a arena política novos atores sociais e formas organizativas mais cooperativas (MAZZINI, 2007).

Assim, podemos fazer algumas considerações a partir da pesquisa realizada:

As famílias do Assentamento Primavera, em sua maioria, eram arrendatárias quando houve a luta pela conquista da terra. Os titulares dos lotes possuem baixa escolaridade, poucos

concluíram a quarta série do ensino fundamental, e teriam poucas possibilidades de conseguir bom emprego e renda na cidade.

Para todos os entrevistados a família é o núcleo mais importante da sociabilidade. As relações familiares se mantêm muito fortes. Constatou-se, na pesquisa, que boa parte dos filhos dos titulares dos lotes de Primavera que têm emprego e moram na cidade, se dirigem para o Assentamento nos finais de semana para colaborar com seus pais na execução das atividades normais ali realizadas. Deve-se destacar também o interesse dos entrevistados em manter seus filhos próximos a eles.

No entanto, para propiciar condições de vida digna e estruturar suas famílias, os assentados precisaram superar grandes obstáculos e passaram por muitas privações.

Constatou-se que o nível de escolaridade dos assentados de Belo Monte é bem superior aos de Primavera: dos cinco entrevistados, três concluíram o Ensino Médio.

O número de filhos dos entrevistados de Belo Monte é menor que os de Primavera. Observou-se a preocupação de pais, como Edvaldo de se estruturar para poder estudar os filhos.

Outro ponto a ser considerado, nas dificuldades dos assentados de Belo Monte, é com relação às estradas e aos ônibus que estão em péssimas condições, tornando precário o transporte das crianças para as escolas, bem como dificultando o aprendizado das mesmas

Em relação à política agrária brasileira há muitas reclamações e mesmo desconfiança por parte dos assentados, que dizem que o incentivo é mínimo para o pequeno produtor e que o Governo não dá condições para permanecerem no lotes.

Todos os entrevistados consideram suas atuais condições de vida como boas, afirmando que houve melhoras em relação à fase anterior de suas vidas. Nenhum afirmou que houve piora nas suas condições de vida como assentado. A avaliação foi muito positiva com relação as suas atuais condições de habitação, saúde, educação e bens adquiridos. Esta conclusão é, praticamente, a mesma de Leite et al. (2004, p. 261):

Mesmo assim, em praticamente todos os aspectos, quando comparam a situação atual no assentamento com a situação vivida anteriormente, há por parte dos assentados uma significativa percepção de melhoria. Ou seja, mesmo em casos onde em termos absolutos as condições de vida podem parecer precárias, quando comparadas à situação vivida anteriormente, ou ainda quando comparada à da população rural em geral na mesma região, os assentamentos representam uma melhoria significativa na vida da população, que considera promissoras suas perspectivas de futuro.

A atividade econômica predominante nos assentamentos Primavera e Belo Monte é a pecuária leiteira. Se inicialmente o assentado necessitou de linhas de crédito especiais, o retorno deste investimento também foi visível. Foi verificado que a maioria dos assentados aumentou o seu rebanho.

Outro fato que pode ser destacado diz respeito às famílias poderem produzir parte dos alimentos que consomem e, isso melhora a qualidade de sua alimentação, criando condições de fartura alimentar nem sempre possível no meio urbano. Há que se valorizar a diversificação produtiva que cria várias possibilidades de geração de renda dentro do lote.

Um aspecto mais subjetivo, presente nas falas dos entrevistados, está relacionado à sua nova condição, de poder decidir sobre o seu trabalho, sobre a sua vida, não precisando ficar como empregado se sujeitando ao arbítrio de outras pessoas.

Todos os entrevistados destacaram a contribuição positiva do MST para a conquista e implantação dos assentamentos.

Os assentados são otimistas quanto ao futuro, têm muitos sonhos, nos quais se manifesta o desejo de continuar no assentamento até o fim de suas existências e de melhorar, cada vez mais, suas condições de trabalho e de vida.

Nesse sentido as reflexões sobre a trajetória das famílias pioneiras tanto do Assentamento Primavera quanto do Belo Monte contribuem para o debate atual sobre a questão agrária no Brasil, sobre a validade da política de assentamento e a viabilidade da pequena agricultura em áreas reformadas.

Não só no caso do Primavera como também do Belo Monte, evidencia-se que a política de assentamento é uma estratégia viável de política pública de reduzido custo, pois são levados em consideração os traços culturais e o saber próprio do homem do campo, como elementos dinamizadores das políticas sociais a serem implementadas, em situações de recursos escassos, mas que servem de alternativas às situações de dificuldades existentes na vida dos assentados.

Merece destaque a constatação de que a experiência anterior como assentados foi determinante na decisão de lutar pela conquista da terra (no caso do Belo Monte). A luta pela terra é extremamente importante, pois é instrumento efetivo para impulsionar a Reforma Agrária que, neste país, só desapropria mediante conflito agrário. Essa luta dá aos sujeitos condições para recomeçá-la continuamente, sendo a experiência que tiveram, quando estavam assentados com os pais, fundamental para permanecerem na luta.

O estudo realizado nos Assentamentos Primavera e Belo Monte mostra que a Reforma Agrária, como política pública de Estado, é, sim, possível, na medida em que seja administrada a favor dos que lutam por terra e por um país mais justo e igualitário.

REFERÊNCIAS

ABINAGEM, Alfredo. **A família no direito agrário**. Belo Horizonte: Del Rey, 1996.

ABRAMOWAY, Ricardo; CARVALHO FILHO, José Juliano. A objetividade do conhecimento nas ciências sociais: o caso dos assentamentos. **Reforma Agrária**, Campinas, v. 25, n. 3, p. 36-53, 1994.

AGUIAR, Roberto Armando Ramos de. **Direito, poder e opressão**. São Paulo: Alfa-Ômega, 1982.

ALBUQUERQUE, Valéria Oliveira. **Derrubando cercas, conquistando o chão**. 2000. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Serviço Social) – Faculdade de História, Direito e Serviço Social, Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”, Franca, 2000.

ANTONIO, Armando Pereira. **O movimento social e a organização do espaço rural nos assentamentos populacionais dirigidos pelo Estado**: os exemplos na Alta Sorocabana no período de 1960 a 1990. 1990. 192 f. Tese (Doutorado em Geografia) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 1990.

ANTUNES, Ricardo. **Sentidos do trabalho**: ensaio sobre a afirmação e a negação do trabalho. São Paulo: Boitempo, 1999.

ANTUNIASSI, Maria Helena Rocha, AUBRÉE, Marion, CHONCOL, Maria Edy Ferreira de. De sitiante a assentado: trajetórias e estratégias de famílias rurais. **São Paulo em Perspectiva**, São Paulo, v. 7, n. 3, p. 125-132, jul./set. 1993.

ARCOVERDE, Ana Cristina Brito. Questão social no Brasil e Serviço Social. In: **CAPACITAÇÃO em Serviço Social e Política Social**: reprodução social, trabalho e serviço social. Módulo 2. Brasília, DF: CEAD : CFESS : ABEPSS : Ed. UnB, 1999.

BALDUÍNO, Dom Tomás. O patriarca da terra. **Caros Amigos**, São Paulo, ano 8, n. 96, p. 30-35, mar. 2005.

BERGAMASCO, Sônia M. Pessoa P. Caracterização da agricultura familiar no Brasil, a partir dos dados da PNAD. **Revista da Associação Brasileira de Reforma Agrária**, São Paulo, v. 25, n. 2-3, p. 167-177, maio/dez. 1995.

BERGAMASCO, Sonia Maria Pessoa Pereira; NORDER, Luiz Antonio Cabello. **O que são Assentamentos Rurais**. São Paulo: Brasiliense, 1996. (Primeiros passos, 301).

_____.; _____. Os impactos dos assentamentos rurais em São Paulo (1960-1997). In: MEDEIROS, Leonilde Servolo de; LEITE, Sérgio. (Org.). **A formação dos assentamentos rurais no Brasil**: processos sociais e políticas públicas. Porto Alegre: Ed. UFRGS, 1999.

_____.; _____. **A alternativa dos assentamentos rurais**: organização, trabalho e política. São Paulo: Terceira Mensagem, 2003.

_____.; FERRANTE, Vera. No reino da modernização: o que os números da reforma agrária (não) revelam. In: SCHMIDT, Benício Viero; MARINHO, Danilo Nolasco C. Marinho; ROSA, Sueli L. Couto. (Org.). **Os assentamentos de reforma agrária no Brasil**. Brasília: Ed. UnB, 1998.

BOFF, Leonardo. **Saber cuidar: ética do humano – compaixão pela Terra**. 8. ed. Petrópolis, Vozes, 1999.

BORGES, Maria Stela Lemos. **Terra: ponto de partida, ponto de chegada**. São Paulo: Anita Garibaldi, 1997.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Agrário. **II Plano Nacional de Reforma Agrária**. Brasília, DF, 2004.

CALDART, Roseli Sales. **Escola é mais do que escola na pedagogia do Movimento dos Sem Terra**. 1999. 170 f. Tese (Doutorado em Educação) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 1999.

_____. **Pedagogia do Movimento Sem Terra**. Petrópolis: Vozes, 2000.

CARDOSO, Franci Gomes. **Organização das classes subalternas: um desafio para o Serviço Social**. São Paulo: Cortez; Maranhão: Ed. UFM, 1995.

CARTA da Terra em Defesa da Reforma Agrária e da Agricultura Familiar. In: FÓRUM NACIONAL PELA REFORMA AGRÁRIA E JUSTIÇA NO CAMPO, 2003, Brasília, DF. Disponível em: <<http://cptnac.com.br>>. Acesso em: 17 jan. 2007.

CARVALHO, Horácio Martins. **Governo federal: opção contra as classes populares no campo**. Curitiba, jun. 2004. (mimeo) 5 p. (Artigo).

_____. A reforma agrária que não se faz. **Revista Sem Terra**, Brasília, DF, ano 8, n. 33, p. 14-17, nov./dez. 2005

CARVALHO, Livia Hernandez; SANT'ANA, Raquel Santos; OLIVEIRA, Amanda Carolina Martins. Ação político-pedagógica dos educadores no assentamento Primavera do noroeste paulista. In: ENCONTRO IBEROAMERICANO DE EDUCAÇÃO, 2007, Araraquara. **Anais...** Araraquara: Unesp/FCLAr, 2007.

CARVALHO FILHO, José Juliano de. Política agrária e violência no campo. In: SIDOW, Evanize; MENDONÇA, Maria Luiza. **Direitos humanos no Brasil 2005: relatório da Rede Social de Justiça e Direitos Humanos**. São Paulo: Global Exchange, 2005.

CASTELLS, Manuel. **O poder da identidade**. Tradução de Klaus Brandini Gerhardt. 2. ed. São Paulo: Paz e Terra, 2000. (Era da informação: economia, sociedade e cultura, v. 2).

CELOS, Jeferson Fernando. **O direito enquanto práxis contra-hegemonia e a luta pela terra na perspectiva dos movimentos sociais populares**. 2007. 179 f. Dissertação (Mestrado em Direito) – Faculdade de História, Direito e Serviço Social, Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”, Franca, 2007.

CHAUÍ, Marilena. **Conformismo e resistência: aspectos da cultura popular no Brasil**. 6. ed. São Paulo: Brasiliense, 1994.

CHIAVENATO, Júlio José. **A violência no campo: o latifúndio e a reforma agrária**. São Paulo: Moderna, 1996.

COMPARATO, Bruno Konder. **A ação política do MST**. São Paulo: Expressão Popular, 2003.

CONFERÊNCIA NACIONAL DOS BISPOS DO BRASIL. **Igreja e problemas da terra**. Itaiaci, fev. 1980. Disponível em: <<http://cptnac.com.br/?system=news&action=read&id=1173&eid=3>>. Acesso em: 17 jan. 2006.

CONTAG. **As lutas camponesas no Brasil**. Rio de Janeiro: Marco Zero, 1980.

COSTA, Luiz Flávio Carvalho (Org.). **O Congresso Nacional Camponês: trabalhador rural no processo político brasileiro**. Rio de Janeiro: Ed. UFRRJ, 1993.

COSTA, Sidiney Alves. **Política social e educação: uma alternativa do MST?** Disponível em: <<http://www.anped.org.br/reunioes/23/textos/0304p.PDF>>. Acesso em: jan. 2007

DATALUTA. **Relatório de pesquisa**. Presidente Prudente: Nera, 2001. (Banco de Dados da Luta pela Terra).

DUSSEL, Enrique D. **Ética comunitária: liberta o pobre!** Petrópolis: Vozes, 1986.

FABRINI, João Edmilson. **A resistência camponesa nos assentamentos de Sem-Terra**. Cascavel: EDUNIOESTE, 2003.

FERNANDES, Bernardo Mançano. Questões teórico-metodológicas da pesquisa geográfica em assentamentos de reforma agrária. **Boletim Paulista de Geografia**, São Paulo, v. 1, n. 75, p. 83-129, 1999.

_____. **MST: formação e territorialização**. São Paulo: Hucitec, 1996.

_____. **Gênese e desenvolvimento do MST**. São Paulo: MST, 1998.

_____. O MST no contexto da formação camponesa no Brasil. In: STROZAKE, Jovelino José (Org.). **A questão agrária e a justiça**. São Paulo: Ed. Revista dos Tribunais, 2000.

_____. **Questão agrária, pesquisa e MST**. São Paulo: Cortez, 2001.

_____. **Reforma Agrária no governo Lula: a esperança**. Presidente Prudente: Nera, 2003. Disponível em: <http://www4.fct.unesp.br/nera/publicacoes/LULA_RA.pdf>. Acesso em: 26 ago. 2007

_____. et al. Inserção sóciopolítica e criminalização da luta pela terra: ocupações de terra e assentamentos rurais no Pontal do Paranapanema. In: BERGAMASCO, Sonia Maria Pessoa Pereira; AUBRÉE, Marion; FERRANTE, Vera Lucia Silveira Botta. (Org.). **Dinâmicas familiar, produtiva e cultural nos assentamentos rurais de São Paulo**. Araraquara: UNIARA, Campinas: FEAGRI/UNICAMP, São Paulo: INCRA, 2003.

_____. Movimentos socioterritoriais e movimentos socioespaciais: contribuição teórica para uma leitura geográfica dos movimentos sociais. **OSAL: Observatorio Social de América Latina**, Buenos Aires, año 6, n. 16, p. 273-284 jun. 2005.

FERNANDES, Bernardo Mançano. Um nome para “modernizar” o sistema de latifúndio. **Fórum**, São Paulo, ano 20, n. 211, supl. Jornal Unesp, maio 2006. Maio, 2006.

FERNANDES, Florestan. **Capitalismo dependente e classes sociais na América Latina**. 3. ed. Rio de Janeiro: Zahar, 1981.

FERRANTE, Vera Lucia Silveira Botta. **Poder local e assentamentos rurais**: expressões de conflito, de acomodação e de resistência. Relatório final de Bolsa Produtividade, CNPq, 2007.

FERREIRA, Brancolina. Estratégias de intervenção do Estado em áreas de assentamento: as políticas de assentamento do governo federal. In: MEDEIROS, Leonilde et al. **Assentamentos rurais**: uma visão multidisciplinar. São Paulo: Ed. Unesp, 1994.

GARCIA JUNIOR, Afrânio. Geração de renda, sua distribuição e trajetória diferenciais em assentamentos de Reforma Agrária (1985-1989): comentários sobre um estudo da FAO. In: ROMEIRO, Adhemar Romeiro; GUANZIROLI, Carlos, LEITE, Sérgio Pereira. (Org). **Reforma Agrária**: produção, emprego e renda: o relatório da FAO em debate. Petrópolis: Vozes, 1994.

GOHN, Maria da Glória. **Os sem terra, Ong's e cidadania**: a sociedade civil brasileira na era da globalização. São Paulo: Cortez, 1997a.

_____. **Teoria dos movimentos sociais**: paradigmas clássicos e contemporâneos. São Paulo: Loyola, 1997b.

GOMES, Orlando. **Direitos reais**. 19. ed. rev., atual. e aum. por Luiz Edson Fachin. Rio de Janeiro: Forense, 2004.

GORENDER, Jacob. Gênese e desenvolvimento do capitalismo no campo brasileiro. In: STÉDILE, João Pedro. **A questão agrária hoje**. Porto Alegre: Ed. UFRGS, 2002.

GRAZIANO NETO, Francisco. A (difícil) interpretação da realidade agrária. In: SCHMIDT, Benício Viero et al. (Org.). **Os assentamentos de reforma agrária no Brasil**. Brasília, DF: Ed. UnB, 1998.

GREENHALGH, Luiz Eduardo. Reforma Agrária. In: CONFERÊNCIA ESTADUAL DA ORDEM DOS ADVOGADOS DO BRASIL, 8., 1996, Rio de Janeiro. **Anais....** Rio de Janeiro: JBA Comunicações, 1996. p. 71-75.

GRZYBOWSKI, Cândido. **Caminhos e descaminhos dos movimentos sociais no campo**. 3. ed. Petrópolis: Vozes : FASE, 1991.

GUANZIROLI, Carlos Enrique. Principais indicadores sócio-econômicos dos assentamentos de reforma agrária. In: ROMEIRO, Adhemar; GUANZIROLI, Carlos; LEITE, Sérgio Pereira. (Org.). **Reforma agrária**: produção, emprego e renda: o relatório da FAO em debate. Petrópolis: Vozes, 1994.

GUIMARÃES, Alberto Passos. **Quatro séculos de latifúndio**. 3. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, [19--].

HESPANHOL, Antonio Nivaldo, COSTA, Vera Mariza H. de Miranda, ESPÍRITO SANTO, Carlos Roberto. Os assentamentos e os reassentamentos rurais na região de Andradina – SP. In: BERGAMASCO, Sonia Maria Pessoa Pereira; AUBRÉE, Marion; FERRANTE, Vera Lúcia Silveira Botta. (Org.) **Dinâmicas familiar, produtiva e cultural nos assentamentos rurais de São Paulo**. Araraquara: UNIARA, Campinas: FEAGRI/UNICAMP, São Paulo: INCRA, 2003.

IAMAMOTO, Marilda Vilela; CARVALHO, Raul. **Relações sociais e Serviço Social no Brasil**: esboço de uma interpretação histórico-metodológica. São Paulo, Cortez, 1983.

INCRA. **O novo mundo rural**: projeto de reformulação da reforma agrária em discussão pelo governo. Brasília, DF, 1998.

INSTITUTO DE TERRAS DO ESTADO DE SÃO PAULO. **Coordenação Regional Noroeste**: Andradina. Disponível em: <<http://itesp.gov.br>>. Acesso em: 12 jan. 2006.

IOKOI, Zilda Márcia Gricoli. **Lutas sociais na América Latina**: Argentina, Brasil e Chile. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1989.

_____. et al. (Org.). **Vozes da terra: histórias de vida dos assentados rurais de São Paulo**. São Paulo: ITESP, 2005.

JACOBI, Pedro. **Movimentos sociais e políticas públicas**: demandas por saneamento básico e saúde – São Paulo 1974-84. São Paulo: Cortez, 1989.

JÚLIO, Jorge Eduardo; PEREIRA, Leonam Bueno; PETTI, Regina Petti. (Coord.). **Dinâmicas regionais e questão agrária no Estado de São Paulo**. São Paulo: INCRA, 2006.

KÄRNER, Hartmut. Movimentos sociais: revoluções no cotidiano. In: SCHERER-WARREN, Ilse; KRISCHKE, Paulo (Org.). **Uma revolução no cotidiano?** os novos movimentos sociais na América Latina. São Paulo: Brasiliense, 1987.

KAUTSKY, Karl. **A questão agrária**. São Paulo: Nova Cultural. 1968.

LEITE, Sérgio Celani. **Escola rural**: urbanização e políticas educacionais. 2. ed. São Paulo: Cortez, 2002.

LEITE, Sérgio Pereira. **A face econômica da reforma agrária**: estado e assentamento rurais em sao paulo na década de 80. 1992. 310 f. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade) – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 1992.

_____. Assentamentos rurais no Brasil: impactos, dimensões e significados. In: STÉDILE, João Pedro. **A Reforma Agrária e a luta do MST**. 2. ed. Petrópolis: Vozes, 1997.

_____. et al. (Coord.). **Impactos dos assentamentos**: um estudo sobre o meio rural brasileiro. São Paulo: Ed. UNESP ; Brasília, DF: NEAD, 2004.

LIMA, Boris Alexis. Movimentos sociais: a decodificação de um conceito. **Serviço Social & Sociedade**, São Paulo, ano 7, n. 22, p. 24-48, dez. 1986.

LIMA, Luiz Gonzaga de Souza. Notas sobre as comunidades eclesiais de base e a organização política. In: MOISÉS, José Álvaro et al. **Alternativas populares da democracia: Brasil, anos 80**. 6. ed. Petrópolis: Vozes; São Paulo: CEDEC, 1982.

LINHARES, Maria Yedda; SILVA, Francisco Carlos Teixeira da. **Terra prometida: uma história da questão agrária no Brasil**. Rio de Janeiro: Campus, 1999.

LOPES, Eliano Sérgio Azevedo. **Assentamentos rurais e desenvolvimento local: dimensões econômicas e sócio-políticas e redes sociais no campo sergipano**. 2000. 400 f. Tese (Doutorado em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade) – Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2000.

MANIGLIA, Elisabete. Atendimento da função social pelo imóvel rural. In: BARROSO, Lucas Abreu; MIRANDA, Alcir Gursen de; SOARES, Mário Lúcio Quintão. (Org.). **O direito agrário na Constituição**. Rio de Janeiro: Forense, 2005.

_____. Criminalidade e violência no âmbito rural: críticas e reflexões. In: _____.; FIORATI, Jete Jane. **20 anos do curso de direito**. Franca: Ed. Unesp/ FHDSS, 2004.

MARTINS, José de Souza. **O poder do atraso: ensaios de sociologia da história lenta**. São Paulo: Hucitec, 1994.

_____. **Os camponeses e a política no Brasil: as lutas sociais no campo e seu lutar no processo político**. 5. ed. Petrópolis: Vozes, 1995.

MAZZINI, Elaine de Jesus Teixeira. **Assentamentos no Pontal do Paranapanema – SP: uma política de desenvolvimento regional ou de compensação social?** 2007. 324 f. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Faculdade de Ciências e Tecnologia, Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”, Presidente Prudente, 2007.

MEDEIROS, Leonilde Servolo de. **História dos movimentos sociais no campo**. Rio de Janeiro: FASE, 1989.

_____ de et al. Luta por terra e assentamentos rurais no estado do Rio de Janeiro. In: _____.; LEITE, Sérgio Pereira. (Org.). **A formação dos assentamentos rurais no Brasil: processos sociais e políticas públicas**. Porto Alegre: Ed. UFRGS, 1999.

_____. Dimensões políticas da violência no campo. In: MOLINA, Mônica Castagna; SOUSA JUNIOR., José Geraldo de; TOURINHO NETO, Fernando da Costa (Org.). **Introdução crítica ao direito agrário**. São Paulo: Imesp, 2002.

_____.; LEITE, Sérgio. (Org.). **A formação dos assentamentos rurais no Brasil: processos sociais e políticas públicas**. Porto Alegre: Ed. UFRGS, 1999.

_____.; _____. (Coord.) **Impactos regionais dos assentamentos rurais: dimensões econômicas, políticas e sociais**. Rio de Janeiro: Ed. UFRRJ, 2002. (Relatório de Pesquisa).

_____.; ESTERCI, Neide. Introdução. In: ROMEIRO, Adhemar; GUANZIROLI, Carlos; LEITE, Sérgio Pereira. (Org.). **Reforma agrária: produção, emprego e renda: o relatório da FAO em debate**. Petrópolis: Vozes, 1994.

MEDEIROS, Leonilde Sérvalo et al. **Assentamentos rurais: uma visão multidisciplinar**. São Paulo: Ed. Unesp, 1994. (Prismas).

MEJÍA, Marco Raúl. **Transformação social: educação popular e movimentos sociais no fim do século**. Tradução de Ana Vieira Pereira e Ricardo Ribeiro. São Paulo: Cortez, 1996.

MELO, João Alfredo Telles (Org.). **Reforma agrária quando?: CPI mostra as causas da luta pela terra no Brasil**. Relatório vencido da CPMI da Terra. Brasília, DF: Senado Federal, 2006.

MELUCCI, Alberto. Movimentos sociais, inovação cultural e o papel do conhecimento. Entrevista concedida a Leonardo Avritzer e Timo Lyryra. In: AVRITZER, Leonardo (Coord.). **Sociedade civil e democratização**. Belo Horizonte: Del Rey, 1994.

MICHELETTO, Selma Ribeiro Araújo. **Forjar da terra a milagre do pão assentamento Timboré – Andradina /SP**. 2003. 157 f. Dissertação (Mestrado em Geografia Humana) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2003.

MONBEIG, Poerre. **Pioneiros e fazendeiros de São Paulo**. Tradução de Ary França e Raul de Andrade e Silva. São Paulo: Hucitec : Polis, 1984.

MORISSAWA, Mitsue. **A história da luta pela terra e o MST**. São Paulo: Expressão Popular, 2001.

MOURA, Clóvis. **Sociologia política da guerra camponesa de Canudos: da destruição do Belo Monte ao aparecimento do MST**. São Paulo: Expressão Popular, 2000.

MOVIMENTO DOS SEM TERRA DO OESTE DO ESTADO DE SÃO PAULO. Histórico e lutas. **Revista Reforma Agrária**, Campinas, v. 13, p. 27, 1983.

MST. **Construindo o caminho**. São Paulo, 2001.

NEVES, Delma Pessanha. **Assentamento rural: reforma agrária em migalhas: estudo do processo de mudança da posição social de assalariados rurais para produtores agrícolas mercantis**. Niterói: EDUFF, 1997.

NORDER, Luiz Antonio Cabello. A construção da segurança alimentar em assentamentos rurais: questões, contextos e métodos. **Cadernos de Debate**, Campinas, v. 6, p. 40-58, 1998.

OFFE, Claus. **Capitalismo desorganizado**. São Paulo: Brasiliense, 1992.

OKUDA, Miyuki. **Pequena produção agrícola nos municípios de Guaraçai e Andradina**. 1988. 133 f. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Instituto de Geociências, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 1988.

OLIVEIRA, Ariovaldo Umbelino. **Modo capitalista de produção e agricultura**. São Paulo: Ática, 1986.

_____. O campo brasileiro no final dos anos 80. In: STÉDILE, João Pedro. **A questão agrária hoje**. Porto Alegre: Ed. UFRGS, 2002.

OLIVEIRA, Ariovaldo Umbelino. **Os mitos sobre o agronegócio no Brasil**. maio 2004. Disponível em: <<http://www.mst.org.br/mst/pagina.php?cd=1971>>. Acesso em: 3 maio 2006.

_____.; MARQUEZ, Marta Inez Medeiros (Org.). **O campo no Século XXI: território de vida, de luta e de construção de Justiça Social**. São Paulo: Casa Amarela : Paz e Terra, 2004.

_____.; STÉDILE, João Pedro. **O agronegócio, agricultura familiar e Reforma Agrária**. Rio de Janeiro: Concrab, 2004.

OLIVEIRA, Tatiana de; BASTOS, Valéria Aparecida de. A proposta de educação do campo das escolas rurais de Araraquara – SP: destaque na construção da qualidade de vida. **Retratos de Assentamentos**, Araraquara, ano 7, n. 9, p. 147-166, 2004.

PALMEIRA, Moacir; LEITE, Sérgio. Debates econômicos, processos sociais e lutas políticas. In: COSTA; Luiz Flavio Carvalho; SANTOS, Raimundo. (Org.) **Política e reforma agrária**. Rio de Janeiro: Mauad, 1998.

PAULA, Elder Andrade. A conquista da terra nas florestas do Acre. In: MEDEIROS, Leonilde Servolo de; LEITE, Sérgio Pereira. (Org.). **A formação dos assentamentos rurais no Brasil: processos sociais e políticas públicas**. Porto Alegre: Ed. UFRGS, 1999.

PEREIRA, João Márcio Mendes. Neoliberalismo, políticas de terra e Reforma Agrária de mercado na América Latina. In: SAUER, Sérgio; PEREIRA, João Márcio Mendes. (Org.). **Capturando a terra**. São Paulo: Expressão Popular, 2006.

PRADO JÚNIOR, Caio. **A questão agrária no Brasil**. São Paulo: Brasiliense, 2000.

REYDON, Bastiaan; ESCOBAR. Héctor H.; BERTO, James Luiz. **Assentamentos rurais e estratégias de desenvolvimento local no Oeste Catarinense**. Campinas: Ed. UNICAMP, 2007. (Texto para discussão, 123).

SADER, Eder. **Quando novos personagens entraram em cena: experiências, falas e lutas dos trabalhadores da Grande São Paulo, 1970-1980**. 2. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988.

SANT'ANA, Antônio Lázaro. (Coord.). **Assentados da região de Andradina – SP: projetos de vida, inserção econômica e políticas públicas**. 2006. (Projeto financiado pelo CNPq)

SANT'ANA, Raquel Santos; SANTANA, A. L. Serviço Social e a questão agrária. **Serviço Social & Realidade**, Franca, v. 14, n. 2, p. 117-131, 2005.

_____. O acampamento Mário Lago de Ribeirão Preto: um foco da luta pela terra. In: OLIVEIRA, Cirlene Aparecida Hilário da Silva; BERTANI, Iris Fenner (Org.) **Interdisciplinaridade: integração entre saberes e práticas**. Franca: Ed. Unesp/FHDSS, 2006.

SANTOS, Isabel Peres dos; FERRANTE, Vera Lucia Silveira Botta. (Org.). **Da terra nua ao prato cheio: produção para consumo familiar nos assentamentos rurais do Estado de São Paulo**. Araraquara: ITESP : Uniara, 2003.

SANTOS, Wanderley Guilherme dos. **Cidadania e justiça: a política social na ordem brasileira**. Rio de Janeiro: Campus, 1979.

SAUER, Sérgio; PEREIRA, João Márcio Mendes. (Org.). **Capturando a terra**. São Paulo: Expressão Popular, 2006.

SCHERER-WARREN, Ilse. O caráter dos novos movimentos sociais. In _____.; KRISCHKE, Paulo. (Org.) **Uma revolução no cotidiano?** os novos movimentos sociais na América Latina. São Paulo: Brasiliense, 1987a.

_____. **Movimentos sociais**. Florianópolis: Ed. UFSC, 1987b.

_____. A atualidade dos movimentos sociais rurais na nova ordem mundial. In: _____.; FERREIRA, Raimundo (Org.). **Transformações sociais e dilemas da globalização: um diálogo Brasil/Portugal**. São Paulo: Cortez, 2002.

SILVA, José Gomes da. **Caindo por terra: crises da reforma agrária na Nova República**. São Paulo: Busca Vida, 1987.

_____. A reforma agrária no Brasil. In: STÉDILE, João Pedro (Org.). **A questão agrária hoje**. Porto Alegre: Ed. UFRGS, 2002.

SILVA, José Graziano da. **O que é questão agrária**. 5. ed. São Paulo: Brasiliense, 1985.

_____. O desenvolvimento do capitalismo no campo brasileiro e a reforma agrária. In: STÉDILE, João Pedro (Org.). **A questão agrária hoje**. Porto Alegre: Ed. UFRGS, 2002.

SILVA, Maria Aparecida de Moraes. **Errantes do fim do século**. São Paulo: Ed. Unesp, 1999.

SIMON, Cristiano G. Biazzo. **O campo da UDR: projeto e atuação da elite rural brasileira (1985 – 1988)**. 1994. Dissertação (Mestrado em História) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, 1994.

SOUSA JÚNIOR, José Geraldo de. O direito achado na rua: terra, trabalho, justiça e paz. In: MOLINA, Mônica Castagna; SOUSA JÚNIOR, José Geraldo de; TOURINHO NETO, Fernando da Costa (Org.). **Introdução crítica ao direito agrário**. São Paulo: Imesp, 2000.

SOUZA, Herbert José de. **Como se faz análise de conjuntura**. 5. ed. Petrópolis: Vozes, 1987.

SOUZA, Sérgio Pereira. **Assentamentos rurais e novas dinâmicas socioeconômicas: o caso dos municípios de Rosana, Euclides da Cunha Paulista e Teodoro Sampaio-SP**. 2007. 175 f. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Faculdade de Ciências e Tecnologia, Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”, Presidente Prudente, 2007.

STÉDILE, João Pedro. A questão agrária e o socialismo. In: _____. (Org.). **A questão agrária hoje**. Porto Alegre: Ed. UFRGS, 2002.

_____. A Sociedade deve decidir o modelo agrícola para o país. **Caros Amigos**, São Paulo, n. 109, p. 17, abr. 2006.

_____.; FERNANDES, Bernardo Mançano. **Brava gente: a trajetória do MST e a luta pela terra no Brasil**. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 1999.

STÉDILE, João Pedro; GORGEN, Frei Sérgio. **A luta pela terra no Brasil**. São Paulo: Página Aberta, 1993.

TORRENS, João Carlos Sampaio. O processo de construção das linhas políticas do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra. In: MEDEIROS, Leonilde et al. **Assentamentos rurais: uma visão multidisciplinar**. São Paulo: Ed. Unesp, 1994.

TOURAINÉ, Alain. **Poderemos viver juntos?** iguais e diferentes. Tradução de Jaime A. Clasen e Ephraim F. Alves. Petrópolis: Vozes, 1998.

VARELLA, Marcelo Dias. **Introdução ao direito à reforma agrária: o direito face aos novos conflitos sociais**. Leme: LED, 1998.

VEIGA, José Eli da. Fundamentos do agrorreformismo. In: STÉDILE, João Pedro. **A questão agrária hoje**. Porto Alegre: Ed. UFRGS, 2002.

VIOLA, Eduardo; MAINWARING, Scott. Novos movimentos sociais: cultura política e democracia: Brasil e Argentina. In: SCHERER-WARREN, Ilse; KRISCHKE, Paulo (Org.). **Uma revolução no cotidiano?** os novos movimentos sociais na América Latina. São Paulo: Brasiliense, 1987.

WHITAKER, Dulce Consuelo Andreatta; FIAMENGUE, Elis Cristina. Assentamentos de Reforma Agrária: uma possibilidade de diversidade agrícola. **Retratos de Assentamentos**, Araraquara, ano 6, n. 8, p. 19-32, 2000.

APÊNDICES

APÊNDICE 1 - ROTEIRO DAS ENTREVISTAS

I - Identificação

- 1- Nome
- 2- Escolaridade
- 3- Idade
- 4- Naturalidade
- 5- Há quanto tempo reside no assentamento?
- 6- Residência anterior ao assentamento (cidade)?

II - Trajetória até a instauração do assentamento

- 2.1 Como foi a conquista do assentamento (se houve conflito, quem liderou a ocupação)?
- 2.2 Por que aderiu à luta?
- 2.3 Quanto tempo permaneceu acampado?
- 2.4 Como era a vida no acampamento?

III - A instauração do assentamento

3.1 Quando houve a emissão de posse da área?

3.2 Como foi a seleção das famílias?

3.3 Quantos hectares recebeu cada família?

3.4 Qual órgão foi responsável pela implantação do assentamento?

3.5 Quais as dificuldades enfrentadas no início do assentamento?

IV - O assentamento nos dias de hoje

4.1 Quantos hectares tem seu lote (ou sítio)?

4.2 Qual a principal atividade econômica?

4.3 Quanto produz na principal atividade?

4.4 Outras atividades do lote?

4.5 Há quanto tempo iniciou com esta atividade?

4.6 Quais as condições de vida da família no que se refere a:

-Habitação

-Saúde

-Educação

-Bens adquiridos

-Perspectivas futuras

4.7 Quais as principais dificuldades enfrentadas atualmente?

4.8 Compare:

-Condições de vida antes do assentamento – Ótimo () Bom () Regular () Péssimo ()

-Condições de vida no início do assentamento – Ótimo () Bom () Regular () Péssimo ()

-Condição de vida atual - Ótimo () Bom () Regular () Péssimo ()

4.9 Ao longo desses anos, algum membro da família saiu do assentamento? Sim () Não ()

Destino: Cidade () Outro lote no mesmo assentamento () Outro lote em outro assentamento ()
Qual()

4.10 Caso tenha havido a saída de algum membro para o Assentamento Belo Monte, explicar como e quando isso aconteceu e quais as razões que acha que foram importantes para a saída do assentamento?

Quantas famílias tem o assentamento?

O que as famílias produzem?

Formas de organização coletiva?

Espaços de sociabilidade?

Como você avalia a contribuição do MST no processo de luta? E atualmente?

Como seria a Reforma Agrária ideal para vocês?

APÊNDICE 2 – FOTOS DOS ASSENTAMENTOS

2. FOTOS DOS ASSENTAMENTOS PRIMAVERA E BELO MONTE



Foto 1: Residência de assentado de Primavera



Foto 2: Residência de assentado de Primavera



Foto 3: Área do Assentamento Primavera



Foto 4: Curral de assentado de Primavera



Foto 5: Prédio da Escola Estadual João Carreira



Foto 6: Quadra da Escola Estadual João Carreira



Foto 7: Refeitório da Escola Estadual João Carreira



Foto 8: Residência de assentado do Belo Monte



Foto 9: Antiga sede do Assentamento Belo Monte



Foto 10: Área do Assentamento Belo Monte



Foto 11: Córrego do Assentamento Belo Monte



Foto 12: Estrada do Assentamento Belo Monte

Livros Grátis

(<http://www.livrosgratis.com.br>)

Milhares de Livros para Download:

[Baixar livros de Administração](#)

[Baixar livros de Agronomia](#)

[Baixar livros de Arquitetura](#)

[Baixar livros de Artes](#)

[Baixar livros de Astronomia](#)

[Baixar livros de Biologia Geral](#)

[Baixar livros de Ciência da Computação](#)

[Baixar livros de Ciência da Informação](#)

[Baixar livros de Ciência Política](#)

[Baixar livros de Ciências da Saúde](#)

[Baixar livros de Comunicação](#)

[Baixar livros do Conselho Nacional de Educação - CNE](#)

[Baixar livros de Defesa civil](#)

[Baixar livros de Direito](#)

[Baixar livros de Direitos humanos](#)

[Baixar livros de Economia](#)

[Baixar livros de Economia Doméstica](#)

[Baixar livros de Educação](#)

[Baixar livros de Educação - Trânsito](#)

[Baixar livros de Educação Física](#)

[Baixar livros de Engenharia Aeroespacial](#)

[Baixar livros de Farmácia](#)

[Baixar livros de Filosofia](#)

[Baixar livros de Física](#)

[Baixar livros de Geociências](#)

[Baixar livros de Geografia](#)

[Baixar livros de História](#)

[Baixar livros de Línguas](#)

[Baixar livros de Literatura](#)
[Baixar livros de Literatura de Cordel](#)
[Baixar livros de Literatura Infantil](#)
[Baixar livros de Matemática](#)
[Baixar livros de Medicina](#)
[Baixar livros de Medicina Veterinária](#)
[Baixar livros de Meio Ambiente](#)
[Baixar livros de Meteorologia](#)
[Baixar Monografias e TCC](#)
[Baixar livros Multidisciplinar](#)
[Baixar livros de Música](#)
[Baixar livros de Psicologia](#)
[Baixar livros de Química](#)
[Baixar livros de Saúde Coletiva](#)
[Baixar livros de Serviço Social](#)
[Baixar livros de Sociologia](#)
[Baixar livros de Teologia](#)
[Baixar livros de Trabalho](#)
[Baixar livros de Turismo](#)